

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Humanas  
Pós-Graduação em Ciências Sociais

Diego Pacheco Nogueira

**DUAS VISÕES DE BRASIL: DARCY RIBEIRO E FLORESTAN  
FERNANDES À LUZ DAS LINGUAGENS DA MODERNIDADE**

Juiz de Fora  
2010

Diego Pacheco Nogueira

**DUAS VISÕES DE BRASIL: DARCY RIBEIRO E FLORESTAN  
FERNANDES À LUZ DAS LINGUAGENS DA MODERNIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rubem Barboza Filho

Juiz de Fora  
2010

Nogueira, Diego Pacheco.

Duas visões de Brasil: Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes à luz das linguagens da modernidade / Diego Pacheco Nogueira. – 2011.  
94 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Fernandes, Florestan – 1920-1995 – Sociologia. 2. Ribeiro, Darcy.  
3. Categorias analíticas. 4. Linguagens da modernidade. I. Título.

CDU 301

Diego Pacheco Nogueira

DUAS VISÕES DE BRASIL: DARCY RIBEIRO E FLORESTAN  
FERNANDES À LUZ DAS LINGUAGENS DA MODERNIDADE

Dissertação aprovada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre no Programa  
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Juiz de Fora.

Data da aprovação: 14 / 07 / 2010

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Rubem Barboza Filho – UFJF  
(Orientador)

---

Prof. Dr. André Moysés Gaio – UFJF

---

Prof. Dr. Fernando de Barros Filgueiras – UFMG

## AGRADECIMENTOS

Em toda jornada existe aqueles momentos em que o seu otimismo é abalado, a fé em si é obscurecida e as dúvidas são frequentes. Impossível, então, superar todos os seus limites e desafios, sozinho, sem recorrer a pessoas importantes para você. É preciso por alguns momentos esquecer de si, rir, chorar, enfim, esquecer um pouco dos problemas. Nada disso seria possível sem a presença direta ou indireta de pessoas que me ajudaram e muito nessa jornada.

Agradeço a Aquele (as) que nos dias de angústia me trouxe a paciência e serenidade para continuar seguindo enfrente com os passos que me eram possíveis.

Agradeço aos meus pais que abriram mão de muitos sonhos e desejos próprios para me permitir chegar, aonde cheguei. Sem eles não poderia compreender a importância de ter um objetivo na vida, um ideal, uma fé.

Meus agradecimentos a todos os meus familiares, em especial, as Tias, Maria Emília e Zuzu; aos Tios, João Luiz e Altair.

Pelas amizades que permaneceram depois de tempos e que heroicamente me suportaram, sou grato a Aline Gomes, Emerson e Wayne. Aos amigos do Jiu-Jitsu que tiveram uma importância crucial em me ensinar de um jeito característicos dos lutadores a superar minhas limitações; obrigado especialmente ao Diego Gamonal, Wagner e Glauber.

A Priscila que apareceu na minha vida me trazendo coisas novas e reascendendo outras que estavam sendo colocadas de lado, meu muito obrigado.

Agradeço ao Marquinhos pela solidariedade entre colegas de profissão.

Ao Prof. Dr. Rubem Barboza pela orientação e a Professora Shirley pela atenção e auxílio inestimável no momento decisivo.

A todos, muito obrigado por tudo!

## RESUMO

O presente trabalho compara as diferentes visões de Brasil entre Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Como ponto de partida para esse objetivo, a dissertação tem como base metodológica o “contextualismo histórico” desenvolvido pela Escola de Cambridge, dando uma atenção especial à noção de linguagens políticas formulada por Pocock (2002b). Assim, nesta abordagem, é considerado o mesmo contexto histórico em que Ribeiro e Fernandes estavam inseridos, no qual destaca-se um cenário turbulento na política nacional. As avaliações conjunturais, estruturais e as respostas aos problemas que o país estava passando, apesar de serem abordadas por perspectivas diferentes pelos referidos autores, foram formuladas através de linguagens “institucionalizadas”, tornando-os compreensíveis na época em que viviam e passíveis de comparação na nossa. Trazendo a abordagem histórica para o campo da teoria social, a dissertação trabalha com as linguagens da modernidade desenvolvidas por Rubem Barboza Filho (2007), como recurso teórico/metodológico capaz de captar as diversas estruturas de pensamentos presentes em Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Nesse sentido, o presente trabalho não busca simplesmente contrapor as diferentes categorias analíticas e ideias-chaves que fazem parte da lógica argumentativa desses autores, mas procura evidenciá-las como sublinguagens que explicam suas visões de mundo.

Palavras-chaves: Darcy Ribeiro. Florestan Fernandes. Linguagens da modernidade. Categorias analíticas.

## ABSTRACT

The present study compares the different views of Brazil between Darcy Ribeiro and Florestan Fernandes. As a starting point for this objective, the dissertation is based on the methodological "historical contextualism" developed by the Cambridge School, giving special attention to the notion of language policies formulated by Pocock (2002b). Thus, this approach is considered the same historical context in which Ribeiro and Fernandes were inserted, in which stands a turbulent scenario in national politics. Situational assessments, and responses to structural problems the country was going through, despite being approached from different perspectives by the authors were formulated through language "institutionalized, " making them understandable at a time in which they lived and could be compared in ours. Bringing the historical approach to the field of social theory, this thesis works with the languages of modernity developed by Rubem Barbosa Filho (2007), as resource theory / methodology capable of capturing the thoughts of various structures present in Darcy Ribeiro and Florestan Fernandes. In that sense, this paper does not seek simply to counter the different analytical categories and key ideas that are part of the argumentative logic of these authors, but demand highlighting them as sublanguages that explain their world views.

Key words: Darcy Ribeiro. Florestan Fernandes. The languages of modernity. Analytical categories.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1.1 As linguagens da Modernidade</b> .....	14
<b>1.2 As linguagens e o Brasil</b> .....	21
<b>2 BIOGRAFIAS</b> .....	26
<b>2.1 Darcy Ribeiro</b> .....	26
<b>2.2 Florestan Fernandes</b> .....	27
<b>2.3 Contexto e obra</b> .....	28
2.3.1 Darcy Ribeiro.....	28
2.3.2 Florestan Fernandes.....	30
<b>3 “O POVO BRASILEIRO” E “A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL”</b> .....	33
<b>3.1 Justificativa teórica</b> .....	33
<b>3.2 O Povo Brasileiro: a perspectiva de Darcy Ribeiro</b> .....	35
<b>3.3 A Revolução Burguesa no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes</b> .....	43
<b>4 CATEGORIAS ANALÍTICAS</b> .....	59
<b>4.1 Ponto de partida: a gênese do Brasil</b> .....	59
<b>4.2 Nação e Estado/Sociedade Nacional</b> .....	62
<b>4.3 Processo de exclusão social</b> .....	64
<b>4.4 Ponto de chegada: o projeto político</b> .....	68
<b>4.5 Matrizes teóricas</b> .....	75
<b>5 AS LINGUAGENS DA MODERNIDADE: RIBEIRO E FERNANDES</b> .....	82
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92



## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é expor as visões de Brasil de dois importantes cientistas sociais brasileiros: Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes.

Evidentemente, um trabalho que se propõe a tal exercício analítico exigiria reconhecer as convergências e divergências desses intelectuais no plano teórico, ideológico e metodológico, o que seria não só inviável como infrutífero, uma vez que, no limite, tal empenho se resumiria à contraposição de perspectivas diferentes que eles têm sobre o mundo, em que pese serem academicamente contemporâneos.

Para escapar dessa armadilha, as linhas argumentativas e as categorias não serão simplesmente contrapostas uma à outra, mas consideradas a partir de um esquema teórico/metodológico que as remeta a uma mesma matriz analítica capaz de viabilizar a pretendida comparação. Nesse sentido, a análise dos dois intelectuais e de sua percepção de Brasil, será feita segundo uma perspectiva de estudo de linguagens políticas da modernidade, inspirando-se mais diretamente na produção historiográfica da Escola de Cambridge, especialmente em autores como Padgen e Pocock (2002). Esses dois autores se debruçam especificamente sobre o período de transição entre o mundo feudal e a sociedade moderna, buscando entender o que queriam efetivamente dizer os principais pensadores desse período. Para isso, utilizam a noção de linguagem política, identificando quatro delas como essenciais para o entendimento dos pensadores daquele período.

A noção de linguagem política de Pocock é a base metodológica para o tipo de análise que este trabalho deseja empreender. A produção historiográfica da Escola de Cambridge, na qual Pocock se filia, busca interpretar os pensamentos dos autores e os significados que dão para suas obras através do “contextualismo linguístico”. O passo inicial para essa perspectiva é o de que a compreensão de que as gramáticas políticas utilizadas pelos autores e atores históricos estão inscritas em um determinado momento histórico.

Nesse sentido, ao interpretar um texto, deve-se considerar que o autor está inserido em um determinado contexto histórico e que delimita o seu campo de atuação e de percepção da realidade. Os atos de enunciação que evidenciam todo esse contexto são expressos pelas linguagens convencionadas ou institucionalizadas em determinada época. Assim, o objetivo da perspectiva analítica e metodológica do referido autor é: “Desejamos estudar as linguagens em que foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações que nelas foram efetuadas [...]” (POCOCK, 2002b, p. 65).

E mais adiante:

Quando falamos em linguagens (languages), portanto, queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações, tom e estilo. [...] (POCOCK, 2002b, p. 65).

As linguagens políticas presentes no interior das obras ou dos discursos políticos devem ser analisadas pelo significado que elas têm para os atores históricos que as anunciaram; portanto, as preocupações, os dilemas que os diversos atores vivenciavam em determinado momento influenciarão na forma como se apropriam dessas linguagens institucionalizadas.

É importante que o estudo da linguagem política tome como ponto de partida as linguagens dos grupos governantes, que articulam seus interesses e são tendenciosos a favor deles. Mas é também importante o fato de que, quanto mais institucionalizada for uma linguagem e quanto mais pública ela se tornar, mais ela estará disponível para os propósitos de diversos locutores articulando diversas preocupações. (POCOCK, 2002b, p. 68).

Embora existam linguagens institucionalizadas por comunidades específicas, tais linguagens podem ser adaptadas através de sublinguagens (idiomas, retóricas) por atores, por outros grupos profissionais, não pertencentes a essas comunidades, de acordo com os interesses percebidos nos seus discursos.

É possível, portanto, perceber diversas ações políticas, diversos discursos, utilizando as mesmas linguagens sobre diferenciados problemas e lugares. Ao desvendar os significados das linguagens e o seu contexto histórico, o estudioso será capaz de compreender com mais destreza qual a significação que um ato de enunciação tem para o próprio autor/ator que a proferiu. Nos termos do próprio Pocock (2002b, p. 77):

Pensamos, portanto, em um indivíduo que tem algo a dizer sobre e no interior de uma situação altamente específica e, sob certos aspectos, sem precedentes, mas cuja anúncio seja orientada e restringida pelas regras ou convenções das várias linguagens disponíveis para o seu uso.

A história é viva, está em constante movimento, pois, se os atos de anúncio mobilizam determinadas linguagens institucionalizadas e atuam em determinado contexto, muitas vezes modificando-o, esse processo pode provocar o surgimento de novas linguagens disponíveis nos novos contextos surgidos. Esta dinâmica resulta da interação entre *langue* e *parole*, que Pocock (2002b, p. 82) propõe para a análise de um discurso político ou mesmo de

uma produção acadêmica: “Ao estudar a criação e a difusão de linguagens, estamos comprometidos com processos que têm de ser vistos diacronicamente, por mais que sejam constituídos por performances ocorrendo sincronicamente [...]”

Destaque-se que o conhecimento de uma determinada linguagem possibilita entender o processo de pensamento e ação de um determinado ator. Em nosso trabalho, queremos levar estas possibilidades analíticas para a compreensão da própria produção acadêmica a respeito de temas especiais. Nesse caso, reconhecer a linguagem submersa em uma literatura significará alcançar as estruturas lógicas e imaginativas de que o autor se vale em seu trabalho. Não é ocioso lembrar que as linguagens emergem em cenários específicos, nos quais transitam os autores cuja obra se deseja estudar.

Assim, seja em um campo de debate político, seja em campos mais restritos, como na produção acadêmica, é no âmbito da linguagem que se delineiam inovações linguísticas, novos paradigmas e até mesmo novas linguagens orientadoras de ações em geral, e de produção acadêmica em especial. Um exemplo interessante do rendimento dessa abordagem pode ser encontrada em Padgen<sup>1</sup> (2002), por exemplo, que especifica quatro linguagens políticas decisivas no alvorecer da modernidade: a do aristotelismo político, a do republicanismo clássico, a da economia política e a linguagem da ciência da política.

A linguagem do aristotelismo político, para Padgen (2002), é influenciada pela concepção de mundo presente nos neotomistas, para quem as leis positivas dizem respeito ao modo como o homem percebe as leis da natureza, dadas por Deus. Portanto, é a partir dessa discussão que se invoca a idéia específica de jusnaturalismo presente nessa linguagem política, que implica a noção de lei natural, inscrita nas coisas e nos seres, e direitos naturais de compleição universal. O princípio norteador dessa linguagem seria, no campo político, a defesa do bem comum, aos quais os interesses privados deveriam se subordinar. A produção do bem comum dependeria, ao mesmo tempo, da lei positiva, que deveria traduzir as exigências da lei natural para as circunstâncias específicas de uma determinada comunidade política.

Alargando esta linguagem para o debate feito por Skinner (2006), o autor explicará que o conceito de sociedade política desenvolvida pelos neotomistas está intrinsecamente

---

<sup>1</sup> A título de referência, cabe fazer uma breve citação de uma leitura particular feita por Eisenberg (1998) em relação as linguagens políticas desenvolvidas por Padgen. Eisenberg (1998) argumentará que essas linguagens não têm uma aproximação apenas na “superação” de um discurso moral-teológico da idade média, mas também se aproximam nos “pares conceituais – público/privado, estado/sociedade civil, estado/mercado.” (EISENBERG, 1998, p. 10). Estes pares estão ligados a uma mesma noção, que é de representação política e sua forma institucionalizada. Obviamente, cada linguagem usará de um expediente próprio para explicar as práticas formais jurídicas, morais/éticas, participação da comunidade política, que estão presente nessa noção de representação. Para uma leitura mais detalhada sobre o tema ver: EISENBERG (1998).

ligado à teoria da lei natural, cujas leis criadas pelos homens – leis positivas – devem corresponder às leis da natureza inscritas por Deus nos seus corações. Por assim ser, a lei da natureza seria um imperativo moral para as leis positivas, que nada mais são, por sua vez, a “tradução” racional feita pelos homens da vontade divina.

Dessa pressuposição, os neotomistas argumentam que as sociedades políticas derivam de uma construção puramente humana, regidas por leis positivas que refletem a lei da natureza. Tendo em vista que, uma característica inata ao homem, no “estado de natureza”, é de um “ser social”, pode-se concluir que a constituição de uma sociedade política é uma consequência “natural” e desejada da própria característica humana nesse estado.

Dado que, no “estado natural” as condições dos homens são de liberdade, igualdade e o que rege suas vidas nesse momento são as leis da natureza, é necessário que os neotomistas expliquem mais claramente a motivação que leva os homens abrirem mão dessas condições, de seguirem exclusivamente uma lei dada por Deus, para entrarem em uma sociedade política, com um governo impondo leis positivas. A explicação sugerida pelos neotomistas, parte do raciocínio que apesar da moralidade estar inscrita nos corações dos homens, a propensão ao egoísmo conduzi-los-iam a incertezas e injustiças caso permanecessem em comunidades naturais; portanto, é necessário e desejável uma autoridade política que promovesse o bem comum ao evitar que os homens fossem regidos pelos seus desejos egoístas. (SKINNER, 2006)

Na linguagem do republicanismo clássico, a ideia básica é que apenas em um governo republicano é possível haver plenamente vida civil, concepção que exerce uma forte influência sobre a noção de humanismo cívico, presente nos humanistas, para os quais a prática política deve garantir o bem da comunidade. Tal objetivo só é alcançado quando os cidadãos fossem engajados politicamente, portanto, é da ação na vida política que se alcançaria o “bem comum” (PADGEN, 2002).

Em outras palavras, para a linguagem do republicanismo clássico, só a república que é capaz de propiciar uma “vida boa” para os seus cidadãos, uma vez que, promove a liberdade de toda comunidade. Nesse sentido, é na república que está à possibilidade de se encontrar o equilíbrio político ao evitar o poder tirânico de um ou alguns e permitindo que os interesses dos cidadãos fossem traduzidos em ação política. Então, a grande preocupação para os humanistas cívicos, era evitar a “corrupção”, entendida quando as políticas de interesse para toda comunidade eram deixadas de lado em favor de uma minoria (PADGEN, 2002).

A liberdade é também um dos temas centrais no republicanismo clássico, em que só é possível almejá-la na república desde que não haja desobediência civil; portanto, a liberdade seria o pressuposto da própria ordem, o que implica “seguir” aquilo que é ordenado nas leis.

Para a maioria dos republicanos clássicos, a liberdade só é alcançada pelo desejo de cada homem em renunciar sua vida privada em favor do bem estar de toda comunidade. Rousseau, contudo, argumentava que qualquer sociedade que elimine os legítimos interesses privados é considerada uma outra forma de tirania, assim, em uma república bem ordenada, as leis devem refletir os interesses gerais, nos quais todos os interesses individuais são reconhecidos (PADGEN, 2002).

Segundo Padgen (2002), Rousseau resolve a [aparente] dicotomia entre “interesses gerais” e “interesses individuais”, desenvolvendo a ideia de uma “religião civil”, em que pudesse convencer os cidadãos que os seus interesses privados faziam parte de um bem comum. Em uma “religião civil”, portanto, os interesses [da religião] deveriam ser inteiramente identificáveis com os interesses da comunidade civil. O que Rousseau pretendia, então, era transformar o sentimento de pátria e o cristianismo em uma só coisa e em favor do bem comum.

Nesses termos, “virtude” e “corrupção”, serão entendidas na diferença entre “verdadeira” e “falsa” religião. Assim, pela cristianização, a linguagem do Republicanismo Clássico, reconhece a “moral racional” e a ordem política como a uma única força ideológica que pudesse construir ou garantir o governo republicano. Tal governo, portanto, é criado pela/para virtude (PADGEN, 2002).

Na linguagem da economia política, o mercado assume um papel de destaque, pois, é nele que será possível transformar o interesse individual - mesmo que de curto prazo - em benefício público. O detalhe a ser ressaltado, é que o bem comum é uma consequência não-intencional, e por isso não há nenhuma defesa da virtude ou de bem comum nessa linguagem.

A conversão de “vícios” para “virtudes”, acontece na sociedade comercial a partir do momento que a sociabilidade e o comércio tornam-se interdependentes; então, a dinâmica é o consumidor buscando uma “vida luxuosa”, gerando riquezas, e o mercado redistribuindo-as para toda sociedade. Portanto, não é incorreto dizer que, é no mercado e na participação ativa dos cidadãos na economia que constituirá o próprio funcionamento da sociedade. Reconhecendo a importância das relações de interesse feitas através do mercado, cabe ao Estado a tarefa de garantir tais relações.

Na linguagem da economia política, a forma de governo tornou-se um assunto sem importância, pois, o que importa é que seja uma administração eficaz. Assim, é necessário que

a administração pública esteja nas mãos de um poder político conduzido por homens capacitados. O papel do governo é reduzido, não devendo interferir, na busca do homem em realizar suas paixões, pois, é nesta ação que a “virtude” torna-se o centro de toda discussão em torno das obrigações que os agentes humanos deveriam ter. Os agentes humanos compreendem essa “obrigação”, pelo fato de que tal virtude ser derivada da capacidade racional que todo homem tem de entender uma ordem moral; o que implica dizer, interesse - racional - e virtude estão intrinsecamente ligados (PADGEN, 2002).

Em outras palavras, na sociedade comercial, o interesse pode ser percebido, por exemplo, no comerciante buscando constantemente a acumulação, o enriquecimento; pelo fato dos homens serem inclinados à virtude, os seus interesses não seriam meramente egoísticos, sendo assim, são levados a ajudar um aos outros.

A linguagem da ciência política tem como principal referência o “federalista” Alexandre Hamilton. A grande particularidade deste intelectual foi a “sensibilidade” em compreender que a singularidade da realidade [política] norte-americana demandava a elaboração de novos “vocabulários” que dessem conta de explicá-la. Assim, considerando que a base sólida da política estado-unidense é o voto, Hamilton introduz um dos vocabulários típicos da democracia representativa: a análise do comportamento eleitoral (PADGEN, 2002).

O que lhe interessava era a elaboração de uma linguagem científica que explicasse o ato de votar, as motivações que levam o eleitor escolher determinado candidato. É nesse contexto que a pesquisa de *survey* surge como recurso para mensurar o comportamento do eleitor e auxiliar no estudo científico da política eleitoral norte-americana.

Em outras palavras, o interesse de Hamilton era achar certa previsibilidade no comportamento do votante, e para isso começou a investigar como a religião, o status ou a etnia do eleitor e do candidato influenciava nesse comportamento. Para além do interesse científico os dados obtidos em uma pesquisa de *survey*, também eram úteis para direcionar as campanhas dos candidatos, uma vez que forneciam informações sobre os interesses e inclinações dos eleitores.

É importante ressaltar que Hamilton observava a democracia representativa nos Estados Unidos, portanto, sabia que avaliar o processo eleitoral implicava estudar as correlações de interesses e de ambições entre eleitores e candidatos. Nesse sentido, a democracia, especialmente o ato de votar, é muito dinâmico, e a possibilidade de mudanças no cenário político é real. Ressalta-se que tal mudança não inviabiliza o cálculo do processo eleitoral e nem torna a democracia imprevisível, muito pelo contrário, para Hamilton é perfeitamente

possível estipular tal cálculo através do survey. O que ele [Hamilton] propunha era estudar o comportamento eleitoral entendendo a psicologia dos votantes.

Sem dúvida nenhuma Hamilton abre todo um horizonte para a ciência política, pois, é inovador ao centrar seus estudos no entendimento do eleitorado em um contexto em que as tomadas de decisões políticas, de configuração de forças no poder, têm como peça primária o eleitor e seu direito incontestável de decidir quem vão ser seus representantes.

## **1.1 As linguagens da Modernidade**

Em síntese, viu-se que o “contextualismo linguístico” da Escola de Cambridge busca evidenciar o significado de um texto pelo estudo do momento histórico em que foi escrito e pela busca no entendimento sobre qual significação que uma obra tem para o próprio autor que a escreveu. Em outras palavras, ao focar-se na ação linguística, tal produção pretende entender as intenções de um autor ao escrever uma obra analisando o próprio discurso utilizado em seu texto. (SILVA, 2009b).

Nesse sentido, para o entendimento de um texto pela perspectiva metodológica da referida Escola, é crucial “desvendar” quais os recursos comunicativos que permeiam um discurso e que servem para o autor transmitir uma ideia. Como a pretensão do presente trabalho não se limita apenas em compreender o significado das produções autorais, mas compará-las delimitando um problema – as duas visões de Brasil em Ribeiro e Fernandes-, avançarei no debate metodológico passando do campo da História das Idéias para o campo da Teoria Social. Pretende-se com esse avanço epistemológico, enquadrar os atos comunicativos, os discursos e conseqüentemente as intenções autorais, dentro de um esquema teórico externo aos próprios autores estudados.

Rubem Barboza Filho (2008), se debruçando na “virada linguística”, consegue fazer esse avanço ao propor uma nova possibilidade de entendimento e apropriação do conceito de linguagem política utilizado por Pocock e Padgen (2002), ao deslocar o debate do campo histórico para o da Teoria Social. Isso, obviamente, representará, além de uma mudança na concepção de linguagens políticas - agora classificadas como do interesse, da razão e do sentimento ou afeto - uma modificação no entendimento da tradição política do Ocidente moderno, ou das grandes tradições políticas do Ocidente.

Essa mudança epistemológica torna-se possível pela analogia com os tipos ideais de Weber, trazendo a análise para o campo da Teoria Social. Desse modo, as linguagens poderiam ser desenhadas nas suas versões “bem compreendidas”, ao modo de um tipo ideal, em que os principais traços de cada linguagem pudessem estar vinculados de forma coerente, tanto do ponto de vista lógico quanto das expectativas utópicas e normativas presentes em cada linguagem. Apesar de se aproximar de Weber nesse ponto, Rubem Barboza Filho (2008) logo se afasta da perspectiva global weberiana, contestando seu foco na racionalização como marca distintiva do Ocidente e a redução do papel das duas outras linguagens - a do afeto e do interesse – ao mesmo tempo em que substitui os tipos ideais de ação subjetivamente orientada pelo conceito de linguagem. A implicação da mudança do campo da história para o da teoria social tem implicações metodológicas: sem desprezar a contribuição da História, o que se pretende é entender que tipo de linguagem predomina na obra de um autor, ou numa determinada sociedade, a partir da formulação típico-ideal das três grandes linguagens da modernidade.

Como anteriormente explicitado, essas linguagens surgem, formam-se e se desenvolvem na passagem do mundo feudal para o mundo moderno, conjuntura atravessada pelo espanto ante a descoberta da força do desejo humano como responsável pela ação de criação/recriação do mundo. Em outras palavras, uma vez corroído o princípio teológico que sustentava a ordem hierárquica medieval, uma vez perdido o transcendente como o fundamento normativo da sociedade, os europeus se voltam para a interioridade humana, buscando, simultaneamente, inventar uma subjetividade humana e defini-la como esse novo fundamento normativo para a vida em comum. É precisamente nesse movimento de invenção que os homens dos séculos XVI e XVII tropeçam com a potência do desejo, próprio da subjetividade humana. Desse modo, a modernidade avança como um processo de subjetivização do mundo e da sociedade, possibilitando assim ao homem apropriar-se do mundo e do que ele pode lhe oferecer: poder, felicidade, riquezas entre outras coisas.

As linguagens da modernidade viriam justamente dar sentido e orientação a esse movimento marcado pelo desejo, buscando a sua disciplina e sua regulação pela criação de imagens de vida boa, ética ou moralmente exigentes. Contudo, esse processo de subjetivação do *eu* não é homogêneo, ou seja, a forma como o homem se apropria do mundo e quais vão ser os seus movimentos em busca do desejo, será marcada pela pluralidade. É justamente para abarcar todos esses modos específicos de construção da subjetividade que Barboza Filho (2008) propõe três linguagens próprias da modernidade: Linguagem do Interesse, da Razão e do Sentimento/Afeto.



Na linguagem do interesse a noção de indivíduo – “[...]ser moral autônomo e independente dos outros” (DUMONT, 1985 apud BARBOZA FILHO, 2008, p. 18) – será o ponto central desse processo de subjetivização da vida e reorganização societal. Significa dizer que o princípio organizacional da sociedade será o de garantir o livre movimento desses indivíduos em busca de seus interesses. Nesse sentido o desenvolvimento da potência desse indivíduo se dará pela possibilidade de alcançar seus desejos, de se apropriar do mundo em seu favor. Contudo, esse movimento implica a existência de uma moral que controle a potência desse desejo e seja capaz de produzir uma vida boa.

Weber, em “A Ética Protestante e o Espírito Capitalista” (1992), aborda precisamente o modo segundo o qual essa linguagem é dotada de uma perspectiva moral, pela incorporação do autocontrole protestante. Quando trabalha com a noção de vocação no protestantismo, argumenta que o ascetismo presente nessa idéia representa uma racionalização do mundo, em que as ações não serão mais voltadas apenas para justificar a salvação, mas também para o próprio bem do mundo. Portanto, a ascese está no trabalho, que por sua vez confirma a fé em Deus; é essa idéia de vocação que lança bases para uma vida racional burguesa e justifica eticamente, moralmente a ação mundana.

A noção de trabalho como justificação moral do desejo transformado em interesse também é encontrada em Locke. Admitindo que a ideia de desejo, que movimenta o homem, está ligada à noção de apropriação, e que isso só é possível através do trabalho, este será o discurso moral que justifica a propriedade privada, ou seja, a capacidade de apropriar-se de mais ou menos terras, por meio do trabalho. O que é importante destacar é que esse movimento do desejo em busca da apropriação por via do trabalho, é um movimento do interesse, e que por assim ser, a sociedade civil nasce justamente para garantir a propriedade. Então, ao reconhecer uma sociedade onde os indivíduos movem-se pelo interesse, é no mercado que se encontrará a justiça e a possibilidade da livre movimentação do homem (MACPHERSON, 1979 apud BARBOZA FILHO, 2008).

Admitindo a necessidade de um elemento moral que justifique essa movimentação e reconhecendo que isto está presente no trabalho, o mercado vai ser o grande cenário do livre movimento desse homem, reduzindo com isso a necessidade do Estado como controle externo dos apetites humanos, tal como percebido em Hobbes. Todavia, no caso em questão, o Estado, bem como o Direito, teriam um papel de garantia e legitimação dessa movimentação.

Há um ponto importante a esclarecer: as linguagens não necessariamente se dão de forma isolada, muitas vezes havendo um diálogo entre elas. Em Locke, por exemplo, isso aparece quando a linguagem do sentimento é utilizada como artifício para justificação do

interesse, quando o autor reconhece na religião - aqui identificada como uma linguagem característica do sentimento - um papel de controle interno sobre possíveis tensões decorrentes daqueles que têm propriedade e dos que não têm. Em Tocqueville, esse diálogo entre sentimento e interesse surge quando identifica em uma “religião civil” a base dos valores de cooperação presentes na vida norte-americana, contrabalançando o egoísmo e o particularismo típicos da linguagem dos interesses (BARBOZA FILHO, 2008).

A linguagem da razão nasce da ambição de explicar racionalmente o mundo, tal como nos movimentos iniciais de Galileu e Newton. Foucault (1967) assinala a eficácia crescente dessa linguagem ao ressaltar o descolamento das palavras e das coisas na substituição do conhecimento pelas semelhanças por um conhecimento racional, matemático, o que abria a possibilidade de produção de um discurso científico a partir da subjetividade humana. Descartes (1996) tem uma importância vital para o desenvolvimento dessa linguagem, uma vez que reconhece que só é possível alcançar a verdade pelo uso da razão. Logo, ao definir o homem como um *eu* pensante, livra-se do Sensualismo de Hobbes e Locke, para instaurar na subjetividade, identificada como nossa razão, a fonte de todo o movimento e de todo o conhecimento do homem. Em outras palavras, há uma pretensão totalizante da razão sobre a subjetividade do homem, controlando não só o seu movimento, mas submetendo o interesse e o sentimento a essa linguagem (BARBOZA FILHO, 2008).

Rousseau (1991) é um bom exemplo desse movimento da razão: a história do homem é considerada por ele como uma progressiva degradação a partir do desaparecimento do homem natural, contaminado pelas paixões e pelos interesses. Vê com maus olhos a dimensão econômica (capitalista), condena o individualismo, criticando a esfera do interesse quando percebe a perda da esfera do sentimento, da piedade do homem no estado de natureza, para entrar em uma sociedade individualista, da propriedade, do interesse. Assim, é na dimensão da política que se encontrará a redenção do homem nesse processo.

Dado ser impossível voltar ao estado de natureza e o caminhar da humanidade ser de degradação, é preciso estancar essa teodicéia ao contrário, por via do contrato social, que é fruto de uma razão prática, objetiva a fim de se frear esse processo. É preciso, nesse sentido, que os termos do contrato social, pelo uso da razão, recuperem o máximo possível da potência do homem no estado de natureza. Então, o homem entrega sua vida a uma comunidade possível, a fim de que esse processo de degradação se estanque; logo não é uma liberdade individual, do interesse, já que é a comunidade que vai orientar essa potência.

É no contrato social que o homem se reconhece como razão, enfrentando o mundo degenerado. Nesse momento, o homem renasce livre, mas livre na condição de cidadão. O

que caracteriza esse cidadão são os direitos positivos, ou seja, a possibilidade de tomar decisões, de participar da vida pública da comunidade política e de realizar a hermenêutica de sua vontade geral, traduzindo essa interpretação em direito positivo. Diferente da linguagem do interesse, em que o Direito é apenas um instrumento garantidor da livre movimentação do homem em busca de seus interesses, na linguagem da razão esse direito assume um aspecto normativo sobre a vida humana, seus desejos e interesses.

A linguagem da razão não dispensa as outras duas linguagens. Dê-se como exemplo a Revolução Francesa: essa revolução claramente mobiliza a linguagem da Razão ao instituir um Estado que tem um papel central na normatização da vida das pessoas através das leis, normas, mas acima de tudo trazendo para o seio da sociedade a noção de cidadão. Esse processo não se dá de forma isolada, a linguagem do sentimento/afeto é mobilizada como um artifício para viabilizar e/ou consolidar a linguagem predominante – da Razão. Neste caso, a linguagem do afeto traria para a subjetividade de cada cidadão francês, o espírito republicano tão necessário para a consolidação de um Estado cujo papel é ativo na vida das pessoas (BARBOZA FILHO, 2008).

Ou, em outros termos: “A linguagem do sentimento, sob a forma de uma religião civil, seria necessária para socializar e internalizar a disciplina republicana, para a criação do patriotismo e até mesmo para justificar a morte do cidadão pela comunidade política.” (BARBOZA FILHO, 2008, p. 24).

Tanto na linguagem do interesse como da razão, há um controle do desejo do homem, seja através de uma moral que justifique um movimento baseado no interesse, ou através de uma razão que regule e normatize esse desejo. Veremos que a forma de se apropriar do mundo na linguagem do sentimento segue outros caminhos.

Uma marca característica da linguagem dos sentimentos e que, sem dúvida, a diferencia das outras linguagens, é o reconhecimento da “radicalidade” do desejo que norteia a potência do homem. O que dá sentido ao movimento do homem é a necessidade de constantemente maximizar sua potência, e a recusa de qualquer atributo externo (moral, normas, por exemplo) que possa representar um entrave ao livre desenvolvimento na busca do desejo.

É importante evidenciar que nesta linguagem, de inspiração claramente aristotélica, o homem só existe e se realiza nas relações sociais, o que é absolutamente diferente em relação à linguagem do interesse em que o homem-indivíduo existe antes das relações sociais e da linguagem da razão, em que ele só existe depois do contrato social.

A recusa de horizontes morais fixos, dados como universais, ou de modelos antropológicos também reclamando universalidade, não significa dizer que esse movimento previsto na linguagem dos afetos será despido de sentido e orientação, mas, será feito através de tudo aquilo que propicie a abertura da potência humana. A arte, as manifestações da cultura popular, a religiosidade, a produção econômica, a ciência, são alguns exemplos de como esse movimento pode se viabilizar.

A manifestação dessa potência não se dará de forma isolada, individualmente, mas através das relações entre os homens. Assim, a democracia será o grande “projeto” viabilizador desse movimento. (BARBOZA FILHO, 2008). Contudo, a questão não se esgota em encontrar em uma forma democrática de governo capaz de vencer o tempo e o lugar, com suas regras e procedimentos, mas um “espaço” de livre manifestação da potência da multidão. “A democracia é a mutação, uma narrativa de liberdade que recusa qualquer petrificação e vive de seu movimento. Ela não é a vitória sobre o tempo e a mutação, mas a mudança permanente derivada do desejo humano em exercício, do desejo da multidão.” (BARBOZA FILHO, 2008, p. 27).

Em outras palavras, é o constante movimento da multidão, produzindo com isso transformações, inovações da vida social, da organização social; ou seja, tudo que permita a otimização de sua potência. Definitivamente, isto é diferente do líder carismático em Weber, que, transformando uma ordem social via revolução, constrói uma outra tão burocrática, tão opressora quanto a anterior; pelo contrário, é a multidão se movimentando constantemente, colocando sempre em aberto um processo de transformação em busca do desejo.

Com base nessa perspectiva, seria possível o entendimento de processos singulares de modernização, em especial aquele ocorrido na América Ibérica, e de modo mais específico, no Brasil. Nesse caso, a experiência de construção das sociedades ditas “coloniais” estaria muito mais determinada por uma linguagem dos afetos, embora não compreendida em toda a sua potencialidade, do que pelas linguagens da razão ou do interesse. Em outros termos, a utilização de uma perspectiva que privilegie estas grandes linguagens permitiria entender a experiência ibero-americana pelo que ela foi efetivamente no seu início, e não por aquilo que não teria sido, negatividade determinada pela hegemonia dos modelos da razão e do interesse.

O Processo de Reconquista que marcou a Ibéria correspondeu a um período de forte territorialismo que não só permitiu a conquista de novos territórios, como também os colocaram entre os primeiros países a entrar em um processo de acumulação de capital. Esse, sem dúvida nenhuma, é um momento glorioso para Espanha e Portugal, que se tornaram as

grandes potências da época. É imprescindível dizer que esse processo ajudou a abalar toda uma estrutura do mundo medieval (BARBOZA FILHO, 2008).

Contudo, as mudanças pelas quais a Europa vinha passando a partir do século XVII, fazem com que Portugal e Espanha, progressivamente, percam seus postos de países hegemônicos. Por isso, a entrada da Ibéria na modernidade pela via barroca, foi uma tentativa de revitalizar toda a tradição, a ordem social, que marcaram o tempo de glória do início da Reconquista. Essa passagem para a modernidade, trazendo o velho para o novo, típico do movimento do barroco ibérico, representa uma variante da linguagem do sentimento pela possibilidade que traz em liberar a potência do homem (BARBOZA FILHO, 2008).

A religião e a arte serão as duas grandes sublinguagens utilizadas na tentativa ibérica de organizar a sociedade, ou nos termos de Barboza Filho (2008) um “ ‘*médium*’ que permite ao sentimento criar a sua própria profundidade (BARBOZA FILHO, 2008, p. 31).”

Nesse sentido, o sentimento/afeto é mobilizado como possibilidade de retomada do passado, oferecendo sentido e orientação ao presente moderno em que são colocados. O grande elemento trágico e contraditório desse Barroco está justamente na tentativa de se conciliar o moderno com a tradição. Nos termos de Barboza Filho (2008, p. 31):

O que importa, no entanto, é assimilar o peso que a linguagem do sentimento é obrigada a suportar na experiência ibérica: o de fazer o velho – a tradição – caber no novo, e de fazer este novo vestir-se com a morfologia da tradição. Por isso mesmo seu barroquismo consistirá numa grande operação de associação de opostos – o do velho e do novo, o do aparente e do real, o do eterno e do efêmero – o que acentua a percepção da vida como um *engano* e *desengano*, como um xadrez indecifrável. Esse barroquismo admite o homem como *cúpidas*, o universo como uma trama infinita constituída pelo jogo de potências, a mutação como condição da vida e o mundo como teatro, como artifício que cancela a naturalidade do viver e exige a teatralização do que se quer viver.

Na América, o barroco se apresenta em outras tonalidades, caracterizando-se pela capacidade de integrar antagonismos, de romper com o sentido trágico da vida presente nos ibéricos, lançando os olhos exclusivamente para o futuro a ser construído. É justamente nesse olhar dirigido ao futuro que a linguagem do sentimento se faz presente, pois libera a manifestação da potência em sua forma mais radical, qual seja a de uma forte subjetivização da vida, que dá sentido e orientação para a construção de uma nova sociedade, uma nova identidade.

A capacidade gnóstica e verista do Barroco se reorienta decididamente para imaginar e certificar as possibilidades de construção de uma sociedade específica e nova em relação às originais. E que por isso mói e tritura as

identidades prévias de todos os que aqui se encontram, vindos da África, da Europa, e dos primeiros habitantes desta parte do continente americano. (BARBOZA FILHO, 2008, p. 32).

Apesar de essa construção ter sido feita incorporando antagonismos, paradoxalmente também foi marcada por uma colonização fortemente excludente, seja pela escravidão e violência, seja pela forte estratificação social. Barboza Filho (2008) lança um olhar particular sobre esse quadro, pois, ao mesmo tempo que reconhece que essa dominação colonial limita o livre desenvolvimento da potência da multidão, admite que esta vai encontrar nas artes, na cultura popular, a manifestação de um universo teatralizado e estetizado que revestirá e dará sentido a sua potência criativa e inovadora, contexto da construção de um país como o Brasil, por exemplo.

Segundo o autor, “O desejo de produzir e se apropriar do mundo, esterilizado na escravidão, na servidão, no latifúndio, na subalternidade política diante a Ibéria e da Europa, escapa para o território da arte e o institui como mundo apropriado pela multidão, apesar de tudo.” (BARBOZA FILHO, 2008, p. 33).

E mais adiante:

É na linguagem dos sentimentos que a arquitetura, a escultura, a pintura, a música, a festa, os ritos, os cultos religiosos, adquirem essa capacidade de fabricar uma sociedade. Por isso mesmo a estetização não significará a pura evasão ou a edulcoração da miséria e da violência. Ela é o ato de construção social, o plano material em que se anuncia o programa total da multidão, próprio da linguagem dos sentimentos: a apropriação do mundo que lhe está vedado pelo poder e pela exploração [...]. (BARBOZA FILHO, 2008, p. 33).

Nesses termos, fala-se de um mundo da subjetividade em que a busca da construção de um “eu” parte do livre desenvolvimento de sua potência. Essa pressuposição, que valoriza a agência humana, permite que a relação do homem com o mundo esteja sempre em aberto, possibilitando-o a buscar formas criativas e inovadoras de dominar e controlar sua vida social.

## **1.2 As linguagens e o Brasil**

Em linhas gerais, pode-se perceber que o fim da Idade Média e o surgimento da Modernidade não foi uma ruptura brusca, mas um processo de transformações múltiplas e intensas; novas modalidades de conceber o mundo surgem e com elas novos dilemas, novas

questões a serem resolvidas. As linguagens do Interesse, Razão e Sentimento/Afeto, caracterizam-se por formas particulares, não necessariamente excludentes, de como o homem se apropria do mundo diante todas essas transformações.

Por mais que essas transformações tivessem um impacto sobre todo o Ocidente, elas se deram com especificidade nos países e nas maneiras de os agentes responderem a essas mudanças. Foi assim na França, na Inglaterra e no mundo ibérico. Como então explicar um país como o Brasil, que aparentemente não passou por esse longo processo histórico?

O ponto crucial para responder à questão não se limita ao processo de conquista de novos territórios no qual o Brasil foi submetido, sendo imperioso considerar as características de subjetivação do mundo que dão fundamento a esse processo. Então, apesar de o Brasil aparentemente não ter passado por um longo processo histórico que o velho mundo experimentou, o processo de colonização que vivemos esteve sob influência direta e/ou indireta de todo esse momento de subjetivação do mundo.

Em outras palavras, explicar o Brasil olhando para trás, para sua história, não é tão simples assim, pois não se resume, apenas, a entender o tipo de colonização a que fomos submetidos e quais as consequências daí resultantes para nossa formação; pelo contrário, o problema é muito mais complexo, exigindo uma investigação do processo de construção de nossa tradição política, neste momento de surgimento do mundo moderno.

Não pretende-se, portanto, [apenas] evidenciar como o processo de modernização do Brasil esbarra com a tradição ibérica arraigada aos longos séculos de colonização, construindo, por exemplo, um Estado independente marcado pelo burocratismo e pelo patrimonialismo. Não pretende-se também [apenas] evidenciar a importância do Estado no processo de modernização do Brasil, diante uma sociedade privatista, ruralista do período colonial. É muito menos destacar a necessidade de construir um mundo urbano, uma sociedade de classes, como forma de superar o personalismo, a confusão entre a vida pública e privada que marca o período colonial e que representa um entrave a modernização do Brasil.

Para além das críticas e perspectivas modernizantes brevemente destacadas, as linguagens da modernidade permitem articular a materialidade da colonização que o país foi submetido, com as possibilidades imaginativas, criativas de localização no mundo e de respostas aos dilemas colocados no processo de modernização do Brasil. Expande-se assim, o horizonte de entendimento da constituição de um povo e de uma sociedade, sem desconsiderar ou desejar superar a tradição que ajudou a moldar a cultura política do país.

Tais considerações não buscam aprofundar nas críticas às grandes interpretações do Brasil, mas apenas destacar como diversas “correntes de pensamento” tinham como

problemática a temática da modernização do país e como percebiam de formas variadas a apropriação do mundo pelos diferentes atores históricos. Nesse sentido, a variedade de interpretações do Brasil, pode ser capturada pela perspectiva das linguagens, através da associação das contribuições da Escola de Cambridge e de Barboza Filho. É nessa perspectiva que o presente trabalho irá estudar comparativamente Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes.

Para tal pretensão, deve-se ter claro que a tese central das linguagens da modernidade, ancora-se na ideia de que o homem se movimenta em busca de apropriar-se do mundo e do que ele pode oferecer à constituição de subjetividades que, ao mesmo tempo, dão respostas ao mundo em que vivem. Essa abordagem parece ser adequada quando o que se pretende estudar diz respeito a configuração da cultura política de um país.

No caso do Brasil, autores como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro podem ser estudados segundo essa abordagem, uma vez que ambos buscam entender o país sob o prisma de atores sociais fazendo história; ou em outros termos, considerando os agentes que, efetivamente, constroem o Brasil.

Isso posto, cumpre indagar: de que modo, no processo de construção do Brasil, esses agentes buscam se apropriar do mundo? Quais são as estratégias delineadas e implementadas para lidar com as condições materiais existentes? Ao fim e ao cabo, de que modo articulam-se materialidade e realidade na construção do Brasil como estado / nação?

Como a intenção do trabalho é explicitar os diferentes olhares sobre o Brasil em Ribeiro e Fernandes, responder às questões levantadas implica analisar suas estruturas de pensamento, assinalando que uma importante característica na lógica argumentativa dos autores é uma mesma estrutura analítica, que começa na tentativa de explicar o processo de formação do Brasil, entender as consequências que daí são decorrentes e, por fim, que alternativas nosso país teria para superar um quadro de desestruturação social.

Especificamente, a referência a Pocock (2002b)<sup>2</sup> é muito valiosa, uma vez que o autor enfatiza a necessidade de examinar a produção acadêmica através de retóricas, discursos, categorias analíticas que evidenciam como se processa a lógica argumentativa. Nesse estudo, entretanto, as categorias de Pocock (2002b) serão inseridas no campo da teoria social, presente nas linguagens da modernidade, pois, acredita-se, é essa inserção que permitirá chegar à estrutura de pensamento dos autores, esclarecendo seu modo particular de perceber a apropriação do mundo pelos agentes humanos responsáveis pela construção do Brasil.

---

<sup>2</sup> Ver *Introdução* (p. 8-10).



Faz-se, então, necessário situar Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes dentro de uma das três linguagens consideradas.

A hipótese a ser testada é a seguinte: Darcy Ribeiro mobiliza o universo da linguagem dos afetos e Florestan Fernandes a linguagem da razão. Essas linguagens serão analisadas, levando em conta o ambicioso projeto de explicar o Brasil, e indicando categorias que mobilizam para isso.

Em Darcy Ribeiro, o ponto de partida desse projeto está na tentativa de explicar o Brasil pelo processo de constituição de um povo e de uma nação. Essas duas categorias – povo e nação - são centrais na obra do autor, pois, como veremos mais adiante, é por meio delas que o autor delinea a singularidade de uma nação brasileira, adequando-se, perfeitamente às linguagens do sentimento, uma vez que para explicar tal singularidade, o autor reconhecerá na cultura e religiosidade popular uma forte manifestação da autenticidade do povo; ou, para usar os termos da linguagem do Afeto, é por meio desses dois elementos que se verificará a livre manifestação da potência da multidão. Todo processo de exclusão social que nosso país sofre é ocasionado quando o Estado não traduz a autenticidade do povo brasileiro em um projeto viável de nação.

Portanto, constituição de um povo/nação, exclusão social e projeto político são partes de uma mesma estrutura lógica presente no autor; a linguagem do Sentimento dará subsídios para entender essa dinâmica.

Em Florestan Fernandes, a questão central é o processo de implantação da ordem burguesa no Brasil. Ou seja, a questão do “moderno” – no que implica de racionalização da vida – prevalece na análise sobre os temas do povo e da nação. O ponto de partida no desenvolvimento dessa análise é o surgimento do Estado/Sociedade nacional.

A linguagem da Razão é perfeitamente adequada para explicar o movimento de determinados agentes que, por via da política, rompem com o estatuto colonial, abrindo um processo de revolução social que culmina na construção de uma ordem social competitiva. A política sempre volta à tona quando esses agentes se utilizam do Estado para manter sob seu controle os fluxos de transformações provocadas pelo capitalismo no Brasil. Ou seja, privilegiam-se os elementos que permitem atestar um determinado tipo de modernização no Brasil, deixando à sombra aspectos centrais para outro tipo de análise, como a de Darcy Ribeiro.

Para o autor a exclusão social no Brasil ocorre porque o povo não participa efetivamente da ordem vigente; a consequência dessa exclusão é a constituição de uma sociedade em que a cidadania, base antropológica na concepção da linguagem da Razão, não

é estendida para toda a sociedade. A ampliação da cidadania será, portanto, crucial na implantação e implementação de um projeto político viável para o Brasil.

Essa aproximação com a obra dos autores, vistas à luz da linguagem que emerge de situações históricas específicas, permite indicar uma lógica similar, qual seja a da viabilidade do Brasil, e proposições diferentes de consecução de um projeto nacional: em Ribeiro, via povo constituindo a Nação; em Fernandes, via Estado ampliando a cidadania.

## 2 BIOGRAFIAS

### 2.1 Darcy Ribeiro

Da vida intensa de Ribeiro será feito um breve levantamento de sua formação acadêmica e política, no que tange a acontecimentos de sua vida, significativos para sua obra.

Nascido em Montes Claros-MG (1922), formou-se pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1946. Seus primeiros anos de carreira profissional foram vividos estudando os índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia. Nesse período, ele foi protagonista da fundação do Museu do Índio e da demarcação do parque indígena do Xingu.

Mais tarde, em 1955, trabalhou na educação primária e superior. Um dos seus importantes feitos foi a criação da UNB e também a atuação coordenando a implantação de reformas estruturais, quando participou do Governo Jango, como Chefe da Casa Civil, projeto que foi interrompido com o Golpe Militar de 1964, obrigando-o a exilar-se no Uruguai.

Foi homem de ação em vários países da América Latina em que viveu. Conduziu programas de reforma universitária, como defendido em seu livro *A Universidade Necessária* (1967/1971), foi assessor do presidente Salvador Allende, do Chile, e de Velasco Álvarez, do Peru. Nesse período começou a escrever “O povo brasileiro”, concluído trinta anos depois, em 1995, e ainda os cinco volumes de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*.<sup>3</sup>

Em 1968, Ribeiro volta ao Brasil, mas logo é preso; nesse momento começa a escrever o romance “Maíra” (SILVA, 2007). Após a prisão, exila-se pela segunda vez, dessa vez em Caracas, onde enveredou-se pelo terreno do romance, terminando “Maíra”(1976) e escrevendo “O Mulo”(1981). De volta ao Brasil, escreveu “Utopia selvagem”(1982) e “Migo”(1988).

Publicou também um balanço crítico da história do Brasil, entre 1900 e 1980, “Aos Trancos e Barrancos” (1986). Escreveu uma coletânea de Ensaios Insólitos, “Sobre o óbvio” (1955-1970), e um balanço de sua vida, “Testemunho”. Com Berta G. Ribeiro, sua esposa, escreveu “Suma Teológica”.

Em 1976, ano em que retorna ao Brasil, volta a dedicar-se à educação e à política. Foi vice-governador do Rio de Janeiro, no Governo Brizola, em 1982, sendo também

---

<sup>3</sup> O processo civilizatório, As Américas e a Civilização, O dilema da América Latina, Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil, e Os índios e a Civilização.

secretário da Cultura e Coordenador do Programa de Educação, quando implantou 500 CIEPs. Além disso, criou a Biblioteca Pública Estadual, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvin, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo. Não se pode esquecer o Memorial da América Latina, em São Paulo, cujo projeto foi de sua responsabilidade, junto com Oscar Niemeyer, entre os anos de 1978 e 1989. Entre suas obras está também a criação da Universidade do Norte Fluminense (SILVA, 2007).

Como senador defendeu vários projetos, dentre eles o mais conhecido e polêmico foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Reconhecido não só nacionalmente, recebeu diversos títulos, entre os quais o de Doutor Honoris Causa da Sorbonne e das Universidades de Montevidéu, Copenhague e da Venezuela Central.

## **2.2 Florestan Fernandes**

Essa parte do trabalho fará uma breve exposição da vida de um dos mais importantes e brilhantes sociólogos que o Brasil conheceu. Figura ímpar para a sociologia brasileira, tal não se deve apenas a sua produção acadêmica, que lhe concedeu reconhecimento nacional e internacional, mas a seu espírito atuante, militante, de quem acreditava no papel prático que a sociologia podia desempenhar para a construção de um Brasil mais justo.

Nascido em São Paulo , em 1920, filho de uma família pobre, Florestan Fernandes teve uma vida marcada por trabalho e superação. A necessidade de ajudar a família exigiu que trabalhasse desde criança, o que o fez afastar-se dos estudos aos nove anos de idade, retornando apenas aos dezessete anos.

Fernandes ingressa na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo aos dezoito anos, no curso de Ciências Sociais, fazendo parte da primeira geração de sociólogos formados nesse curso. Formou-se em 1943 e já em 1944 foi assistente do professor Fernando Azevedo em cursos de Sociologia. Nesse mesmo ano casou-se com Myriam Rodrigues Fernandes, com quem teve seis filhos.

Em 1947 tornou-se mestre em Ciências Sociais, em Antropologia, com a dissertação “A organização social dos Tupinambá”, sob a orientação do professor Fernando Azevedo, que também o orientou no doutorado, concluído em 1951, com a tese “A função da guerra na sociedade Tupinambá”.

Em 1953, tornou-se livre docente em Sociologia na USP e professor titular da mesma, com o trabalho “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”.

Com uma forte atuação política nos anos duros da ditadura militar, foi preso em 1964; libertado por pouco tempo, foi preso novamente em 1965 e solto no ano seguinte, graças a um *habeas corpus*.

Perdendo sua cadeira como professor na USP, pelo AI5, em 1969, embarcou como refugiado político nesse mesmo ano para Toronto, Canadá, onde se tornou professor. Em 1972, voltou ao Brasil e começou a lecionar em cursos de Extensão Cultural Sedes Sapientiae, em São Paulo. Em 1977, foi professor visitante na Universidade de Yale e, em 1978, ingressou na PUC-SP como professor titular.

Autor de diversas obras importantes para a sociologia nacional, dentre essas podem-se citar algumas de maior relevância: “Mudanças Sociais no Brasil” (1960), “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (1964), “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” (1968), “A Revolução Burguesa no Brasil” (1975), dentre tantas outras.

Como militante político, sua atuação não foi menos intensa que sua vida acadêmica. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, eleito deputado federal constituinte, em 1986, pelo PT, reelegendo-se pelo mesmo partido, em 1990.

Como político teve grande atuação no campo da educação, participando, por exemplo, da elaboração da LDB. Contudo, defendia algumas propostas que não constavam do texto original do mentor da LDB, Darcy Ribeiro, como a inclusão de um piso salarial para os professores, o princípio da escola única, maior autonomia das escolas, diretores eleitos por professores, alunos e pais.

Florestan Fernandes faleceu em 10 de agosto de 1990.

## **2.3 Contexto e obra**

### **2.3.1 Darcy Ribeiro**

Após forma-se pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1946, Ribeiro direciona sua vida profissional para estudar a situação indígena no Brasil, trabalhando

para o Serviço de Proteção ao Índio, sendo também um dos protagonistas da fundação do Museu do Índio e da demarcação do parque indígena do Xingu .

Em 1954 com o suicídio de Getúlio Vargas, entra em cena o intelectual mais atuante na política nacional. Aliando-se ao Trabalhismo, apóia incondicionalmente o governo do presidente João Goulart, em quem vê a continuação do projeto de reforma nacional que Getúlio Vargas iniciara no Estado Novo.

Nas obras referente aos “Estudos de Antropologia da Civilização”, Ribeiro desenvolve a ideia do “socialismo evolutivo”, em que busca destacar o processo de desenvolvimento histórico-tecnológico do Brasil e da América Latina e a necessidade de superação do quadro de dependência externa. Tal perspectiva que enquadra Darcy Ribeiro como um intelectual reformista, pode ser percebida também na sua vida política, quando participou do governo Jango na Chefia da Casa Civil e como ministro da educação. (SILVA, 2007)

Segundo Silva (2007, p. 23):

Darcy reconheceu três influências na sua formação profissional: a literatura; a ensaística típica das primeiras produções que construíram uma imagem da identidade nacional, e a influência teórica da antropologia praticada na escola paulista. Em todos os âmbitos que passou ele ressalta seu caráter reformador.

Com a queda do Governo João Goulart e a implantação da ditadura militar (1964), Darcy Ribeiro desenvolve mais sistematicamente seu pensamento da realidade brasileira e da América Latina no exílio. É nesse momento que Ribeiro faz uma releitura de Marx, especialmente o materialismo histórico, buscando assim formular uma antropologia dialética, presente nos seus estudos sobre “o processo civilizatório”.

Tanto a trajetória política, como a produção acadêmica de Darcy Ribeiro, evidenciam um intelectual que não se enquadrava em nenhuma corrente de pensamento ou filiação teórica.

Em Minas, recebeu as influências da formação humanística, gosto pela literatura e pela inquietação intelectual. Em São Paulo foi ser cientista social e enfatizou o senso de dever pela transformação do mundo por meio de convicções comunistas. No Rio de Janeiro fez-se formador de novos pesquisadores e consolidou sua carreira política. (SILVA, 2007, p. 24).

Todas essas influências em sua vida, revelam-se no seu “estilo” acadêmico; com uma narrativa como um “livre pensador”, apóia-se na produção ensaística, mas sem deixar de lado

as influências teóricas que marcaram seu tempo em São Paulo, tais como: Roquete Pinto, Curt Nimuendaju, Arthur Ramos, dentre outros.

Ribeiro volta ao Brasil em 1968, é preso e após ser liberto, parte para seu segundo exílio em Caracas e depois para o Chile onde foi assessor de Salvador Allende. Em 1976 retorna definitivamente ao Brasil, termina de escrever “o povo brasileiro” e volta à cena na política brasileira como vice-governador do Rio de Janeiro e secretário da Cultura e Coordenador do Programa de Educação (1982), além é claro, como senador da República em 1991.

### 2.3.2 Florestan Fernandes

Ao analisar a vida e obra de Florestan Fernandes, Barbara Freitag (2005) dividiu a trajetória do intelectual em três fases. A primeira fase chama de “cientista- acadêmico” (1941-1968), a segunda fase é o “político- revolucionário” (1970- 1986) - cabe lembrar que em 1969 Fernandes perde sua cátedra de sociologia na USP com o AI-5 - e por fim, a terceira fase é o “militante solitário” (1986) (FREITAG, 2005, p. 231).

Como “cientista acadêmico”, Fernandes estava preocupado com a produção científica nas Ciências Sociais brasileira, portanto, uma marca de suas produções nessa época é o rigor do método. Em suma, lhe interessava discutir o papel da Sociologia como disciplina acadêmica no Brasil. Destacam-se as seguintes obras com tal preocupação: Ensaio de sociologia geral e aplicada (1960), A sociologia numa era de revolução social (1963) e Fundamentos empíricos da explicação sociológica (1965) (FREITAG, 2005).

A produção acadêmica interessada pela análise antropológica do índio brasileiro, com viés claramente funcionalista, encontra-se nas obras: Função social da guerra na sociedade tupinambá (1952) [tese de doutorado], A etnologia e a sociologia no Brasil (1958) e Folclore e mudança social na cidade de S.Paulo (1961) (FREITAG, 2005).

A convite de Roger Bastide que realizava um trabalho para a UNESCO sobre o preconceito racial no Brasil, Florestan Fernandes produziu a obra: “A Integração do Negro na Sociedade de Classe (1966). Sem dúvida nenhuma essa foi uma produção de destaque na sua fase “cientista- acadêmico”, em que o autor argumenta contra a tese da “democracia racial” no Brasil, ao evidenciar como o processo de instauração de uma ordem social competitiva que

relega os negros libertos a uma condição de miséria e penúria social ao não serem inseridos de forma ampla e democrática nesse novo sistema capitalista.

Nessa mesma fase, a temática da “educação” aparece como preocupação do autor, como por exemplo, na “Campanha em defesa da Escola Pública (1962). Basicamente, Florestan Fernandes critica uma educação pouco inclusiva e democrática, sobretudo para a parcela desprivilegiada da população, como os negros, as mulheres, os pobres e outras minorias.

Freitag (2005, p. 235) argumenta: “Nos estudos realizados sobre índios, negros e brancos no Brasil, em especial focalizando suas chances educacionais, Fernandes não esconde sua simpatia e solidariedade incondicionais pelos oprimidos, excluídos, desprivilegiados.”

A Segunda fase de Fernandes corresponde ao período da ditadura militar no Brasil e do seu afastamento da cátedra de Sociologia da USP pelo AI-5. É nesse momento que Fernandes deixa de lado o intelectual preocupado com a metodologia científica, com a sociologia como disciplina acadêmica e entra em cena o “político-revolucionário”. É nessa fase que o intelectual aproxima-se do marxismo e a temática da revolução socialista apresenta-se em seu horizonte. Segundo Freitag (2005, p. 238):

Fernandes percebera, na própria carne, que o indivíduo mesmo altamente dotado e consciente para fazer o diagnóstico correto do seu tempo, não tem poder de transformação da sociedade como indivíduo isolado. Seu potencial de transformação da realidade global depende de conjunturas e tendências internacionais, nas quais o indivíduo singular submerge, sem poder de intervenção ou transformação. Ao apoiar-se em conceitos como “modo de produção capitalista”, “imperialismo”, “relações de produção” tem consciência de que se trata de fenômenos históricos que acontecem independentemente das vontades individuais e que se precipitam como avalanches, *über die Köpfe der Individuen hinweg* (Marx), “por cima de nossas cabeças”.

Destacam-se as seguintes obras dessa fase: A revolução burguesa (1975), Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana (1975), A Ditadura em questão (1983), Nova República? (1985), Universidade Brasileira: reforma ou revolução? (1979) (FREITAG, 2005).

Em sua terceira fase, “militante-solitário”, Florestan Fernandes deixa de lado o intelectual acadêmico, para entrar em cena o militante político, membro do Partido dos Trabalhadores e deputado federal.

Destaque-se nessa parte do trabalho, alguns elementos que dão consistência na comparação entre Ribeiro e Fernandes. Um desses elementos é o contexto histórico-nacional que os autores estavam inseridos, momento de extrema turbulência no cenário político,



especialmente com o processo de ditadura militar, que de uma maneira ou outra, os “obrigaram” a se posicionarem diante essa crise da modernização do país. Todo esse contexto histórico, de certa forma, os influenciaram a terem preocupações com questões semelhantes, ainda que vistas por ângulos diferentes: índios, educação, povo, exclusão social, etc. Esses ângulos diferentes sobre questões semelhantes, correspondem às diferentes utopias para o Brasil; no caso de Ribeiro em imaginar uma “nova Roma”, um mundo socialista de acordo com a particularidade da América latina, e em Fernandes, um mundo socialista, racionalizado e democrático.

Por fim, um ultimo elemento a ser destacado (retomando Pocock (2002b), são as linguagens “institucionalizadas”, ou seja, desenvolvidas no meio acadêmico, que permitem que os referidos autores fossem inteligíveis em sua época e passíveis de comparação na nossa.

### **3 “O POVO BRASILEIRO” E “A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL”**

#### **3.1 Justificativa teórica**

A produção acadêmica que busca entender o Brasil é vasta, enveredando por diversos caminhos, diferentes matrizes teóricas e ideológicas. Embora o presente trabalho não pretenda abarcar toda essa produção, isso não reduz a importância da temática escolhida e muito menos o alcance teórico que o trabalho deve ter desde que dentro dessa vasta produção, sejam selecionadas algumas obras que se destacaram nas Ciências Sociais brasileira. Nesse sentido, o presente trabalho pretende explicitar a visão de Brasil em Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, dando uma atenção especial a duas de suas obras: “O Povo Brasileiro” e “A Revolução Burguesa no Brasil”, respectivamente.

O leitor mais atento pode questionar-se por que, dentre vários autores, foram escolhidos justamente esses dois? E por que focar nessas duas obras em especial? A discussão que Pocock (2002b) faz sobre as linguagens políticas é um bom meio para responder a esses questionamentos. Segundo o autor, para entendermos uma obra devemos levar em conta o contexto histórico de sua inserção.

Fazendo parte de uma mesma geração de intelectuais, as obras de referência para esse trabalho foram escritas em um momento crucial e de crise do processo de modernização do país. A ditadura militar no Brasil delimitava para os atores sociais, políticos e intelectuais da época, possibilidades de ação muito claras: 1- Desencadear um processo de modernização que possibilitasse o desenvolvimento de um capitalismo nacional; 2- Viabilizar a inserção do Brasil em um cenário de capitalismo internacional, via promoção de alianças com as principais potências mundiais, com o intento de tirar o melhor proveito possível dessas circunstâncias; 3- Promover a revolução socialista.

Nesse cenário, tanto Darcy Ribeiro como Florestan Fernandes foram personagens importantes, não só no campo acadêmico, mas também como atores políticos ativos. Essa questão é importante, pois, revela que sua produção acadêmica não estava descolada das visões políticas e ideológicas que tinham sobre o país. É nessa perspectiva que devem-se entender esses dois intelectuais.

A atitude de intervenção no mundo revela que suas produções não estavam limitadas a determinados momentos e conjunturas, mas tinham um alcance muito maior. A concepção de universidade para os autores, por exemplo, estava centrada na ideia de intervenção e mudança na sociedade. Esse é o ponto de partida para a análise dos dois autores, assinalando em sua produção acadêmica aspectos político-ideológicos, de diferentes modos de olhar o Brasil, que tanta influência tiveram em seu trabalho acadêmico.

Voltando à Pocock (2002b), o autor argumenta que as linguagens políticas especificam-se em sublinguagens, que se referem, em termos gerais, às linhas argumentativas presentes nos discursos dos atores; ou seja, a linguagem é expressa em retóricas diversas, por sua vez, ancoradas em diferentes modos de pensar. Na produção acadêmica isso pode ser percebido pelo uso de categorias explicativas, que muitas vezes produzem novos paradigmas, novas formas de conceber uma realidade, suscitando todo um debate no mundo acadêmico.<sup>4</sup> Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes foram esses personagens, cujas produções mobilizaram os ânimos da comunidade acadêmica.

“O Povo Brasileiro”, de Darcy Ribeiro, por exemplo, levanta uma importante discussão a respeito da constituição de nossa identidade nacional. Para isso, o autor utiliza noções como ninguentidade, cunhadismo, dentre outras. É interessante notar nessa obra uma forte valorização de elementos autenticamente nacionais. Nesse sentido, as categorias que explicam a gênese do povo, dariam substância teórica para a tentativa de provar que o destino do Brasil é ser uma grande nação.

A obra de Florestan Fernandes, “A Revolução Burguesa no Brasil”, não por acaso se torna um clássico, pois nela o autor faz convergir diversas matrizes teóricas, recurso do qual emerge uma lógica argumentativa sólida, capaz de explicar a formação de uma sociedade de classe no Brasil. A narrativa constitui-se em uma relação dialética entre política e mercado, o que possibilita ao autor trabalhar, de um lado, com noções weberianas, como a de “estamento”, “poder político indireto” e, de outro lado, com categorias marxistas, como a de “classe”. O conceito de autocracia burguesa é uma idéia chave em sua obra, porque sintetiza o modo de a elite manipular o poder, visando a adaptar-se às inevitáveis transformações pelas quais o país passou com o surgimento do capitalismo.

Em linhas gerais, a opção por trabalhar comparativamente Ribeiro e Fernandes, focando nas respectivas obras, “O Povo Brasileiro” e “A Revolução Burguesa no Brasil”, deve-se a considerar que as duas obras não só sintetizam toda a produção intelectual dos

---

<sup>4</sup> Ver *Introdução* (p. 8-10).

autores, tendo como temática o Brasil, como também avançam em possibilidades analíticas, que dão conta de explicar a formação de um país, as consequências daí advindas e, ao mesmo tempo, abrem perspectivas de mudança social.

A seguir serão feitos resumos das duas obras propostas para o estudo no presente trabalho.

### **3.2 O Povo Brasileiro: a perspectiva de Darcy Ribeiro**

O processo de expansão e conquista de novos territórios por parte da Espanha e Portugal representou o início do rompimento desses países com o sistema feudal e a instauração de uma economia mercantil. Essa empreitada que os fizera lançar-se ao mar em busca de lucros mercantis, tem na religião um importante papel legitimador. Essa dualidade entre o modernizante, via mercantilismo, e o arcaico, via religião, faz com que as duas nações se enquadrem no que Darcy Ribeiro (1995) chamou de Império Mercantil Salvacionista. Definindo os termos dessa denominação, império mercantil por estar sobre a base de uma nova formação socioeconômica, que expande seu poderio dominando extensas áreas, subjugando um grande número de povos; salvacionista porque nessa aventura além-mar Portugal e Espanha atribuíam-se uma missão de salvação, como representantes da igreja católica.

Nesse sentido, dois movimentos são cruciais para a abertura de caminhos dos iberos no Novo Mundo: 1- A busca de riquezas; 2- O contato interétnico.

Os iberos, ao contrário, se lançaram à aventura no além mar, abrindo novos mundos, atizados pelo fervor mais fanático, pela violência mais desenfreada, em busca de riquezas a saquear ou de fazer produzir pela escravaria. Certos de que eram novos cruzados cumprindo uma missão salvacionista de colocar o mundo inteiro sob a regência católico-romana. Desembarcavam sempre desabusados, acesos e atentos aos mundos novos, querendo fluí-las, recriá-los, convertê-los e mesclar-se racialmente com eles. Multiplicaram-se, em consequência, prodigiosamente fecundando ventres nativos e criando novos gêneros humanos. (RIBEIRO, 1995, p. 67).

A experiência absolutamente nova no Brasil se dá justamente por uma colonização que, ao mesmo tempo, integradora na produção de sua mestiçagem, é excludente na negação de um povo que daí surge, no seu uso como simples mão de obra subjugada a uma elite dominante. Nesse universo católico, barroco, a força dominadora da elite dominante é

legitimada pela missão salvacionista concebida pela Igreja, em que a busca de civilizar os índios e de implantar o comércio, tudo estava de acordo com a vontade de Deus, mesmo que utilizando a violência.

Nesse sentido, a catequização desempenha um papel de pacificação dos nativos ao agregar a seu universo a ideia de pecado, que para eles não existia. O cumprimento desse papel legitima uma elite dominante que se diz salvadora ao enquadrar os índios e, posteriormente os negros, a uma civilização em que são meros serviçais, resignando-os à opressão, cuja lógica a transforma em um movimento natural desejado por Deus para salvá-los. É desse processo de dominação, transfiguração étnica aviltadora que emergem as bases de formação da sociedade brasileira (RIBEIRO, 1995).

Em outras palavras, se de um lado a exploração colonial cria uma sociedade altamente estratificada, por outro lado o *ethos* do barroco presente no discurso salvacionista dessa empreitada mercantil, confere-lhe o caráter assimilacionista, que permite o contato interétnico do qual resultará o surgimento de um povo novo.

A temática desse povo novo é de suma importância na obra de Darcy Ribeiro, pois é essa categoria que o autor utiliza para explicar e/ou justificar a singularidade do Brasil e do brasileiro; é, portanto, necessário esclarecê-la com precisão. O caráter assimilacionista presente na tradição ibérica, especificamente no barroco, possibilita o surgimento de um novo homem, que não se identifica com suas matrizes étnicas; significa dizer que não são índios, negros e muito menos ocidentais em sua versão lusitana; logo, sua identidade deve ser construída, bem como a de uma sociedade que se inaugura. O fato de essa nova sociedade não se enquadrar em moldes ocidentais clássicos, apresenta-se como um desafio, um processo aberto, criativo, voltado exclusivamente para o futuro.

Trata-se de um projeto otimista de sociedade e tem referência direta na constituição desse povo novo, cuja mestiçagem permite a formação de uma identidade que antropofagicamente devora suas matrizes étnicas, criando algo inovador, uniforme racialmente e culturalmente, apesar de uma inequívoca pluralidade de costumes. Obviamente, a formação dessa identidade não é imediata, seguindo um longo processo evolutivo; por isso, a designação brasileiro surge, apenas, quando necessária para distinguir este – brasileiro – dos primeiros núcleos neobrasileiros, formados por mamelucos e afro-brasileiros, que já apresentavam características de uma nova identidade, de uma nova configuração histórica, diferente de suas matrizes étnicas.

Em outras palavras, embora o caráter assimilacionista da colonização brasileira seja evidente, como também são evidentes seus resultados, como a formação de uma nova etnia,

esse processo não é tão direto. Em um primeiro momento, há um processo de deculturação, ou seja, índios e negros são impedidos de adotar sua cultura original, aderindo assim, às normas e valores de seus dominadores. Nesse processo surge um segundo momento, o de aculturação, quando vai se dar a formação de uma etnia embrionária, ou de uma proto-célula, cujos elementos culturais se constituirão pela união das tradições culturais de suas matrizes étnicas. O amadurecimento dessas proto-células resultará na formação de uma etnia nacional, e isso só será possível pela adesão de toda a população ao mesmo núcleo de valores culturais (RIBEIRO, 1995).

De acordo com a proposição de Ribeiro (1995), o primeiro brasileiro é o mameluco, que não se identifica com seus antepassados indígenas, negando-os, e nem com os europeus que os negavam. O mesmo acontece com os crioulos, filhos mestiçados ou puros de negros nascidos no Brasil, que também não se identificavam mais com suas matrizes africanas. Significa dizer que o mameluco e o crioulo, não eram índios nem africanos e muito menos europeus. O que eram, então? Ninguém! É na busca da superação dessa condição de ninguentude que surge a necessidade de construir uma nova identidade, a brasileira. Em outras palavras, havia a necessidade de construção de uma imagem, uma consciência, que estivesse de acordo com essa nova experiência étnico-cultural. A brasilianidade vai aparecendo lentamente dentro desse quadro em busca de afirmação (RIBEIRO, 1995).

Basicamente, as características dessa nova identidade são percebidas pela incorporação de diferentes matrizes étnicas, como, por exemplo o mameluco, que constitui-se valendo-se de meios e recursos indígenas para sobreviver e aproveitar a floresta, juntando a isso a herança tecnológica portuguesa, que, diga-se de passagem, foi de vital importância para a modernização da sociedade brasileira. A mesma dinâmica acontece com os afro-brasileiros, que incorporaram elementos católicos a sua religião (RIBEIRO, 1995).

A incorporação desses antagonismos étnicos, culturais, gera a mestiçagem e, ao mesmo tempo, resulta em uma civilização que não é portuguesa, não é indígena e nem africana. É nesse contexto que tem origem “a tarefa de fazer Brasil” (RIBEIRO, 1995, p. 130).

A busca da identidade étnica é, em alguma medida, a busca de localizar-se no mundo, de forjar uma consciência cultural e social, por intermédio de uma nova singularidade. Para chegar à unidade étnica não basta, entretanto, a consciência identitária, mas a mobilização emocional, no âmbito dos sentimentos, levando à percepção de unidade capaz de superar toda diversidade interna. Isso só é possível quando se apagam as matrizes

étnicas originais, dando lugar ao reconhecimento de uma nova etnia, auto-reconhecimento como povo, afirmação como brasileiro.

Fica evidente a visão positiva e até mesmo otimista em Darcy Ribeiro na formação étnica do Brasil, uma experiência nova, que incorpora antagonismos étnicos, interetnicidade integradora, criadora dessa unidade étnica, marcada, por outro lado, pela exploração colonialista, bárbara e desumana. Esse processo de dominação colonial cria um Brasil paradoxal, ou seja, um país que é construído pelo suor e sofrimento de negros e índios, mas também pelas mãos daqueles que cometeram tais atos de brutalidade. Somos, nós brasileiros, a síntese desse contato multi-étnico e da relação de subjugação na qual fomos produzidos (RIBEIRO, 1995).

É interessante notar que, se positivamente o contato interétnico delinea um horizonte de possibilidades para a etnia, negativamente sobrevivem nela a exploração e a subjugação. Isso cria um sentimento dual, de ser um país que explora e subjuga, dualidade que marca o Brasil desde a origem. Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 120):

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturados impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesse, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhe caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária.

A autenticidade desse novo povo está justamente na possibilidade de construção de uma identidade nova, olhando exclusivamente para o futuro, constituindo-se segundo seu desejo de ser melhor. Esse é um dos pontos que dá base emocional para uma unidade étnica, para o reconhecimento como brasileiros. Um outro ponto que dá base emocional para o povo brasileiro é o tema da solidariedade, felicidade e alegria como características de um povo que, ao longo de sua trajetória, foi marcado pela contradição entre aqueles que foram açoitados e aqueles que açoitaram. São todos esses elementos que fazem do Brasil um país peculiar e com um destino único. Nos termos do próprio Darcy Ribeiro (1995, p. 265):

Isso significa que, apesar de tudo, somos províncias da civilização ocidental. Uma nova Roma, uma matriz ativa da civilização neolatina. Melhor que os outros, porque lavada em sangue negro e em sangue índio, cujo papel, doravante, menos que absorver europeidades, será ensinar o mundo a viver mais alegre e mais feliz.

Em resumo, é importante realçar, que o processo de formação do Brasil mestiço, tal como o concebemos, iniciou-se logo após a chegada dos portugueses, formando, então, uma

“protocélula étnica brasileira” (RIBEIRO, 1995, p. 269), constituída de núcleos mamelucos, verdadeiras comunidades não mais indígenas, apesar da linguagem de tronco tupi e de conhecimentos indígenas, e muito menos europeus.

Os vários núcleos dessa etnia emergente formam o que Darcy Ribeiro chamou de ilhas-brasil, que se integravam socialmente em três redes: 1- uma identidade étnica protobrasileira; 2- uma estrutura socioeconômica mercantil; 3- uma incipiente cultura erudita, fundada basicamente na religião (RIBEIRO, 1995). Portanto, “[...] a identidade étnica dos brasileiros se explica tanto pela precocidade da constituição dessa matriz básica da nossa cultura tradicional, como pelo seu vigor e flexibilidade” (RIBEIRO, 1995, p. 272). O resultado é uma adaptação dessa cultura às variações ecológicas, regionais, econômicas e de imigração, sem que com isso se perdesse uma unidade essencial. Daí o surgimento das culturas crioula, caipira, sertaneja, cabocla, gaúcha e a gringo-caipira (RIBEIRO, 1995).

Abordada a questão da formação de uma identidade étnica, passa-se a examinar a estrutura socioeconômica, fortemente estratificada, que influenciou a formação de uma linguagem própria e comum àquela massa de caipiras, sertanejos, caboclos, gaúchos, entre outros. Em sua obra, Darcy Ribeiro não abre mão de uma análise econômica para explicar a questão cultural, em especial do povo marginalizado; não faz isso, contudo, pautado por uma linguagem de mercado, mas evidenciando de que modo um sistema econômico atrelado aos interesses externos produz uma massa de marginalizados, que, por sua vez, produzem sua própria linguagem, recurso utilizado para adaptar-se ao mundo. Em lugar de propiciar a superação de marginalidade, Ribeiro (1995) assinala o caráter alienante dessa linguagem, expressa, principalmente, por via de uma religiosidade popular que, embora tenha produzido em momentos históricos pontuais, rebeliões de caráter messiânico, foi incapaz de criar um projeto político, social, econômico viável naquele contexto. Em outras palavras, as expressões de desespero e revolta de um povo marginalizado frente à ordem vigente se dão de forma absolutamente dramática, através de manifestações como banditismo, movimentos messiânicos, fanatismo religioso (RIBEIRO, 1995).

É interessante notar como se dá a movimentação desses miseráveis: não era um movimento em direção à conquista de direitos, ou de interesses, mas uma busca de solidariedade. Dentro desse quadro, o que organiza e dá sentido à vida das pessoas é a religiosidade popular, seja em festas religiosas, em culto aos santos padroeiros, ou em casamentos e outras celebrações rituais (RIBEIRO, 1995).

Um exemplo interessante desse modo de vida, são os caipiras. Após a decadência da mineração, uma nova organização econômica se estabelece, basicamente vinculada à



subsistência. Dessa organização econômica surge uma organização social, centrada em núcleos familiares dispersos. Embora distantes, a singularidade a ser destacada é a solidariedade entre tais núcleos, percebido em mutirões, no convívio coletivo estruturado basicamente pela religiosidade santeira ou através de festas e leilões (RIBEIRO, 1995).

O não enquadramento desses caipiras à economia vigente leva a uma organização econômica própria, autárquica, inibindo o surgimento de ação orientada por interesses materiais maiores, do que resulta um cotidiano em que se alternam o trabalho para garantir a própria subsistência, e a celebração de festas, origem de um preconceito contra o caipira, qualificado como ocioso e vadio.

O mesmo acontece com os sertanejos. Dada uma organização social que isolava as pessoas, com currais muito afastados um dos outros, o grande elemento de sociabilidade desse sertanejo era a religiosidade: as festas populares, o culto dos santos padroeiros, permitiam regular convivência entre pessoas tão dispersas. Fica evidente, assim, como a religiosidade popular desempenha um papel de organizador da vida social. Contudo, a situação de penúria e o isolamento social criam uma linguagem própria desse povo, baseada na religiosidade messiânica, fanática. A mistura desses elementos culturais e de uma situação de penúria social resulta em manifestações como o cangaço, o fanatismo religioso, todas essas modalidades que traduzem a situação em que viviam (RIBEIRO, 1995).

Dois exemplos são bastante emblemáticos, por mostrar como a religiosidade popular com alto teor messiânico leva a fortes e violentas conturbações sociais: Canudos (1896-1897), ocorrido no Nordeste, mais precisamente na Bahia, tendo como líder Antônio Conselheiro e o outro um pouco mais tarde, no Sul do Brasil, o Contestado (1912-1916), tendo como líderes os ditos monges.

Nesses dois casos houve um movimento de caráter messiânico, em que o ordenamento social passava pela idéia do sagrado; em outras palavras, a religiosidade popular emergindo em uma situação de miséria social, levou a uma ação motivada por esse elemento messiânico, na crença da vinda de um salvador que livraria os humildes de sua miséria. É sobre essas bases que surgem líderes salvacionistas, propondo uma reestruturação social que se daria pela mediação do sagrado, do santo<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O fanatismo religioso de caráter messiânico é definido por Ribeiro nos seguintes termos: “O fanatismo baseia-se em crenças messiânicas vividas no sertão inteiro, que espera ver surgir um dia o salvador da pobreza. Virá com seu séqüito real para subverter a ordem no mundo, reintegrando os humildes na sua dignidade ofendida e os pobres nos seus direitos espoliados: ‘[...] o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão[...]’ (RIBEIRO, 1995, p. 357). A mesma dinâmica pode ser percebida no sul do Brasil, mais especificamente no estado do Paraná e Santa Catarina através dos chamados “monges”. Segundo Darcy Ribeiro: “Diversas pessoas puderam encarnar o papel de “monges” antes e durante a revolta do Contestado, porque eles eram, na verdade, expressões das velhas

Então, a situação de miséria social é canalizada e externalizada pela religiosidade popular, não-oficial, daí o sentido revolucionário da ação de Antônio Conselheiro e os cultos dos monges que caminhavam grandes distâncias, reunindo várias pessoas para rezar, fazer novenas, e “[...] para difundir versões populares das crenças católicas e das tradições bíblicas mais dramáticas. Especialmente as referentes a ameaças de castigos e de cataclismos, ou às esperanças de salvação coletiva e de restauração da idade do ouro.” (RIBEIRO, 1995, p. 432).

A ordenação da sociedade que propunham não era racional, ou seja, não tinha como fundamento a instituição de leis, regras, nem era motivada pelo interesse, via produção econômica geradora de lucro, mesmo que fosse diferente da ordem econômica vigente<sup>6</sup>. Era a proposição de uma sociedade cujas bases estavam assentadas nas tradições religiosas populares, tendo na figura do líder messiânico a realização de uma tradição que esperava a vinda do salvador, trazendo o paraíso para a terra e fazendo desse mundo um lugar mais igualitário, mais feliz. E sob o ideal de um paraíso na terra, de busca da salvação, essas pessoas relegadas à pobreza pegavam em armas para defender a possibilidade de serem felizes.

Em outras palavras, era uma sociedade solidária, que:

[...] lhes assegurava oportunidades para o lazer, para os cultos regidos por comandos de reza e para festas religiosas de gosto popular, como as procissões, os casamentos e os batizados que se sucediam quase diariamente. Apesar de proibidos os bailes e consumos de álcool e perseguidos o adultério e a prostituição, a vida nesses ‘quadros sagrados’ era alegre e festiva como jamais fora para essa população emergente do latifúndio, onde vivia isolada, ou das rancharias miseráveis superdependentes dos latifúndios circundantes. Seu encanto maior estava, talvez, nas oportunidades de convívio social intenso, presidido por ideais igualitários e na sua estruturação não mercantil, que permitia a cada núcleo devotar-se coletivamente ao preenchimento de suas condições de existência. (RIBEIRO, 1995, p. 434).

Fica claro nessa passagem, como o tema do igualitário, do feliz, representa o principal elemento de ordenação dessa sociedade, uma vez que são essas as bases de organização normativa e de produção econômica. Pode-se depreender que não queriam, não buscavam ser cidadãos ou ser os novos fazendeiros na ordem vigente, mas viver em uma

---

tradições populares do ‘esperado’, que viria para reordenar o mundo, acabando com a injustiça, com a pobreza, com a enfermidade e com a tristeza. No curso da luta, os núcleos conflagrados organizaram-se em ‘quadros santos’ que procuravam ser reproduções do paraíso perdido e antecipações do paraíso esperado.” (RIBEIRO, 1995, p. 433).

<sup>6</sup> Ver *Introdução* (p. 14-21), onde é detalhada a temática das linguagens da modernidade. Convém ao leitor ter uma atenção especial à linguagem da Razão e do Interesse que é indiretamente citada no texto. Cabe frisar que tal citação não representa um prejuízo à proposta do capítulo – fazer um resumo das obras em questão – uma vez que visa apenas dar destaque ao argumento subsequente de Darcy Ribeiro.

sociedade mais solidária, baseada na igualdade e na felicidade, diferente da ordem vigente que era repressora, latifundiária, triste.

Com o processo de urbanização e industrialização, uma grande massa de homens e mulheres sai do campo em direção à cidade, processo feito de forma pouco organizada, sem políticas de Estado que dessem condições dignas para essas pessoas, obrigando-as a se estabelecer em favelas. Darcy Ribeiro argumenta que os reflexos negativos podem ser vistos também em um processo de deculturação. Em um primeiro momento da formação do povo brasileiro, a deculturação se deu pela tentativa de romper com as matrizes étnicas – indígena, europeia, negra - criando algo novo, integrado, baseado em um “calendário civil regido pela Igreja, dentro de padrões morais bem prescritos” (RIBEIRO, 1995, p. 205). Em um segundo momento, esse processo de deculturação, agora de massas urbanas, ocorre em manifestações como o carnaval, cerimônias de candomblé, cultos religiosos desesperados, paixões esportivas, por exemplo (RIBEIRO, 1995).

Nessa população a família não mais se configura segundo a idéia de família cristã, com casamentos bem constituídos, mas baseia-se na figura feminina, na mãe que tem filhos de vários homens. É essa mulher, mãe, que assume toda a responsabilidade de criar e fazer sobreviver o filho diante de tanta miséria.

É nesse processo de exclusão social que surge novamente uma linguagem com um forte compartilhamento de afeto, presente na alegria exagerada, quase um desabafo, seja no carnaval, no grito de gol da torcida ou em cultos afro-brasileiros.

O processo de marginalização cria, portanto, uma linguagem própria, que se adequou à realidade social, oferecendo respostas e soluções espirituais para os problemas de alcoolismo, violência doméstica, drogas, geradas pela situação de miséria social. A religiosidade, nesse sentido, torna-se um forte componente de explicação e solução para os problemas sociais, sendo os cultos evangélicos e afro-brasileiros, exemplos daquela linguagem.

Pode-se afirmar, portanto, que ao longo da história do Brasil uma ordem social repressora e excludente não impediu a constituição de um povo único, unido culturalmente, apesar da pluralidade de seus costumes, um povo que busca formas próprias e autênticas de achar um lugar no mundo e que dê sentido a sua vida. “Ocorre, surpreendentemente, que esse povo nascente, em lugar de uma Lusitânia de ultramar, se configura como um povo em si, que luta desde então para tomar consciência de si mesmo e realizar suas potencialidades.” (RIBEIRO, 1995, p. 448).

A realização de todo esse potencial delineia para o Brasil um destino único, inovador. Darcy Ribeiro reconhece isso justamente em tudo aquilo que nos faz autênticos, singulares. Ninguém melhor que o próprio autor para descrever o futuro que nos cabe:

Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também mais bela e desafiante. Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. O Brasil já é a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso auto-sustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra. (RIBEIRO, 1995, p. 454-455).

### **3.3 A Revolução Burguesa no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes**

Como questão preliminar ao conhecimento/explicação da construção da nação brasileira, é de vital importância entender a evolução da sociedade de classes no Brasil. Para isso, é preciso levar em conta os rumos singulares que toma o processo de civilização, de modernização do Brasil. Dentro dessa singularidade, a burguesia no Brasil surgiu em um contexto de urbanização e organização do Estado Nacional, tendo como atividade inicial, o comércio, que vinha se desenvolvendo a partir do século XIX.

É importante destacar que, inicialmente, não havia o reconhecimento deste burguês como um ator consciente de classe; logo, o que os unificava era a não aceitação de uma sociedade organizada pela violência, pela escravidão, pelo patrimonialismo, tudo isso materializado no movimento anti-escravidão, que tinha como pano de fundo o intento de desenvolver uma ordem social competitiva.

Esse posicionamento se traduziu em um ataque aos fundamentos morais e jurídicos da ordem escravista, que por fim culminou em uma revolução social, acarretando a possibilidade de expandir uma economia de mercado.

Segundo Florestan Fernandes (1976, p. 19):

Ainda assim, mesmo manifestando-se dessa forma, ele teve um alcance criador, pois deixou o palco livre para um novo estilo de ação econômica: a partir daí, seria possível construir “impérios econômicos” e abrir caminho

para o “grande homem de negócios” ou para o “capitão de indústria”, figuras inviáveis no passado recente (como o atesta o infortúnio de Mauá).

Florestan Fernandes reconhece nas cidades o surgimento de um perfil clássico de burguês, que envolvia desde a poupança, investimentos empresariais até a acumulação de dinheiro e reinvestimentos. Ao mesmo tempo levanta a seguinte questão: “existe ou não uma ‘Revolução Burguesa’ no Brasil?” (FERNANDES, 1976, p. 20).

A resposta positiva que o autor dá à pergunta passa por uma avaliação da derrocada do estatuto colonial por agentes sociais muito bem definidos. É importante deixar claro, que isso só foi possível devido à mudança estrutural, na qual a burguesia emergente foi capaz de dar respostas políticas, econômicas e sociais à influência estrangeira, sobretudo européia, em relação à implantação de uma civilização moderna no Brasil.

Considerando a questão de classe, afirmar que houve uma revolução social é afirmar que havia elementos psicossociais e políticos que permitiram conduzir esse processo. Fernandes (1976) reconhece isso quando, por exemplo, analisa o movimento abolicionista questionador do *status quo*, o que, em alguma medida, implicava agentes humanos atuando em uma mesma direção, com os mesmos interesses e valores, fossem eles fluidos ou não.

Nesse sentido, afirmar que havia uma burguesia, mesmo que nascente, e um espírito burguês, que nesse caso antecede o próprio capitalismo, é evidenciar elementos que foram cruciais na transformação da sociedade. Esse entendimento de Fernandes sustenta sua proposição de duas questões importantes no processo de transformação:

Uma relacionada com as origens dos móveis capitalistas de comportamento econômico; outra, vinculada a reelaboração e a expansão desses móveis capitalistas, sob o impacto da ruptura do estatuto colonial e das suas conseqüências sócio-econômicas. (FERNANDES, 1976, p. 22).

Esses móveis capitalistas são introduzidos no Brasil com a colonização, mas dada a relação entre metrópole e colônia, pouca parte da renda extraída desse capitalismo comercial ficava no Brasil, o que representava um entrave ao desenvolvimento da economia interna. Esse fator não tem apenas um reflexo econômico no desenvolvimento da economia interna, mas também no plano psicossocial, pois, submete os principais agentes econômicos nacionais de então, os fazendeiros, a uma dinâmica econômica na qual eram apenas um ente vinculado à coroa. Sua atividade, portanto, por estar ligada aos interesses externos, pouco contribuía para o desenvolvimento de uma mentalidade de agente independente, que visasse ao lucro; ou seja, era uma mentalidade absolutamente patrimonialista (FERNANDES, 1976).

Importante que fique claro nessa análise, é a absolvição da grande lavoura como empecilho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil; na verdade, era um estatuto colonial, que subordinava social, econômica e politicamente o Brasil, o grande entrave à emergência do capitalismo.

A partir do momento que se rompe esse estatuto colonial, surge um Estado Nacional, no qual os móveis capitalistas da grande lavoura assumem um papel crucial em uma mudança sócio-econômica, momento em que começa a surgir uma sociedade nacional e junto com ela novos agentes econômicos já desvinculados da aristocracia agrária (FERNANDES, 1976).

Portanto, é por meio da formação de um Estado Nacional, de uma Sociedade Nacional, que a dinâmica política e social se desvinculam do mundo agrário, transferindo-se para as nascentes cidades, nova configuração que obriga os senhores rurais a projetar-se em um cenário político e econômico que lentamente corrói seus valores patrimonialistas.

No momento em que o senhor rural se enquadra em padrões de vida urbana e em novas relações sociais e institucionais, há uma mudança de sua mentalidade: enfim, ele “aburguesou-se” (FERNANDES, 1976, p. 29).

Essa mudança de mentalidade, de comportamento econômico, só foi possível graças ao benefício econômico gerado pelo café e pela imigração. Por conseqüência, começa a surgir uma série de atividades econômicas e seus agentes – banqueiros, comerciantes, dentre outras – já preocupados em obter lucro desvinculando-se paulatinamente de valores morais e de honra da aristocracia agrária, em busca de ascensão social cujo motor era o enriquecimento, propiciado pela nova ordenação social.

Sob semelhante clima de vida material e moral, um vendeiro, por exemplo, podia galgar dura mas rapidamente os degraus da fortuna. Em seguida, fazia por lograr respeitabilidade e influência, através dos símbolos da própria “aristocracia agrária”, convertendo-se em “comendador” e em “pessoa de bem”. (FERNANDES, 1976, p. 28).

É esse estrato social, ligado a novas atividades econômicas, que permite a modernização da sociedade, das instituições e da economia, resultando, assim, na instauração de uma ordem social competitiva.

Partindo para outra linha argumentativa, complementar a essa, que explica o surgimento do capitalismo no Brasil, Fernandes (1976) ressalta o surgimento de um espírito burguês que se colocou contra os valores patrimonialistas, pretendendo com isso modernizar e instaurar uma outra ordem, sob condições políticas, econômicas e jurídicas adequadas a esse espírito burguês, que pode ser percebido em determinados agentes, que buscam nas

instituições políticas uma normatização da sociedade, capaz de conduzir sob seu controle a implantação do capitalismo. O ponto a destacar é que isso não se fez acompanhar de uma extensão de direitos de cidadania a toda a população (FERNANDES, 1976).

O surgimento de uma sociedade nacional e de um Estado Nacional que visasse garantir o mercado revela o caráter revolucionário desse espírito burguês em sua capacidade de romper com o antigo para viabilizar a nova ordem. Em outras palavras, o marco revolucionário se deu com o processo de independência, que rompeu com o estatuto colonial instaurando uma sociedade nacional.

Esse processo revolucionário só foi possível graças à movimentação política de uma elite nativa que visava a assumir o poder político e, com isso, ter o total controle do funcionamento da ordem social. Se, por um lado, esse movimento foi capaz de romper com o estatuto colonial, por outro lado, a estrutura da antiga ordem social não foi efetivamente questionada. Pode-se perceber essa aparente contradição, por exemplo, pela não extensão da cidadania a toda a população, de modo que a superação de um estatuto colonial pela instauração de um Estado jurídico-político, se dá com a manutenção de um “substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 1976, p. 33).

O fato importante a destacar é justamente o caráter revolucionário da Independência. Embora não tenha sido feita mobilizando as massas, com tensões sociais, conseguiu no campo político, via elite, a construção de um Estado Nacional e de uma sociedade nacional que impunha desafios constantes no campo econômico, social e político aos novos atores que estavam no poder. Em outras palavras, o caráter revolucionário desse momento, volta sempre à tona quando tais atores são obrigados a dar respostas econômicas e sociais às novas condições estabelecidas (FERNANDES, 1976).

Nesse contexto, uma elite nativa, descontente com seu papel no estatuto colonial, abraça o liberalismo, concebido como ideologia capaz de romper com essa situação, o que foi fundamental para que essa elite tivesse maior liberdade, poder e reconhecimento de seu status, viabilizado pela construção de um Estado Nacional.

Em outras palavras, o liberalismo foi a base ideológica subjacente à criação de instituições políticas e econômicas capazes de inserir o Brasil nas relações econômicas capitalistas com os países hegemônicos. Inicialmente, isso se deu através de “níveis das adaptações dos agentes econômicos internos a mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado Nacional.” (FERNANDES, 1976, p. 36).

Ressaltando o impacto gradual que o liberalismo teve no Brasil, especialmente como ideologia que motivou o rompimento com o estatuto colonial e a criação de um Estado Nacional, Fernandes (1976) pondera que a motivação da elite nativa, de libertar-se dos entraves econômicos impostos pela situação colonial, explica o porquê do desinteresse em derrubar uma estrutura patrimonialista, adequada à escravidão, e impregnada nas relações pessoais e de parentesco que então existiam.

A formação de um Estado nacional que abre caminho para a modernização da sociedade como um todo deu-se, então, gradualmente graças à modernização das instituições políticas.

Um país que mal emergia do estatuto colonial, e que não podia pôr termo à ordem social herdada do sistema colonial, engendrava não só um Estado Nacional bastante *moderno*, mas, sobretudo, virtualmente apto a *modernização* ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais. Foi graças a essa consequência que o liberalismo “cresceu” com as instituições políticas que ele ajudou a moldar e que, especialmente, os princípios liberais ganharam, com o tempo, maior consistência e eficácia, tanto quanto advogados mais puros, convictos e devotados. (FERNANDES, 1976, p. 38).

É o curso do tempo que, progressivamente, faz com que a ideologia liberal penetre na sociedade civil como um todo, questionando aquilo que tinha sobrado da velha ordem, como a escravidão, o mandonismo, o patriarcalismo, questionamento possível após a incorporação dos senhores de terra à lógica da ordem legal, tornando-se cidadãos. É paradoxal que a estrutura da nova ordem, suas normas e regras, vai penetrando em toda a sociedade e normatizando a vida das pessoas, sendo o senhor de terra, agora cidadão, o exemplo mais evidente, protagonizando um choque de valores patriarcalistas e liberais. É óbvio que esse ator não perde força, pelo contrário, sua importância econômica é vital, sendo, contudo, participante de um jogo com novas regras. Esse ponto é importante, porque mostra como os senhores de terra se adaptam a esse novo jogo para continuar seu projeto de dominação, agora em outro plano. Florestan Fernandes (1976, p. 40) é enfático ao afirmar que:

As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação, através das eleições primárias e das eleições indiretas bem como o poder de decisão inerente aos diferentes mandatos eletivos e a possibilidade aberta ao poder moderador de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores condicionavam uma tal concentração do poder político ao nível dos privilégios senhoriais, que “sociedade civil” e “estamentos sociais dominantes” passaram a ser a mesma coisa.

A adequação de uma elite nativa às condições do nascente liberalismo, sua consequente apropriação de um Estado Nacional nos limites de seus interesses em manter a



dominação, é o que Florestan Fernandes afirma ser uma dominação estamental (FERNANDES, 1976, p. 42).

Contudo, a relação dialética entre expansão do liberalismo e essa forma adaptativa de dominação estamental sempre esteve presente, promovendo transformações graduais da sociedade, o que pode ser percebida quando a burguesia emergente passa a questionar os privilégios estamentais e a exigir maior liberdade e justiça, por exemplo, posicionando-se contra a escravidão, a favor da democracia.

Em outras palavras, a dominação senhorial se apropria politicamente e burocraticamente da nova ordem que nascia mantendo assim seus interesses e privilégios; contudo, o liberalismo presente em diversos agentes sociais não só evitam que essa dominação seja mais intensa, como também leva gradualmente à corrosão dessa dominação.

Isso só é possível, de fato, com o surgimento de novos agentes sociais e econômicos ligados a atividades econômicas, como o comércio, sistema bancário e entre outras, instaurando uma nova dinâmica econômica, competitiva, que por sua vez, era absolutamente incompatível com o sistema estamental.

O campo político-institucional sempre foi o espaço para que as elites, senhorial ou burguesa, promovessem as transformações dentro de seus limites, sem necessitar com isso envolver-se em uma radicalização da sociedade como um todo. É nesse campo, portanto, que o Brasil vai se modernizar, econômica, social e culturalmente.

A dinâmica da ordenação liberal é impulsionada pelas classes que vão se mobilizando, via esfera política, para fazer valer seus interesses, fossem eles patriarcalistas, de uma elite senhorial, fossem liberais, de uma elite burguesa que nascia com a urbanização. Nesse sentido, a construção gradual de uma sociedade nacional, de um Estado Nacional, se dá via classe, ou melhor dizendo, uma elite com interesses de classe, que através do campo da política vai promovendo a modernização do país.

A partir dessa lógica fica inteligível o processo de burocratização configurado pela dominação estamental, pois com o fim do estatuto colonial, era necessária a consolidação de um Estado Nacional para viabilizar os interesses particulares do senhor de terra.

Malgrado a persistência e a vitalidade do privatismo, esse fato possui uma significação econômica, social e política que nunca será de mais ressaltar. Os únicos segmentos de expressão histórica dentro do País mobilizando-se com o fito consciente e expresso de “organizar a sociedade nacional” e o fazem de maneira a identificar seus interesses econômicos, sociais e políticos com a “riqueza”, a “independência” e a “propriedade” da Nação. (FERNANDES, 1976, p. 59).

Devido justamente a um processo de modernização econômica, política e social, feito sob a tutela da elite senhorial, ele não foi um período marcado por conturbações sociais graves; em outros termos, não foi um processo pelo qual o povo tivesse desempenhado um papel de destaque.

Existe, contudo, um elemento revolucionário nesse processo de dominação, uma vez que permitiu a redefinição de todo um horizonte sociocultural e de modernização. Paradoxalmente, há que destacar a seguinte afirmação de Fernandes: “[...] o Estado Nacional independente é que ele era liberal somente em seus fundamentos formais. Na prática, ele era instrumento de dominação patrimonialista ao nível político.” (FERNANDES, 1976, p. 68).

Obviamente essa dominação política, via burocratização do Estado, tinha uma utilidade prática: manter o controle no campo político estendendo-o para os campos econômico e social. A manutenção de velhas estruturas coloniais, como a escravidão, a grande lavoura, eram, por conseguinte, funcionais, garantindo o status que concretizava a dominação da elite senhorial, cuja situação econômica permitia a concentração social de renda que assegurava o prestígio para sua legitimação.

A questão é que todo o processo deu base para o desenvolvimento do capitalismo. Florestan Fernandes argumenta dizendo que o senhor rural entra em uma lógica competitiva, exigida pelo surgimento deste como um agente econômico central na economia interna, possibilitando assim, uma mudança de concepção de setores dessa elite senhorial. Isso permite o que o autor chama de “acumulação estamental de capital” (FERNANDES, 1976, p. 76).

Significa dizer que a nova postura econômica da elite, mais voltada para uma dinâmica de mercado, e o surgimento de novas atividades econômicas no meio urbano, permitiram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tal desenvolvimento foi possível através da “modernização” da economia interna, do desenvolvimento da economia nos centros urbanos e de um regime de trabalho livre; enfim, foi uma série de transformações progressivas que propiciou o fim da ordem estamental.

Vale enfatizar que o fator econômico não foi o determinante para a implantação do capitalismo, mas sim a mudança de mentalidade, não só das elites senhoriais como de toda a nascente sociedade nacional. Essa mudança, como já dito, foi ocasionada pelas atividades econômicas no meio urbano e pela dinamização da economia interna voltada ao setor rural, permitindo que todos os agentes fossem senhoriais, dedicassem-se eles a atividades de comércio, bancos, ou de Estado. Todos adotaram uma nova postura frente à atividade econômica (FERNANDES, 1976).

O rompimento do estatuto colonial tem como consequência no plano econômico a internalização não só dos lucros mercantis, bem como situa no centro das relações comerciais internacionais a aristocracia agrária. Essa mudança de panorama teve implicações irreversíveis para a manutenção da ordem estamental, especialmente porque ocorreu no momento em que setores da economia ligados ao mercado externo promoviam uma série de mudanças econômicas, em termos de maior liberdade, novas técnicas e ações econômicas que possibilitassem a modernização econômica. Esse cenário implica uma outra postura frente ao mercado, com novas concepções em relações comerciais, abrindo assim espaço para uma postura tipicamente capitalista.

Em outras palavras, é na vinculação dos setores comerciais com o mercado externo que se dá a radicalização do liberalismo e a dependência frente à economia externa. Isso implicará em uma ação liberal que exigia o fim do patrimonialismo, da escravidão, a fim de liberar a economia para o lucro, embora, mantendo-se dependente das economias centrais.

O que se pode concluir é que o capitalismo se desenvolveu graças à vinculação comercial com as economias centrais, gerando uma situação de dependência econômica, que levou o Brasil à condição de país neocolonial. Nesse contexto, surgiram agentes com papéis econômicos e interesses muito bem definidos; a revolução burguesa parte daí, desses atores que modernizaram o país: o fazendeiro de café e o imigrante.

A ideia de uma elite que se adapta aos novos contextos sociais e econômicos é nítida quando se fala de fazendeiros de café. Ao serem colocados como agentes econômicos em uma relação direta com o mercado externo, foi inevitável que se adaptassem a essa nova ordem social competitiva. Isso implicou uma série de ações contrárias às próprias formas de dominação estamental que no início eles exerciam, devido a uma nova postura frente à grande lavoura, agora preocupada com o lucro.

Segundo o próprio Florestan Fernandes (1976, p. 105),

Projetado em um novo contexto histórico-social, esse elemento condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em *cidadão* da república. De acordo com a conhecida lógica de que “é melhor que se vão os anéis, mas fiquem os dedos”, tais adaptações tinham em mira manter, sob as condições inevitáveis de desagregação final da ordem escravocrata e senhorial, o monopólio do poder, o controle do Governo e a liderança da vida econômica nas mãos dos grandes proprietários.

Em outras palavras, embora os senhores rurais estivessem preocupados em manter a escravidão, a lógica econômica mundial acabou obrigando-os a se adaptar a uma outra

dinâmica; a própria modernização econômica nos centros urbanos, desenvolvendo atividades tipicamente capitalistas e vinculadas ao exterior, faz escapar das mãos dos senhores rurais a dominação estamental que preconizavam.

Esses dois fatores, de ordem externa e interna, obrigam os senhores rurais, inicialmente alguns fazendeiros de café, a se adaptar à dinâmica capitalista. Progressivamente, as modernizações foram acontecendo, por exemplo, a substituição ou o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, modernização de transporte, entre outras.

A mudança de concepção desses senhores de terra vai lentamente se modificando, indo do típico fazendeiro patrimonialista até o fazendeiro mais voltado para o mundo urbano, preocupado com lucros.

Essa mudança de postura frente à fazenda, agora mais impessoal, preocupada com a riqueza, refletiu-se também na perda de status característico do patrimonialismo. O status ligado à riqueza, tirava-o do estamento, localizando-o em uma classe alta.

Há, portanto, uma reconfiguração de seu papel como homem de negócios. As implicações daí decorrentes foram determinantes para o curso histórico da construção de uma Nação, uma vez que sua nova postura econômica, social e política, tiveram peso determinante para o fim de uma ordem senhorial e o surgimento da República (FERNANDES, 1976).

Nas palavras de Fernandes (1976, p. 116),

Ele foi, sob vários aspectos, o principal agente humano 'nativo' da Revolução Burguesa. Ele lhe conferiu o parco e fluido sentido político que esta teve, ao optar pela República e pela liberal-democracia. Também lhe coube liderar as forças econômicas internas, na reintegração que o capitalismo comercial e financeiro iria sofrer, a partir do último quartel do século XIX.

Em outros termos, a abolição da escravatura como um processo necessário para a dinamização do capitalismo, referido anteriormente, é feita nos limites e capacidade de controle desses fazendeiros, homens de negócio, evitando que o fim da ordem senhorial se transformasse em um movimento político revolucionário que saísse de seu controle.

Percebe-se, então, que a modernização econômica, social e política, que Fernandes classifica como uma Revolução Burguesa, é feita sob o controle de uma elite que soube se adaptar aos novos contextos econômicos e sociais em que o Brasil ia se inserindo progressivamente, como consequência do fim do estatuto colonial.

Neste momento, os imigrantes tiveram um papel importante na instauração do capitalismo no Brasil, pois, já estavam adaptados à dinâmica capitalista, ou seja, entendiam como se davam as relações de trabalho, tinham uma concepção de interesses econômicos

muito bem definidos, ainda que tais interesses não fossem de conteúdo classista, mas meramente individuais.

O entendimento desse aspecto é importante, revelando que o imigrante desempenhou um papel fundamental na derrocada da ordem senhorial, não necessariamente, entretanto, formulando propostas de construção de uma sociedade nacional. Esse papel foi muito mais indireto, não só estabelecendo novas relações capitalistas, como também, em alguma medida, obrigando a elite nativa a adaptar-se ao novo contexto.

Sabido que o rompimento com o estatuto colonial trazia suas implicações econômicas, sociais e políticas, a elite nativa deveria dar respostas à situação da qual emergia. Nesse sentido, Florestan Fernandes (1976, p. 153) esclarece o peso dessa elite:

Em uma sociedade organizada em castas e estamentos, que conseguia preservar ou fortalecer seu padrão de equilíbrio e de desenvolvimento, os focos de tensão social mais importantes para a continuidade da ordem estabelecida localizavam-se nas posições dos estratos sociais privilegiados e dominantes. Esses estratos dispunham de meios para *fazer história* e para alterar “o rumo normal das coisas”. Essa regra se aplicava especialmente a aristocracia agrária e nos ajuda a compreender como foi esta que gerou, pelas tensões insolúveis da estrutura interna do “mundo dos privilegiados” e através do destino social do senhor – e não do escravo, do liberto ou do homem livre dependente – os germes da desagregação e da destruição da ordem social escravocrata e senhorial.

Essa passagem é bastante significativa, pois revela como a elite vai se adaptando a um contexto nacional delineado pelo rompimento com o estatuto colonial e pela dinâmica imposta pelo mercado internacional, o que permitiu que ela mantivesse sob seu controle toda a transformação nacional, decorrente do progressivo estabelecimento da ordem competitiva. Paradoxalmente, por mais que o novo papel situasse a elite nativa como agente econômico capitalista, isso se fazia dentro de seu domínio, transformando a empresa capitalista em privilégio estamental (FERNANDES, 1976).

Nesse sentido, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, não se dá pelos padrões clássicos, de uma mudança radical de toda a estrutura da sociedade, mas pelo que Florestan Fernandes chamou de “privatismo econômico” (FERNANDES, 1976, p. 156). Em outras palavras, houve uma redefinição do poder econômico, social e político das elites nativas, que deixam uma mentalidade puramente estamental para se preocupar com a busca de riqueza como forma de manter seu prestígio frente à sociedade.

Assim, tem-se a construção de uma ordem social competitiva que, não transformando radicalmente a sociedade, leva paradoxalmente a uma ordem capitalista coexistente com a

estrutura de privilégios estabelecidos. A diferença é que agora essa estrutura se mantém de outra forma, pela busca de riqueza e competição. Em termos macro-econômicos isso implicou um capitalismo dependente, que sobreviveu à coexistência de formas econômicas arcaicas e modernas (FERNANDES, 1976).

Reiterando o que diz Florestan Fernandes (1976) saliente-se que o processo de desenvolvimento do capitalismo é inevitável, dado a inserção do Brasil em um mercado mundial e o desenvolvimento do setor urbano e suas atividades claramente capitalistas; contudo, tal processo de modernização coexistiu com a dominação política e os interesses econômicos ligados à grande lavoura, tipicamente arcaica, e que, por isso mesmo, era um entrave a toda mudança social advinda do processo de modernização.

Tendo em vista que esse processo é irreversível, mas que, por outro lado, as forças conservadoras da elite o limitavam, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se efetiva de modo dependente.

Em síntese, dois fatores foram cruciais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil: internacionais e nacionais. Em relação aos fatores nacionais que são de maior interesse nesta análise, destaca-se o surgimento de um Estado Nacional. Esse surgimento leva à criação de instituições, de uma série de leis, regulações políticas e econômicas, que permitiram a crescente normatização das relações comerciais. O ponto a destacar, é que isso, pelo menos inicialmente, não significou um rompimento com uma postura mais tradicionalista.

No plano social, a coexistência da normatização de relações comerciais com uma postura tradicionalista, fez com que os próprios agentes econômicos, ligados ao alto comércio, concebessem os lucros comerciais como uma ascensão social em forma de honra, privilégios, ou seja, todos esses atributos e regalias do mundo estamental (FERNANDES, 1976).

Fica evidente, portanto, como o processo de modernização do Brasil foi sempre controlado por uma elite. Eis o que Fernandes (1976, p. 184) diz sobre isso:

De maneira geral, a socialização para uma comunidade estamental de interesses, de valores e de estilo de vida calibrava os dinamismos do setor comercial em termos das orientações de poder (seja do poder social e econômico, seja do poder orientado politicamente ou do poder especificamente político) da aristocracia agrária. Por cima e por baixo do passo, esta tinha os cordões da “direção geral do país” e sabia como estimular a identificação do setor comercial com a defesa da ordem existente, contendo ou atendendo as aspirações mais fortes e desfazendo qualquer risco de “revolução dentro da ordem” a partir desse setor mais dinâmico.

O que se pode concluir é que o surgimento de agentes econômicos ligados ao setor urbano, sem força nem interesse em contrapor-se radicalmente à estrutura estamental, junto com uma elite senhorial que se viu obrigada a adaptar-se a um contexto de mercado mundial, faz com que o capitalismo, no Brasil, se instaure sem mudar radicalmente a estrutura da sociedade. Os reflexos disso podem ser percebidos no plano social e político: socialmente, mantêm-se os valores de uma elite e economicamente submete-se o país a uma condição de dependência em relação às economias centrais.

Um ponto importante a destacar é justamente a movimentação do agente econômico vindo do setor urbano. Tendo no comércio sua principal atividade, ele já se distinguia da velha ordem patriarcal; contudo, não havia no horizonte desse agente uma postura politicamente revolucionária, o que revela a movimentação de um setor importante na instauração da ordem social competitiva, o setor urbano, comercial. Esse movimento não se dava pela livre movimentação de agentes no mercado, mas, por meio de conquista e uso de privilégios típicos da lógica estamental, o que lhes conferia condições de influenciar em decisões políticas e econômicas nas quais tinham interesses comerciais.

Como o setor agrário, o “setor mercantil” iria definir a sua compreensão da “iniciativa” provada e da natureza da “competição” em termos estamentais: como um privilégio, ou seja, como a faculdade de influenciar ou de estabelecer as condições dentro das quais as relações e os processos econômicos deveriam ser adaptados à situação de interesses do agente econômico. (FERNANDES, 1976, p. 189).

É como se houvesse um acordo tácito entre os interesses agrários e mercantis que se equilibravam sobre a velha ordem. Abalado esse equilíbrio, ou seja, quando essa ordem entra em crise, “rompe-se” o acordo e assim a possibilidade de se manter a velha ordem. É nesse momento que se dilui a ordem social escravocrata.

Somente após completar essa fase de derrocada da velha ordem social, escravocrata e senhorial, depois de um processo pedagógico em que os senhores de terras se tornam patrões de homens livres, aprendendo toda a dinâmica da relação empregador-empregado, de contrato de trabalho, é que passa a operar a lógica da ordem capitalista.

Nesse momento o Brasil se modernizou de fato, quando as novas relações de trabalho introduziram novos agentes em uma dinâmica de mercado. Questões salariais, de competição e conflito já fazem parte da nova realidade, ficando, portanto, mais concreta a configuração de classes em nosso país, desenhada pela instauração da ordem social competitiva, feita conforme enfatizado anteriormente, sob o controle das elites. A questão a considerar, então, seriam as implicações desse controle.

Em termos de uma revolução clássica, nos moldes europeus, há o surgimento de uma classe que mobiliza seus interesses como sendo de toda a sociedade, promovendo a partir daí um processo de colapso da ordem vigente e a instauração de uma outra. Há, portanto, uma ruptura total da antiga ordem para se implementar a outra. No Brasil, isso não aconteceu, o processo de mudança de uma ordem pela outra não se deu pelo rompimento brusco com o passado; há, em nosso caso, um rearranjo de agentes que promoveram as transformações dentro de seus limites de interesse. O caso da oligarquia e sua elite já foi devidamente considerado, quando se tratou do rompimento com o estatuto colonial. Resta abordar o caso da burguesia. Por que não se deu um movimento clássico, de uma classe transformando a sociedade?

É nesse ponto que se percebe o movimento da elite burguesa. Florestan Fernandes (1976, p. 204) afirma que:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações de classe” acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível.

O autor mostra de modo inequívoco que não há uma mobilização social da classe burguesa para fazer valer seus interesses como se fossem de toda a sociedade, transformando-a; o que há, efetivamente, é uma burguesia que busca concretizar seus interesses sempre em rearranjos políticos, o que implica uma modernização societal gradual. É nesse contexto que se movimenta a burguesia.

É inegável, portanto, que a modernização do país, a mudança de elite, da oligárquica para a burguesa, não se deu mobilizando toda a nação, mas mantendo o mesmo padrão de dominação anterior, de mandonismo, de patriarcalismo. Esse padrão conservador de dominação da burguesia é o que o autor chama de autocrático. Esse ponto é importante, pois revela a existência de uma elite que manipulava o poder com o intuito de manter seus interesses, sua dominação (FERNANDES, 1976).



Em outros termos, embora o surgimento de uma sociedade de classes representasse o rompimento da dominação aristocrática e assim do regime escravocrata, senhorial, esse traço burguês revolucionário para por aí. Nesse sentido, entende-se porque a modernização foi gradual, o conservadorismo da burguesia, pois, ao assim transformar a sociedade, mantém sob seu domínio qualquer possibilidade de participação da sociedade como um todo, conforme os moldes de uma revolução clássica. Daí a idéia de uma elite se adaptando, forjando estruturas sociais e políticas para manter seu domínio; não por acaso a revolução burguesa no Brasil não veio acompanhada do surgimento de uma democracia ampla, mas de novas velhas formas de dominação de uma elite, como o mandonismo e o paternalismo.

Obviamente, com o desenrolar histórico, com o avanço capitalista do país, ainda que dependente, impôs-se à burguesia reavaliar sua postura de dominação, dados os novos elementos que surgiam, como a pressão do capitalismo internacional, dos operários e massas urbanas.

Ao contrário do que se possa imaginar, a concretização da dominação burguesa no Brasil não vai se dar via mercado, mas por meio de mais uma rearticulação política, via poder estatal, o que permite ao país adaptar-se na esfera econômica ao capitalismo internacional. Isto representou não só a rearticulação do capitalismo brasileiro, agora monopolista, mas também manteve uma nova relação de dependência com as economias centrais.

Uma vez alcançado o poder político, via um rearranjo político com as velhas elites agrárias, era inevitável a modernização do país, mesmo que de forma gradual. Em parte isso é compreendido pelas pressões externas do capitalismo e inclusive de pressões internas de uma classe burguesa que ansiava por maiores benefícios via Estado. Portanto, também é de forma gradual que a dominação burguesa se estabelece como dominação típica de classe, especialmente quando ela é solicitada a dar respostas à incorporação de nossa economia ao capitalismo monopolista.

Em resumo, o processo inicial é de uma elite que se incorpora ao poder do Estado através de um rearranjo político com as velhas elites agrárias, e que, embora tenha seus interesses materiais muito bem definidos, é, gradualmente, pela modernização da sociedade, que consegue fazer desses interesses uma forma de dominação de classe. É importante destacar o papel sempre atuante do Estado no processo de desenvolvimento de nosso capitalismo.

O desenvolvimento do capitalismo sem ruptura com as elites agrárias, sem mobilização da sociedade permitiu à burguesia adaptar-se a um cenário de mudanças econômicas internas e pressões do mercado externo. A entrada do Brasil em um capitalismo

monopolista se dá dessa forma, pela concretização de uma dominação burguesa que mantém não só o seu poder via Estado, mas monopoliza também todos os lucros da nova ordem econômica, aprofundando assim a desigualdade social.

Segundo Florestan Fernandes (1976, p. 278),

As pressões iniciais de revolução do mercado, do sistema de produção e do sistema bancário tomaram um cunho ultra-elitista, pelo volume de recursos monetários que entram em jogo para qualquer fim (quer os papéis econômicos sejam de “comprador”, no caso de bens de consumo duráveis; quer os papéis econômicos sejam “investidos” de “intermediário” ou de “produtor”). Em consequência, o elitismo, que penetrara tão fundo no controle da economia competitiva, iria renascer, com muito maior vigor, sob a economia monopolista, graças aos novos mecanismos da competição econômica e aos novos dinamismos financeiros ou de mercado.

A consequência de uma revolução burguesa fora de moldes clássicos foi, por exemplo, não vir acompanhada de uma democracia ampla e irrestrita. O modelo ocorrido no Brasil é o que Florestan Fernandes (1976) chama de modelo autocrático-burguês, modelo este que explica mais claramente qual foi o comportamento da elite burguesa<sup>7</sup> no poder.

Um ponto importante a destacar, é que esse modelo corresponde não só às consequências do desencadeamento da revolução burguesa, mas também a uma defesa da própria burguesia nacional e de seus interesses, ante um quadro econômico de capitalismo dependente. Portanto, o campo político, suas instituições e a máquina do Estado, não se constituíram, a princípio, como um espaço de garantia da cidadania, de afirmação da democracia, cobrindo-se, ao contrário, de tonalidades autoritárias, saída essa para manter seus interesses de classe, ante um quadro de dependência e subdesenvolvimento do capitalismo nacional.

Esse contexto permite que se entenda o cunho das revoluções de 1930 e 1964, por exemplo, ou seja, processos de transformação feitos por uma elite burguesa dentro da ordem, como forma de garantir, via apropriação do Estado, seu domínio burguês, situação que só é possível dada a inexistência de instituições democráticas sólidas.

Portanto, se a classe burguesa não consegue valer seus interesses exclusivamente pelo livre movimento no mercado, leva o Estado a ser o grande bastião na garantia de seus interesses como classe; em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo, a revolução

---

<sup>7</sup> A preferência no uso do termo “elite” no presente trabalho segue uma explicação muito clara de Fernandes: “A noção de ‘democracia burguesa’ sofre uma redefinição, que é dissimulada nos planos *mores*, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente para o exercício da dominação burguesa”. (FERNANDES, 1976, p. 292).

nacional, tudo isso se dará via Estado sob o controle de uma elite burguesa. Não por acaso, historicamente o Estado brasileiro se notabiliza por ações opressoras, repressivas, contra todo tipo de ação popular, operária, ou até mesmo de setores descontentes da burguesia.

Reafirmando, a instauração de uma sociedade de classes no Brasil se deu por intermédio de uma burguesia que gradualmente firma seu poder, sem a participação da sociedade como um todo, sem a implantação de uma democracia de fato. Tudo isso faz com que a participação na ordem vigente seja restrita a uma minoria e, por isso mesmo, deve ser defendida a qualquer custo.

Se se quiser traduzir tais conceitos em termos claros, o enfrentamento da burguesia brasileira com sua realidade estrutural e histórica impulsionou-se a colocar-se o dilema de como instaurar, abertamente, uma oligarquia coletiva das classes possuidoras. (FERNANDES, 1976, p. 333).

Essa afirmação tem uma aplicação prática, que é manter sob controle, via campo político, as inevitáveis pressões econômicas do desenvolvimento do capitalismo monopolista. O que significa dizer que é sob o controle do Estado que se dará esse desenvolvimento, como forma de garantir a perpetuação de uma ordem vigente, controlada por uma minoria; portanto, toda a modernização do Estado, todas as novas estruturas de dominação, visam a manter sob controle da burguesia a inevitável transformação que o desenvolvimento do capitalismo impunha; daí o caráter autoritário de nosso Estado e a extrema estratificação social. Todos esses são aspectos de uma postura paradoxalmente contrarrevolucionária da burguesia e se caracteriza pela restrição da democracia a poucos privilegiados, mantendo sob controle uma inevitável transformação societal com a inserção do país na economia capitalista, no desenvolvimento da industrialização. A burguesia transfere, portanto, do campo econômico para o político a sua dominação de classe.

## 4 CATEGORIAS ANALÍTICAS

### 4.1 Ponto de partida: a gênese do Brasil

A proposta desse capítulo é estipular um campo analítico que viabilize teoricamente a comparação entre os autores. Para tal pretensão, inicialmente retomar-se-á a base metodológica deste trabalho através do “contextualismo histórico” da Escola de Cambridge, especialmente as linguagens políticas em Pocock (2002b).

O primeiro passo metodológico há ser considerado é o contexto histórico que “limita” a visão de mundo dos atores/autores históricos. Conforme anteriormente salientado, Ribeiro e Fernandes estavam inseridos em um momento de crise da modernização brasileira, este cenário vai influenciar na forma que percebiam o Brasil, não só em suas perspectivas teóricas, mas também como personagens preocupados em agir no mundo. Analiticamente isso pode ser percebido por uma mesma estrutura de pensamento, que buscará compreender as raízes da formação do Brasil, as consequências daí advindas e um projeto político que supere tais consequências.

O segundo passo metodológico que deve ser considerado são os atos de enunciação e as gramáticas políticas mobilizadas pelos autores. Na perspectiva de Pocock (2002b), os atos de enunciação evidenciam o contexto histórico que os autores estavam inseridos; viu-se que analiticamente, em Ribeiro e Fernandes, isso será percebido por uma mesma estrutura de pensamento. A tradução desses atos de enunciação dar-se-á pelas linguagens políticas convencionadas ou institucionalizadas em determinada época; nos referidos autores, as diferentes matrizes teóricas que os moldaram intelectualmente, explicam o porquê de apesar estarem inseridos dentro de um mesmo contexto histórico, utilizam-se de gramáticas políticas diferentes. Portanto, os atos de enunciação evidenciados pela mesma estrutura de pensamento, diferem-se nas linguagens políticas mobilizadas para explicar a mesma realidade nacional. Destaque-se que, apesar de Ribeiro e Fernandes mobilizarem diferentes linguagens políticas, estas se tornam inteligíveis porque expressam o mesmo contexto histórico e as mesmas preocupações, o que metodologicamente viabiliza a comparação entre os autores.

Ao “desfragmentar” as estruturas de pensamento em categorias analíticas, busca-se evidenciar as linguagens e sublinguagens que dão consistência teórica e argumentativa nesse diferente olhar sobre a realidade brasileira.

Partindo para o campo analítico, o ponto de partida para entender a visão desses autores sobre o Brasil é a análise de sua percepção da gênese de nosso país, trabalho de reconstrução histórica que permite assinalar as singularidades marcantes da formação do Brasil e a constituição de sua tradição política. A identificação de problemas e de dilemas nacionais, bem como propostas de superação dos mesmos, está intimamente ligada ao modo de Ribeiro e Fernandes tratarem essa formação.

Para Darcy Ribeiro a pedra de toque da formação do Brasil situa-se no processo de colonização. Em “O Povo Brasileiro”, o autor ressalta que esse processo se deu pela dominação direta e agressiva do colonizador sobre o colonizado e pelo contato interétnico. O processo de assimilação, de absorção que o país foi submetido, confere à colonização seu *ethos* barroco, viabilizando a gestação do Brasil como experiência inovadora. Em outras palavras, são os elementos presentes no barroco, postos a serviço do Brasil, que permitem sermos o que somos.

Tecendo algumas considerações relevantes, Santos (2001) afirma que no barroco há dois importantes aspectos que lhe conferem um caráter aberto e assimilacionista: o primeiro é o *Sfumato*, que, favorecendo o diálogo com diferentes configurações culturais, sociais e até mesmo políticas, confere-lhes caráter aberto, inacabado, libertando-as de uma rigidez monolítica, o que permite incorporar diversas formas fragmentadas; o segundo aspecto é a mestiçagem, sob cuja ação se constitui dessa constelação fragmentada, propiciada pelo *Sfumato* uma nova unidade, portadora de sentido e de uma lógica própria. Este é o processo antropofágico, incorporação de influências disponíveis e reformulação, rearranjo do incorporado, que se expõe como algo novo.

A sociabilidade barroca, capaz de processar a diversidade cultural, criando uma experiência nova, elabora-se segundo esse artifício, qual seja o de uma subjetividade construída sobre fragmentos. O Brasil seria o mais evidente dos exemplos, onde o caráter assimilacionista do barroco viabiliza o surgimento de um povo novo.

Por conseguinte, uma das principais ideias-chave utilizadas por Darcy Ribeiro para explicar o Brasil é a ideia de povo, tornada categoria analítica.

O processo de mestiçagem, o não reconhecimento de matrizes étnicas originais e a necessidade de localização do mundo, colaboram para a construção de uma identidade específica, marca singular na formação do povo brasileiro, que se traduz subjetivamente em características como solidariedade, felicidade e a alegria.

Na verdade, é possível entender o barroco como uma estratégia que repõe a necessidade da relação social para a existência dos homens, para o seu próprio auto-

reconhecimento. Ainda que marcada pela exploração, pela violência e pela crueldade, a experiência de constituição desse “povo novo” teria resultado da necessidade de reconstituição, no trópico, dessa premissa vital que sustenta a linguagem dos afetos como veremos mais adiante. Darcy Ribeiro privilegia, precisamente, os elementos que permitem a reconstituição de uma teia de relações sociais em permanente invenção, e que garantem a formação de um povo característico. As categorias mobilizadas por Santos (2001) precisam estas possibilidades: o cancelamento das fronteiras culturais e o assimilacionismo, a mestiçagem. Assim, fiel a esse ponto de partida, Ribeiro estará atento a tudo aquilo que, no chamado mundo colonial, estimula e limita o desdobramento da sociabilidade humana e os processos de mestiçagem ou de assimilação entre culturas diferentes. O ponto de vista de Fernandes privilegia, assim, a marcha de estruturas racionalizadoras da vida, que podem ser apreendidas pela ciência, ou seja, pela aplicação de métodos ou de uma particular combinação de elementos dos clássicos da sociologia. Diferentemente de Ribeiro, o seu relato não se assemelha a um “romance”, ao estilo hegeliano, mas desdobra-se como a captura da emergência de estruturas econômicas, políticas e culturais cujo destino é a implantação universal e definitiva de uma ordem burguesa competitiva.

Daí a sua ênfase no papel do Liberalismo, não como expressão de uma vida social concreta, mas como horizonte que conduz a vida social brasileira a um destino moderno. Assim, é a “sublinguagem” do Liberalismo, com suas premissas individualistas ou republicanas, que orienta a investigação de Florestan. Em outros termos, ele se preocupa em averiguar o modo como as estruturas burguesas se formam no Brasil, por fora de um “modelo” clássico e revolucionário, e como aparecem os “personagens” do mundo moderno – burguesia, classe operária, burocracia – que, pouco a pouco e em negociação com o atraso, realizam a “revolução burguesa” brasileira. O Liberalismo seria uma sublinguagem própria do capitalismo que antecederia, para Florestan, o próprio capitalismo entre nós, abrindo o caminho para a sua realização.

Resumidamente, para Fernandes o ponto de partida para nossa formação foi o processo de independência política. Tal processo ocorreu quando certos agentes, a nascente burguesia, mobilizam suas forças contra as estruturas coloniais que representavam um entrave ao desenvolvimento de uma ordem competitiva, promovendo, assim, o rompimento com o estatuto colonial.

O fundamento ideológico de ruptura com a metrópole é o liberalismo. Graças a ele foi questionada a escravidão, bem como o patrimonialismo e todos os outros entraves que o país enfrentava na relação colônia-metrópole.

Nesse processo de revolução social que foi a independência, há a ascensão da burguesia ao poder e, por conseguinte, a construção de uma ordem capitalista. É nesse sentido que entendemos porque o espírito burguês antecede o próprio capitalismo (FERNANDES, 1976).

Subentende-se que a ideia-chave mobilizada por Fernandes é a ideia de classe. Esta torna-se sua categoria analítica, no empenho em entender a gênese do Brasil independente.

## **4.2 Nação e Estado/Sociedade Nacional**

No tópico anterior ressaltou-se que Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes trabalham com duas categorias diferentes para explicar suas visões de Brasil, quais sejam, respectivamente, as de “Povo” e “Classe”.

Todas as outras categorias como as de “Nação” em Ribeiro, “Estado/Sociedade Nacional” em Fernandes, “exclusão social” e “projeto político”, farão parte de uma linha argumentativa que gira em torno de “Povo” e “Classe”.

Em Darcy Ribeiro, o desenvolvimento do tema Nação, por exemplo, baseia-se na concepção de formação do povo brasileiro por meio da miscigenação o que apresenta um desafio imaginativo a esse novo homem, desafio ao qual se faz face moldando uma identidade e construindo uma Nação. Em outras palavras, como povo novo, tem-se a possibilidade de criar, inventar um país de modo absolutamente novo e criativo, lançando o olhar exclusivamente para o futuro. Quando Ribeiro (1995) afirma que cabe ao Brasil levar alegria e felicidade ao mundo, está justamente evidenciando uma característica específica do povo brasileiro, que o forte compartilhamento de afetividades.

Em Fernandes (1976), a percepção é outra, percebida pelo desenvolvimento do tema “Sociedade e Estado Nacional” cuja base de progressão histórica se inicia pela apropriação do mundo político, econômico e social de uma elite que rompe com o estatuto colonial, estabelecendo, em seguida, uma ordem social competitiva.

O paradoxo desse momento histórico foi a manutenção de características sociais da relação colonial em um Estado Nacional. Os estamentos e as castas, por exemplo, tiveram sua continuidade garantida, enquanto a grande propriedade continuou a ser a base da economia. Sem a criação de bases sociais e econômicas para que o Estado Nacional andasse com as próprias pernas, a situação de dependência externa permaneceu intocada.

Em outras palavras, apesar de o rompimento com o estatuto colonial exigir das elites nativas uma reformulação no campo político, econômico e até mesmo social, a postura conservadora dessas elites e a posição do Brasil ante o mercado mundial continuaram a mesma.

A opção pelo controle de uma necessária transformação nacional, exigida por uma nova situação mundial, fez com que aqui se dessem propriamente ajustes a interesses locais, cujo resultado é o lento e gradual aproveitamento de consequências positivas da emergente organização econômica, social e política do Brasil independente.

O contexto de um país politicamente independente e economicamente dependente obriga que a elite se adapte, moldando as instituições com vista a garantir sua manutenção como classe dominante. Por conseguinte, é no campo da política que se dá o movimento da burguesia para viabilizar o seu domínio de classe.

Não criando bases econômicas que superassem a posição secundária do Brasil frente ao mercado mundial, a elite nativa confere ao Estado o papel de conciliador em situações envolvendo interesses de classe e dependência externa.

A confluência em nível social e político de aspectos arcaicos, tradicionalistas, e de aspectos modernizadores, advindos esses da ordem capitalista que vinha se instaurando no país, resolve-se com a blindagem da elite, via arcaísmos, mantenedores de seu prestígio e controle de instâncias políticas e econômicas. A posição tático-estratégica da elite foi a seguinte: ela aceita a dominação frente às economias centrais, mas, por outro lado, garante a permanência da estrutura de poder local.

As consequências podem ser percebidas na construção ou surgimento de uma ordem social competitiva excludente, em que estratos da sociedade têm acesso restrito ou impedido às benesses da nova ordem. A idéia de cidadania e democracia ampla não faz parte, nesse momento, de todas as transformações que vinham acontecendo.

Quando Darcy Ribeiro busca remontar a gênese do Brasil, identificando a singularidade do processo de constituição de um povo e uma nação, faz por uma narrativa romanceada, valorizando todos os elementos que confere singularidade ao Brasil, em um forte “apelo” quase que ufanista. Assim, todos os recursos linguísticos, retóricos que Ribeiro se vale, não é desproposita, condiz, como veremos mais adiante, com sua perspectiva política, em que a “academia”, a intelectualidade, ambos devem traduzir a “linguagem” inerente ao povo em um projeto viável de nação.

Em Fernandes a perspectiva é outra, não só por identificar em outro momento o processo de formação do Brasil e nem só por mobilizar outras categorias analíticas, mas,



sobretudo, por uma narrativa racionalizadora que visa conferir a ciência um eficaz instrumento de percepção e de atuação na vida. Em um tópico a parte, esse papel que a ciência assume para Fernandes, será evidenciado em seu posicionamento político-acadêmico para um projeto político brasileiro.

### **4.3 Processo de exclusão social**

Ribeiro e Fernandes concordam que a exclusão social está presente no Brasil, visível em uma acentuada desigualdade e em uma estratificação social significativa. Contudo, os autores apresentam perspectivas diferentes para explicar esse quadro social.

Darcy Ribeiro, por exemplo, reconhece a importância da política e da economia, mas o foco de sua obra é entender a interação do povo com essa situação.

Quando Ribeiro (1995) reconhece na ordem vigente o atrelamento e submissão aos interesses externos, mais do que assinalar apenas o aspecto econômico, ele argumenta que essa ordem não dá sentido e orientação ao que caracteriza o povo brasileiro em sua singularidade.

Reconhecendo-se como excluído da ordem vigente, o povo busca se localizar no mundo com autenticidade, ou seja, não mobiliza suas forças para obter mais espaço na vida política e nem para conseguir maior acesso aos recursos econômicos. Seus recursos são empenhados efetivamente em manifestações capazes de liberar mais intensamente sua potência.

Nesse sentido, a “solidariedade”, a “festividade” e a religiosidade popular vão ser meios fartamente utilizados pelo brasileiro marginalizado, com vista a encontrar seu lugar no mundo, produzindo formas criativas de organização social, permeada de festas, procissões, casamentos, e outras manifestações mais radicais como foram o cangaço, Canudos e Contestado, por exemplo.

Darcy Ribeiro, portanto, evidencia o descompasso entre a ordem vigente vinculada aos interesses externos e a autenticidade do povo, como o motivo da exclusão social no Brasil.

A exclusão torna-se penúria social, arrasta-se pela história e reveste-se de novas tonalidades com o processo de urbanização e industrialização. Violência, desorganização familiar, alcoolismo, vão ser alguns resultados graves da ausência do Estado frente aos problemas sociais. Novamente, diante de uma ordem excludente, pergunta-se o que sobra para

esse povo? Adequar-se a sua condição criando uma realidade própria, o que será feito mais uma vez pela festividade, presente no carnaval, na religiosidade popular, nos mutirões, por exemplo.

Pode-se, então, que a proposição básica de Ribeiro diz respeito a uma subjetividade lúdica e em alguma medida subversiva, uma vez que a religiosidade popular, expressa em cultos e as festas religiosas, representam o distanciamento dos centros de poder; ou seja, não são manifestações que simplesmente reproduzem a ordem legal vigente, mas são uma paródia da mesma. É um “mundo ao revés” (SANTOS, 2001, p. 58).

Tal subversão não é explícita ou consciente, não propondo, em princípio, questionar a ordem vigente, já que se codifica no diálogo da religiosidade popular, das festas e por meio da vida cotidiana; por outro lado, pode levar à momentos de extremas tensões e comoções sociais, como foi o caso de Canudos e Contestado. Assim, a verdade nesse universo é extremamente “emotiva”, “apaixonada”, em que a subjetividade leva a uma sociabilidade codificada através de todas essas manifestações religiosas e festivas (SANTOS, 2001).

Isso é contrastante, por exemplo, com a linguagem da razão, presente em Descartes e Kant, para quem a verdade se situa em uma racionalidade estrita, em que a paixão e o sentimento são empecilhos para alcançá-la. É contrastante também com a linguagem do interesse em Locke, segundo o qual o homem é um ser instrumental, cujo movimento baseado no interesse encontrará a justiça no mercado.

Nesses termos, a possibilidade transformadora presente nesse novo homem, que identifica-se como brasileiro, não só é real como também inovadora. Real porque o Brasil se constitui como unidade nacional, caracterizada por uma uniformidade cultural, que pode vir a ser uma ameaça ao entrar em tensão social com a ordem vigente. Nova porque propõe um projeto que, de um lado, não é norte-americano, não orienta seu movimento pelo interesse, via mercado; de outro lado, não é europeu, em estilo francês, no qual a normatização da vida das pessoas se dá via Estado. Trata-se, sim, de um projeto no qual a sociedade seja solidária, justa e feliz.

Em síntese, a singularidade do brasileiro pode ser percebida em suas festas, em sua alegria, em ações de solidariedade, de que são exemplos os mutirões e até mesmo em épocas de tensões sociais. Os códigos dessas manifestações devem ser decodificados, a fim de que essa linguagem seja uma possibilidade transformadora real e tradutora daquilo que faz do brasileiro um povo único.

Em Florestan Fernandes, como já salientado, o surgimento do Brasil teve como marco o rompimento do estatuto colonial, o que permitiu a apropriação do mundo político,

econômico e social por agentes nacionais, resultando daí uma ordem social competitiva. As consequências desse processo darão fundamento crítico para o autor explicar o quadro de desigualdade social e indicar alternativas para a superação desse quadro.

Para Fernandes (1978), os avanços políticos, econômicos e sociais, advindos da instauração de uma ordem capitalista ficaram restritos a uma classe burguesa, provocando por sua vez, consequências negativas para aqueles<sup>8</sup> que são excluídos dessa ordem.

No processo de exclusão de setores da sociedade brasileira, os negros foram os que mais sofreram com a nova dinâmica institucional, econômica, social e cultural. Ver-se-á mais adiante que o processo de exclusão foi derivado da falta de políticas de Estado que oferecessem condições para que os negros pudessem estruturar-se e adequar-se à nova dinâmica competitiva.

Com a abolição da escravidão e a ascensão de uma sociedade de classes, os estrangeiros tornam-se os trabalhadores adequados e capacitados para as novas relações de trabalho que surgiam. Nesse sentido, os negros são colocados em segundo plano no processo de urbanização e a emergência de trabalhos próprios dele.

Na nova ordem, as perspectivas que os imigrantes tinham eram diferentes da dos negros. Enquanto os estrangeiros viam no trabalho uma possibilidade de ascensão social, pois inseriam-se com propriedade nas relações capitalistas em geral, os negros e pardos transplantaram para o trabalho urbano todos os aspectos morais de suas condições como recém – libertos. Em outras palavras, acreditavam que ao não submeter-se a nova relação trabalhista, estariam reafirmando sua condição de liberto; então, era recorrente o desrespeito à relação de trabalho vigente: frequentemente não compareciam ao trabalho e também se insurgiam contra o controle direto e a supervisão organizada (FERNANDES, 1978).

A substituição da mão de obra do negro pelo branco europeu, orientava-se por duas lógicas muito simples: primeiro, em uma dinâmica capitalista era inconcebível o posicionamento dos recém-libertos, no que diz respeito às relações de trabalho; segundo, por critérios econômicos, havia uma demanda de produção para a qual o número de escravos era insuficiente. Por sua vez, suprir as necessidades da produção com mão de obra livre, havendo ainda a escravidão, encareceria essa forma de trabalho e criaria insatisfação entre os negros o

---

<sup>8</sup> Vimos como a construção do Brasil estava ligada à formação de uma sociedade de classes, em especial, qual o papel de uma elite burguesa nessa construção. Portanto, ao abordar o papel de uma classe dominante e sua elite nesse processo, não se pretende dizer que o autor deixa de lado a temática do povo, contudo, este aparece muito mais sofrendo as consequências de uma ordem social excludente, do que tendo um papel ativo e determinante nessa formação.

que, diga-se de passagem, ocorreu com frequência. A resposta para esses problemas, foi transformar em política oficial a substituição da mão de obra escrava pela européia.

Embora houvesse a necessidade de eliminar do trabalho as características da escravidão, os valores patrimonialistas vigentes, em nada favoreciam negros e mulatos, uma vez que não lhes davam condições para a ascensão social.

Florestan Fernandes (1978) afirma que o movimento abolicionista não representou um movimento dos negros conscientes de suas condições, lutando por uma integração igualitária na sociedade; foi, antes, um movimento feito por uma aristocracia que, para dar consistência ao seu ideário de implantação de uma ordem competitiva, defendia a abolição da escravidão.

A falta de uma organização feita por escravos, que tivessem atuação direta no processo abolicionista, relega-os, quando libertos, à condição de alienação, incapazes de influenciar uma conjuntura jurídica e política que favorecesse seus interesses.

A estrutura estamental, em que as lavouras não visavam ao lucro, mas o *status*, era adversa ao dinamismo de um mundo de negócios, e só foi modificada a partir de mudanças do mercado internacional e de sua relação com a exportação de café. Nesse momento em que o Brasil entrou em um cenário capitalista, os mecanismos institucionais, econômicos e políticos, acompanharam essa tendência “[...] aumentando a rede bancária, aumento de atividades especulativas dos intermediários, etc.” (FERNANDES, 1978, p. 54).

Essa nova dinâmica obrigou os proprietários a lidar com a produção agrícola com fins econômicos. O crescimento e dinamização das cidades partem daí, com o novo posicionamento empreendedor dos fazendeiros, incentivando a produção econômica nas cidades.

A estrutura econômica e social que surgia não foi favorável ao recém-libertos, pois não só deixou de incluir o negro na nova ordem, como não o capacitou para lidar com a nova dinâmica de trabalho que surgia. Sendo assim, foram excluídos ou jogados a trabalhos periféricos pela própria lógica de seleção de agentes de trabalho.

As consequências da marginalização econômica, social e cultural, provocada pela modernização, foi de completa anomia e desorganização da vida pessoal e social, sendo eliminada a autonomia, pelo cancelamento de tudo que dava sentido à afirmação pessoal, e provocando a segregação social e racial, pela ausência de participação da vida sócio – econômica da cidade.

Segundo Florestan Fernandes (1978, p. 71), a marginalização fomentou “compulsões psicossociais altamente destrutivas para o equilíbrio psicológico do negro ou para a sua integração à ordem social.”

A visão pré-capitalista dos negros, na qual o trabalho era algo cuja função é garantir a subsistência, fez com que poucos se enquadrassem na nova ordem, principalmente aqueles que tinham ligações com os brancos, com seus antigos senhores, sendo marginalizada a grande maioria que migrou para a cidade.

Para Florestan Fernandes (1978), a falta de oportunidades dadas pelo Estado a essa parcela da população foi a grande responsável pela exclusão do negro. Era tal o nível de desorganização de sua vida social, que ele se via impossibilitado de romper com os traços culturais da escravidão e formular uma conduta condizente à época.

As condições a que os negros foram relegados geraram distorções em sua percepção da nova ordem. Segundo o autor, “[...] a situação histórico – cultural do negro e do mulato, no período de consolidação da sociedade de classes em São Paulo, oferece – se à análise sociológica como um problema de demora cultural.” (FERNANDES, 1978, p. 248).

Aspectos da sociedade estamental presentes na ordem burguesa emergente, instaura uma contradição, concebendo os negros como libertos, ou seja, atores do antigo regime e não como cidadãos do sistema que se instituía.

A análise do processo de exclusão social nos referidos autores, evidencia quais são os elementos da realidade brasileira que deixará o povo à margem da ordem vigente. O ponto a ser destacado em Darcy Ribeiro é como as fortes relações sociais, o compartilhamento de afetividades, característicos da autenticidade do povo brasileiro, só encontram lugar fora da ordem vigente. O povo é um produtor imaginativo de si mesmo, está constantemente se reinventando nas relações sociais, em que a arte, a festividade, será o *médium* dessas relações e instrumento de localização em um mundo excludente. Perspectiva esta, absolutamente destoante em Florestan Fernandes, em que o povo só aparece sofrendo as consequência do surgimento de uma ordem burguesa.

#### **4.4 Ponto de chegada: o projeto político**

Em Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, o projeto político de Brasil está em consonância com a análise que fazem sob o processo de exclusão social, o que evidencia a

articulação de suas produções acadêmicas com as perspectivas ideológicas que tinham da emergência do Brasil como estado-nação.

Ribeiro (1995), por exemplo, assinala que a possibilidade transformadora presente no novo homem não só é real como é inovadora, manifestada segundo uma modalidade especial, fora dos cânones vigentes em processos de modernização. A limitação de um projeto político está antes na incapacidade da intelectualidade decodificar a linguagem do povo que na incapacidade de ação deste.

Em outras palavras, a crítica feita por Darcy Ribeiro fundamenta-se em sua perspectiva de uma intelectualidade incapaz de pensar um projeto alternativo de sociedade, que estivesse em correspondência com o próprio povo e sua singularidade, o que, em termos de projeto de nação, corresponderia à uma reestruturação social via um projeto autêntico, nacional.

Nesse sentido, o papel da intelectualidade seria despertar no povo uma consciência crítica, em que houvesse o reconhecimento e valorização do que há de autêntico em sua cultura e em sua consciência. Em síntese, transformar aquilo que é ingênuo em crítico<sup>9</sup>. Segundo o autor, é necessário: “[...] dar significado e voz a compreensões co-participativas, conferindo existência cultural e sentido simbólico a atores e fatores reais, antes apenas intuídos.” (RIBEIRO, 1978, p. 156).

Portanto, ponto chave do projeto político em Darcy Ribeiro, é a necessidade de a intelectualidade assumir um papel de vanguarda na tradução de um sentimento, de uma linguagem popular, conferindo uma possibilidade viável de transformação societal. Reconhecendo que apenas no plano literário isso vinha acontecendo, ele afirma:

Através dessas criações se manifestam, catarticamente, sentimentos reprimidos, tensões e esperanças; se difundem imagens intensificadoras da solidariedade e se corporificam, por cima das tensões que dilaceram a sociedade, representações cada vez mais inclusas da nação como povo e do popular como nacional. (RIBEIRO, 1978, p. 156).

Ao reconhecer um peso crucial da intelectualidade brasileira na construção de um projeto nacional autônomo, Darcy Ribeiro (1969) enfatiza a necessidade de uma universidade que não pense a sociedade com as atuais estruturas reprodutoras do modelo vigente, de forte

---

<sup>9</sup> Darcy Ribeiro (1978) define consciência ingênua como aquela que aceita a atual ordem, situação social como naturais, imutáveis; ao contrário, a consciência crítica, questiona a atual ordem social e busca uma superação da mesma. As revoltas populares messiânicas revelam uma consciência crítica, já que contestam a ordem vigente, contudo, são feitas de formas “arcaicas”. Mais uma vez se faz importante o papel de uma intelectualidade em dar forma a essas manifestações, conferindo viabilidade a um projeto alternativo de sociedade não pautado unicamente no “sagrado”.

estratificação social, mas que seja capaz de pensar uma sociedade justa, igualitária; enfim, uma sociedade solidária.

Obviamente, Ribeiro admite que essa transformação só será possível pela massa de marginalizados que a atual ordem social produz, mas para tal, é preciso uma intelectualidade disposta a dar bases para isso; daí a importância de uma estrutura universitária preocupada com outro tipo de sociedade.

Segundo o autor, o projeto político da universidade apresenta-se em dois moldes opostos: O primeiro, da “Modernização Reflexa”; o segundo, do “Crescimento Autônomo”. No primeiro caso, propõe-se uma série de inovações, melhoramentos, a fim de aproximar a universidade brasileira de padrões consagrados em países desenvolvidos. Neste, à universidade competiria efetivar uma reforma que melhorasse seus padrões institucionais, ajudando com isso a reproduzir a estrutura social vigente, submetida aos interesses externos. Ao contrário, no segundo, a universidade seria uma agência de desenvolvimento, competindo-lhe superar a condição de atraso. Neste caso, a noção de autonomia nacional seria a base de produção de conhecimento voltado à construção de uma nação que não fosse mera reprodução de modelos estrangeiros (RIBEIRO, 1969).

Evidentemente que essas duas opções não se encerram nos muros da universidade: optar por uma ou outra é também optar por um projeto em que a própria sociedade deve se posicionar.

De acordo com Darcy Ribeiro (1969), a opção na conjuntura analisada é evidente: a de forças conservadoras que modernizarão os quadros da universidade e da própria sociedade por meio do saber, da tecnologia proveniente de outros países, levando à estrita reprodução da estratificação social.

Fica claro que a ênfase de Darcy Ribeiro em uma sociedade nacional autônoma, cuja intelectualidade esteja disposta a dar as bases necessárias para o rompimento de uma dependência externa é a única possibilidade de superação de um persistente atraso social e econômico.

Nesse sentido, cabe à universidade, em primeiro lugar, entender os fatores estruturais que levam ao atraso e pensar em possibilidades de mudança social, visando a nortear a desmontagem da forte estratificação social e o atrelamento do Brasil aos interesses externos. Em segundo lugar, o caráter nacionalista da proposição de Darcy Ribeiro para uma universidade promotora de uma necessária mudança social, fica explícito nos próprios termos do autor, quando especifica que o papel da universidade é contribuir “[...] para a desalienação

cultural, que ajude a plasmar uma nova imagem nacional, não só mais realista como, ainda, mais motivadora para todos os povos subdesenvolvidos.” (RIBEIRO, 1969, p. 247).

Sintetizando, Ribeiro (1969) defende que a ruptura da condição de atraso e a construção de uma autenticidade nacional, exigem a superação de um discurso científico atrelado aos interesses externos.

Há, contudo, ressalvas a fazer quanto a essa autenticidade. É verdade que a exclusão social leva a massa de marginalizados a interpretar e a adaptar sua realidade de modo próprio; embora isso corresponda em certa medida à autenticidade de uma cultura popular, é inegável seu caráter ingênuo, uma vez que não consegue expressar-se em termos de projeto de libertação social. Por isso, é imperiosa a definição de uma intelectualidade que traduza os sentimentos da cultura popular em projeto de ação política, sedimentando bases para a transformação social que, impossível sem o povo, deve reafirmar o que nele há de autêntico e específico.

Um dos temas principais eleitos por Darcy Ribeiro para tratar dessa autenticidade é o da solidariedade. Segundo ele, a solidariedade espontânea do homem popular deve concretizar-se como uma alternativa política viável, materializando-se em uma sociedade solidária, projeto de um povo cujo horizonte é ilimitado.

Assim se vão mobilizando as forças que, amanhã, derrocarão a velha ordenação sócio-política para refazer a sociedade desde as suas bases. E, no mesmo passo, refazer a própria cultura nacional como uma criação autêntica, voltada para o futuro e capacitada para integrar o Brasil na civilização emergente como uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1978, p. 66).

Fica claro, pelo exposto, que o projeto político de Darcy Ribeiro não tem como foco a cidadania ou o econômico. Para a superação do atraso, é a temática da solidariedade que se impõe, indicando a transformação da sociedade em consonância com o que há de singular em nossa cultura popular.

Em Florestan Fernandes, não se pode falar em projeto político sem levar em consideração a sociologia crítica, de que foi fundador.

Antes de tudo, ressalte-se o papel do povo na construção da nação segundo o autor. Para ele, negros e mulatos, libertos, sofreram na formação de uma ordem social competitiva, sendo dela excluídos, enquanto trabalhadores imigrantes tiveram um peso positivo muito maior no surgimento do capitalismo brasileiro, devido a sua postura em relações de trabalho. Contudo, Fernandes não afirma que os estrangeiros tiveram um papel ativo e consciente no processo de formação da sociedade brasileira, uma vez que aqui estavam devido a uma



necessidade da elite burguesa contar com uma mão de obra qualificada para aquele momento de instauração do capitalismo. Além do mais, os próprios imigrantes estavam ocupados plenamente com seus interesses individuais, buscando beneficiar-se do novo trabalho e mirando o retorno a seus países de origem. Esses argumentos evidenciam como todo o processo de transformação que o Brasil vinha passando ficava sob o controle de uma minoria, de uma elite e sua classe burguesa.

Octavio Ianni (1986, p. 29) repercute a concepção de Fernandes sobre o papel do povo em uma passagem esclarecedora: “Sempre que o povo melhora a sua posição de barganha política, ou conquista posições fundamentais para a sua emancipação, os grupos e classes dominantes, articulados com setores das Forças Armadas, da Igreja e do imperialismo, rompem o processo democrático.”

Inquestionável, portanto, que a construção do Brasil ocorre sob controle político da elite que mantém sob seu domínio todo o fluxo de transformação produzida pelo surgimento do capitalismo no Brasil. Contudo, o fato de o povo estar ausente desse processo sem dele auferir quaisquer benefícios, pelo menos de início, das transformações pelas quais o país vinha passando, não excluía uma potencial ameaça para a estrutura de poder vigente, segundo a concepção da elite nativa. A idéia de uma revolução dentro da ordem é nesse sentido, uma resposta que a elite dá, mesmo que ilusória, às demandas de mudança do povo.

Assim, o que há no Brasil, é um modelo de poder político autoritário, autocrático e restrito à elite burguesa. O intuito de se manter a qualquer custo no poder faz da classe dominante uma classe esquizofrênica, vendo em cada situação de descontentamento social uma ameaça que deve ser controlada de forma repressiva e opressora. O intuito é evidente: não há lugar para as demais classes e suas aspirações na ordem vigente.

Nesse sentido, o reconhecimento do processo de revolução burguesa no Brasil e da exclusão do povo na construção da nação, oferecem subsídios teóricos para entender a postura da elite brasileira e sua classe dominante e, por conseguinte, abrir a possibilidade de uma intervenção pragmática, com a finalidade de reverter esse quadro.

Na relação entre teoria e prática, o grande desafio é instrumentalizar o povo para romper as amarras de sua dominação, em uma suposta democracia. Esse é o ponto que faz a produção científica ter, de um lado, a imparcialidade ao reconhecer uma dada realidade, enquanto, por outro lado, oferece subsídios para intervir no mundo. Em outras palavras, Florestan Fernandes, cientificamente expõe como se deu a construção do país, sob controle de uma elite manipuladora do poder, que enraíza o Brasil em uma situação de dependência externa; e, em termos práticos, o autor enfatiza a necessidade de inserir o povo nessa

construção, via uma democracia de fato, voltada para a maioria. E assim se efetiva a proposta de uma sociologia crítica, ou seja, aquela que questiona a realidade social e abre perspectivas de solução de problemas.

A posição atuante, militante do autor, sob forte influência o marxismo, pode ser percebida, especialmente, quando aborda criticamente a realidade nacional sob o prisma da dominação burguesa, apresentando, ao mesmo tempo, um desafio aos movimentos sociais:

[...] os movimentos de oposição ou de inconformismo militante precisam criar, por seus próprios meios, o seu espaço político. A ordem social competitiva não lhes dá caminho; e a repressão conservadora desaba sobre eles para destruí-los, quaisquer que sejam suas vinculações reais com o nacionalismo, com a democracia ou mesmo com a intensificação da revolução burguesa. Dado essa situação global – e de fato de que a luta contra a repressão conservadora tem de ser, ao mesmo tempo, uma luta contra a dominação externa – é claro o calibre das exigências práticas, que impõem ao movimento democrático-nacionalista e ao movimento socialista uma ruptura total com a ordem existente. Nessa conjuntura, a contribuição prática do conhecimento sociológico é fundamental, porque ele nos ensina a não termos ilusão. Ou servimos ao Deus do capitalismo dependente; ou nos colocamos contra ele, pelas formas e meios que conseguimos articular. (FERNANDES, 1979a, p. 32-33).

Como fazer isso? Como inserir o povo no cenário político e como superar a condição de dependência?

Segundo Fernandes, a educação teria um importante papel na ampliação da participação e no entendimento da democracia pelo povo, pois estenderia a idéia de cidadania a todas as camadas sociais. Esse processo tem que ser feito via Estado, que seria ou deveria ser o principal agente incentivador da educação.

Nota-se como o autor localiza na política, no Estado, o instrumento para incentivar a educação e alcançar uma sociedade mais democrática e cidadã.

A universidade também teria um papel vital nesse processo de pensar uma outra nação, mas para isso é necessário que ela rompa com um modelo voltado para uma minoria.

A universidade apta para o desenvolvimento não foi nem podia ser herdada dos moldes institucionais que vêm do passado. Ou ela será forjada aqui e agora, sob a previsão das exigências educacionais e culturais do futuro, ou nunca teremos uma universidade brasileira capaz de responder, *por si mesma*, aos requisitos da “civilização industrial” e de atuar, *por si mesma*, como um fator de desenvolvimento acelerado, mas independente. (FERNANDES, 1979b, p. 182).

Nesse sentido, a questão passa, ainda, pela superação de dependência do país ante as economias centrais, o que só seria possível criando e moldando instituições, políticas e educacionais, capazes de pensar os interesses nacionais de modo autônomo e independente.

A importância da educação, e em especial a universitária, seria a de abrir caminho à modernização do país, dinamizando a economia e o campo sociocultural; enfim, incentivando uma mudança de mentalidade que se refletiria em uma outra postura do Brasil diante do capitalismo.

O projeto político desses autores é a parte culminante de suas obras, porque reflete o ponto de chegada de uma lógica argumentativa que se inicia em sua visão da formação do Brasil, passando por seus aspectos positivos e negativos até a formulação de uma proposta de intervenção no país.

Assim, os diferentes olhares que lançam sobre o Brasil, suas mazelas e particularidades, abrem perspectivas próprias de como superar todas as limitações que o país e seu povo sofrem.

Em Darcy Ribeiro, por exemplo, fica evidente o papel que deve ter uma intelectualidade. Ou seja, como povo novo, como uma nação que tem apenas o horizonte pela frente, tem que se pensar o Brasil em tudo aquilo que o faz único, autêntico; portanto, é preciso materializar essa singularidade em um projeto alternativo e, acima de tudo, nacional. Nesse sentido, o povo será o condutor de seu destino, construindo uma grande nação, por via de suas especificidades. Não por acaso, Ribeiro fala em uma sociedade solidária, uma vez que, para ele, a solidariedade é uma das características básicas do povo brasileiro.

Quanto a isso, as posições de Florestan Fernandes divergem, pois o que ele postula é a inserção do povo na ordem vigente, via cidadania e democracia. É inteligível tal posicionamento de Fernandes, pois a temática desenvolvida em “A Revolução Burguesa no Brasil” evidencia a gênese de uma sociedade de classe e seu caráter excludente. O ponto a destacar é que essa exclusão ocorre devido a aspectos conservadores e autocráticos da elite dominante, que sobrevive no poder devido à relação paradoxal entre as estruturas antigas e modernas da sociedade.

Nesse sentido, quando Florestan Fernandes defende a necessidade de inserir o povo no cenário político, ou melhor, situá-lo na ordem vigente, está evidenciando o ponto fundamental de seu projeto político, qual seja o da modernização da sociedade ou, em outras palavras, sua ocidentalização.

## 4.5 Matrizes teóricas

As categorias de Ribeiro e Fernandes, constantes das obras em análise, explicitam a riqueza teórica desses autores em sua busca de explicar o Brasil.

Há que considerar-se, por exemplo, que a produção intelectual de Florestan Fernandes é vasta e abrange várias matrizes teóricas. Entre os intelectuais que estudam ou estudaram Fernandes, há uma convergência quanto ao ecletismo do autor e uma divergência quanto a fases de sua vida acadêmica; ou seja, não há consenso em relação às aproximações e rupturas que vão moldando essa produção intelectual ao longo da vida. Apesar de ser inevitável tocar nas referidas fases, não é proposta deste trabalho focar essa questão, abordando-a sucintamente, no que é indispensável para atingir o intento principal deste capítulo, qual seja o de evidenciar as matrizes teóricas presentes no autor<sup>10</sup>.

O rigor teórico-metodológico presente em Fernandes ocorre devido a um momento de tentativa de impor à sociologia uma feição acadêmica exigida pela ciência. Esse rigor científico o aproxima de Durkheim, ou seja, ele estava preocupado com o uso de categorias e métodos científicos capazes de aferir uma determinada realidade ou fenômeno (ARRUDA, 1995).

Segundo Maria Arminda do Nascimento (1995), o posicionamento acadêmico funcionalista de Fernandes está presente na primeira fase de sua carreira, e é encontrado em trabalhos sobre o folclore, de 1942, “A Organização Social dos Tupinambá” (1947), “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá” (1951) e em sua tese de livre docência, em 1953, com o trabalho “Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia”.

A posição metodológica não basta, contudo, para enquadrar o autor como funcionalista, uma vez que ele lida de forma eclética com conceitos e categorias de clássicos como Marx e Weber, sem com isso perder de vista o rigor acadêmico, quanto ao método. Em outras palavras, é mais uma ética acadêmica, necessária em um momento em que a sociologia vinha se firmando como ciência no Brasil, do que filiação a uma corrente sociológica.

Tal consideração é importante, porque explica uma produção científica tão diversificada e com diferentes influências intelectuais. Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995) cita Mannheim como exemplo de intelectual que influenciou Fernandes, em obras

---

<sup>10</sup> Recomenda-se ao leitor interessado em aprofundar sobre o tema das “fases” de Florestan Fernandes, que leia: *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola Paulista”* (ARRUDA, 1995, p. 107-231).

como “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (1978), na qual o tema da mudança social está presente.

Tendo em vista essa diversidade do autor, Arruda (1995, p. 162) argumenta que

[...] na medida em que a sua trajetória intelectual se consolida, tratava-se de perquirir foros de ação mais vastos, mas sem se descuidar do *métier* próprio do sociólogo. É ilustrativa a presença de ênfases diversas no livro Elementos de Sociologia teórica, composto por artigos escritos entre 1959 e 1966. Nessa obra, mesclam-se afirmações em prol da ciência e do rigor metodológico, com um ensaio sobre “O conhecimento sociológico e os processos políticos”, onde o papel do sociólogo é submetido ao crivo das suas relações com a sociedade. Ao mesmo tempo, discorre sobre a contribuição mannheimiana a respeito da *Intelligentsia*, ressaltando a grande envergadura e a congruência do seu empreendimento.

O papel ativo do sociólogo frente à sociedade está presente em Fernandes e pode ser examinado em obras como “A sociologia numa era de revolução social.” (ARRUDA, 1995, p. 163).

Fernandes rompe com o pensamento mannheimiano quando, a partir de 1969, passa a questionar-se sobre o papel que o sociólogo vinha tendo diante da sociedade e seus problemas. Esse auto-questionamento e o novo contexto em que o Brasil estava inserido, o da ditadura militar, leva a uma reorientação acadêmica, em especial deixando de lado o rigor do método até então presente em suas obras. Nesse momento, entra em cena um intelectual não só focado na produção científica, mas também na militância (ARRUDA, 1995).

Em síntese, o que pode ser percebido na obra de Fernandes é que sua reflexão:

[...] sobre os fundamentos lógicos e históricos da explicação sociológica inspira-se nessa perspectiva crítica; constrói-se com ela. Aí se localiza a cuidadosa análise das três matrizes clássicas do pensamento sociológico; o método funcionalista, ou objetivo, sistematizado por Durkheim, o compreensivo, formulado por Weber, e o dialético, criado por Marx. (IANNI, 2004, p. 18).

A obra “A Revolução Burguesa no Brasil”, não por acaso, torna-se um dos grandes clássicos da sociologia brasileira, na qual se conjugam o esforço teórico do autor em explicar e convencer o leitor da existência de uma revolução desse porte no Brasil, como também porque nela se evidencia com mais ênfase o espírito eclético de Florestan Fernandes.

Com uma perspectiva crítica, o autor se vale de clássicos como Marx e Weber para explicar a realidade social brasileira e questioná-la.

A influência do marxismo sobre o autor é evidente e pode ser percebida no desenvolvimento que ele dá à temática da revolução burguesa, do surgimento de classe e sua

dominação, sem perder de vista as especificidades dessa ocorrência no Brasil. Percebe-se, nesse ponto, a perspectiva da sociologia crítica do autor, capaz de se valer de categorias clássicas, como revolução burguesa e classe burguesa, por exemplo, sem com isso cair em uma ortodoxia ingênua incapaz de se dar conta de peculiaridades de nossa realidade social.

Justamente por perceber essas particularidades, é possível para o autor transitar pelos clássicos da ciência social, como Marx e Weber, utilizando deste último, por exemplo, as categorias de patrimonialismo e poder político indireto. Tais categorias visam dar consistência teórica à explicação sobre o modo de estruturar a política e o Estado no Brasil. A dinâmica de uma burguesia, que necessita do Estado para avançar no desenvolvimento do capitalismo, está claramente vinculada à idéia de um Estado Racional Moderno.

Em síntese, pode-se perceber na obra em estudo, matrizes weberianas na abordagem de questões como ação racional e Estado Racional, matrizes marxistas no tratamento da questão do mercado e da classe burguesa, e matrizes estrutural-funcionalistas ao tratar do capitalismo dependente (ARRUDA, 1995).

Lahuerta (2005) entenderá de outra forma e em um outro momento a guinada acadêmica de Florestan Fernandes.

Para ele, é na década de 1960 que há uma mudança no posicionamento científico de Fernandes, abrindo mão de uma abordagem funcionalista e focando mais nas obras de Marx. Essa reorientação leva-o a dar uma atenção especial ao capitalismo dependente brasileiro. Tal reposicionamento é motivado pelos seus discípulos, que com o grupo d'O Capital já faziam uma leitura sistemática, sobretudo do ponto de vista metodológico, das obras de Marx. Graças ao grupo há um redirecionamento mais a esquerda da escola uspiiana de sociologia<sup>11</sup> (LAHUERTA, 2005).

Do ponto de vista metodológico, há um afastamento desse grupo com o ecletismo presente em Florestan Fernandes, para dar maior atenção em explicar a totalidade através de um raciocínio dialético, sobretudo no que se referia ao Brasil e ao capitalismo nacional (LAHUERTA, 2005).

A lógica dialética aparece em Florestan Fernandes, seguindo as proposições do grupo “d'O Capital”, que acentuam a articulação da Estrutura com o sujeito, e a ação que este desencadeia sobre a totalidade. Essa preocupação com o sujeito e sua ação é, por sua vez, motivada por uma perspectiva weberiana. Pode-se perceber essa relação dialética na obra “A Revolução Burguesa no Brasil”, quando Fernandes articula mercado e política, sem

---

<sup>11</sup> Ver Lahuerta (2005, p. 160, nota de rodapé n° 3): o autor explica que o grupo representa um distanciamento de Florestan Fernandes.

desconsiderar, entretanto, a ação do sujeito, que ele retrata na elite dominante, atuando como agente de transformação histórica; ou seja, da mesma maneira que a elite é agente histórica ao modernizar o país, via criação de um Estado/Sociedade Nacional, a instauração do capitalismo e as transformações daí decorrentes obrigam a uma mudança de mentalidade e de comportamento desse agente.

As influências dos clássicos em Fernandes vão além da temática do capitalismo dependente, de uma autocracia burguesa e da necessidade de uma mudança social, como condição para superar a situação de atraso. Elas estão presentes nas obras do autor, e se fazem sentir quando o tema da Educação aparece, por exemplo, sendo considerado como um importante espaço de “transformação e ressocialização” (LAUERTA, 2005, p. 72), o que é, sem dúvida, de inspiração durkheimiana.

Antes de tratar das influências teóricas subjacentes na obra de Darcy Ribeiro, algumas considerações devem ser feitas. Ribeiro foi um daqueles intelectuais versáteis, indo da etnologia, ao romance. Contudo, para o presente trabalho focar-se-á a atenção no chamado processo civilizatório. É nessa produção que pode ser encontrada uma visão mais bem formulada sobre o Brasil.

Algo que chama a atenção é a pequena produção acadêmica tratando de Darcy Ribeiro e o processo civilizatório. Por conseguinte, uma análise mais densa do autor e suas matrizes teóricas fica limitada; por outro lado, essa falta de bibliografia se torna desafiadora e inovadora, em se tratando de linguagens da modernidade.

Preocupado com um desenvolvimento de longo alcance teórico que explicasse o processo civilizatório pelo qual a América Latina passava e quais as suas consequências, Darcy Ribeiro critica os esquemas que explicam a desigualdade do povo latino-americano à luz da sociologia e antropologia acadêmicas, bem como do marxismo dogmático (MATTOS, 2007).

A sociologia acadêmica explica a América Latina a partir de uma dicotomia entre o atraso, presente nos padrões tradicionais da sociedade, e o moderno, que vem com a industrialização. A superação de uma condição de país periférico no cenário mundial passa, necessariamente, pela modernização da sociedade.

No plano analítico, Darcy Ribeiro argumenta que o alcance teórico de curto a médio prazo dessa abordagem, inviabiliza a compreensão de como se daria a progressão histórica que leva a condição de atraso. As críticas não param por aí: focalizando apenas o aspecto do desenvolvimento econômico, tomando como modelo realidades diferentes da América Latina,

como dos Estados Unidos e Canadá, as teorias elaboradas em nada contribuiriam para superar a realidade social dos povos latinos (MATTOS, 2007).

A antropologia acadêmica também não fica isenta de críticas. Por estar preocupada apenas com um rigor do método e um campo explicativo restrito a microanálises, acaba deixando de lado temas relevantes para a compreensão da realidade social e política latinoamericana.

Quanto ao marxismo dogmático, para Ribeiro é um equívoco o uso *strictus sensus* das categorias marxianas para explicar a realidade latina, uma vez que não consideram os aspectos particulares que marcam essa realidade.

Nos três casos citados, Darcy Ribeiro não só questiona os aspectos teóricos, mas evidencia que suas limitações apenas contribuiriam para manter o quadro social vigente, uma vez que seus modelos correspondem a realidades diferentes das latinas.

O autor busca com essas críticas, limpar o terreno acadêmico e ideológico, para avançar em uma proposta alternativa de explicação da realidade dos povos latino americanos.

Um dos recursos teóricos mobilizados pelo autor é um retorno à obra de Marx, sem dogmatismo, propiciando uma releitura adequada à realidade latina.

Merece atenção o modo como Ribeiro traz o materialismo histórico para a pesquisa antropológica, propondo um modelo de longo alcance que explique a evolução das sociedades e quais são as possibilidades de mudança social. É o que chama de antropologia dialética, cujos teóricos mais importantes são os antropólogos George Peter Murdock, Clyde Kluckhohn e Leslie White (MATTOS, 2007).

Segundo Mattos (2007, p. 221), para Darcy Ribeiro “[...] a história das sociedades humanas nos últimos dez mil anos pode ser explicada em termos de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios”

Quanto ao esquema evolutivo, o progresso tecnológico indicaria o nível de evolução em que uma sociedade se enquadra, sendo ele um imperativo. A forma como a tecnologia é utilizada nas sociedades, será o imperativo social; o imperativo ideológico corresponderia aos elementos culturais e institucionais que se refletem na escolha que um determinado povo faz desses recursos tecnológicos (MATTOS, 2007).

No processo civilizatório de uma sociedade, sua condição de atraso será explicada por dois conceitos importantes: atualização histórica e aceleração evolutiva (MATTOS, 2007).



No caso dos países latinos, a atualização histórica pode ser percebida através da forma de inserção desses países no progresso tecnológico, ou seja, sua subordinação aos interesses externos.

Em outras palavras, é o que acontece quando saem de uma relação mercantilista com as metrópoles, para se colocarem em outro processo de dominação e de dependência externa, só que em um contexto capitalista.

A aceleração evolutiva corresponde a um progresso da sociedade, feito com autonomia, no qual o povo encontra uma forma própria de adaptar-se aos avanços tecnológicos que ocorrem no mundo. Seria, portanto, uma condição de independência política, econômica, cultural e social, uma superação, em alguns casos, do quadro de atualização histórica.

Nesse sentido, o subdesenvolvimento do Brasil é explicado pela atualização histórica, estando o país sempre submetido a novas situações de dominação. A superação desse quadro só é possível pela tomada de consciência crítica do povo, forçando assim a abertura de um processo de aceleração evolutiva.

Apenas a revolução social, decorrente do afloramento de uma consciência crítica, seria capaz de colocar por terra uma classe dominante comprometida antes com seus próprios interesses – neste caso, convergentes com os interesses dos centros (neo)imperialistas – do que com o destino de seu próprio país. É pela *revolução*, portanto, que nações pobres como o Brasil deixariam essa condição e retomariam o comando de seu próprio destino, integrando-se, *autonomamente*, na civilização mundial. Eis a utopia de Darcy; eis o seu nacionalismo, reformulado a partir de novas experiências. (MATTOS, 2007, p. 238).

Tendo em vista que toda narrativa sobre a construção do Brasil passa pelo surgimento de um povo novo, um processo de revolução social deve reconhecer os elementos tipicamente nacionais, inserindo o Brasil autonomamente em um cenário de avanços tecnológicos hoje disponíveis.

É importante considerar uma outra influência teórica, até mesmo ideológica, exercida sobre Darcy Ribeiro pela obra de Manuel Bonfim.

Um dos intelectuais inovadores do final do século XIX e início do XX, Manoel Bonfim discordava do discurso vigente na época que vinculava a condição de atraso do Brasil e de outros países latinos à questão racial. Ao contrário, argumentava que a condição social brasileira poderia ser explicada pela colonização sofrida e por uma classe dominante que impedia o desenvolvimento do país.

Em síntese, o autor argumentava que o discurso da elite nativa para explicar o Brasil, via darwinismo social e positivismo, significava o atrelamento ao pensamento imperialista, que em nada contribuía para a superação do Brasil como país dominado. Nesse discurso nacionalista, na crítica ao atrelamento político e ideológico do Brasil às nações imperialistas, há uma aproximação entre Darcy Ribeiro e Manoel Bonfim.

Outra influência que deve ser destacada, essa talvez mais inspiradora do que necessariamente acadêmica, é *Macunaíma*, escrita por Mário de Andrade.

Ninguém melhor que o próprio Darcy Ribeiro para expor o quanto *Macunaíma* o influenciou:

Até tentei de certo modo, gestar um primo de *Macunaíma*. Para tanto, criei Pitu, na minha *Utopia Selvagem*. Tudo isto, se não me dá autoridade, me dá alento e voz para falar aqui de *Macunaíma*, sem nenhuma obrigação de sabedoria, mas com muita intimidade. (RIBEIRO, 1997, p. 18).

As tonalidades nacionalistas presentes em *Macunaíma* revelam aquilo que caracteriza essencialmente a alma do povo brasileiro, e que tanto chama a atenção de Ribeiro.

Na verdade de Mário, *Macunaíma* é nossa razão catártica. O brasileiro dele é o do carnaval, da caçoadada folclórica, da gente que, cantando, dançando, ironizando, rindo – inocente e sem medo – se vinga de quem, além de oprimi-lo e explorá-lo, ainda quer fazer sua cabeça. A consciência popular brasileira se faz inviolável, insubornável, não se deixando invadir e dominar, é graças a este escudo brincalhão do risco e da malícia. Se não fosse assim, todos seríamos leitores guiados pela TV, resignados com a pouca vergonha que campeia por aí. Você não acha? Esta alegria imotivada é a vingança do povo, sua revanche, contra a envolvente trama intelectual que se lança sobre suas cabeças, atribuindo a ele a culpa de nossos crônicos males. Debitando o fracasso nacional ao povo, à sua suposta inferioridade racial, à sua alegada indolência tropical, à sua propalada luxúria pagã, os poderosos, os ricos, os brancos, os educados – donos do mundo, senhores da vida – se livram de culpas. Jogam sobre o povo, o pobre, o preto, a mulataria, as responsabilidades de nosso desempenho medíocre, ontem e hoje. (RIBEIRO, 1997, p. 19-20).

Essa passagem evidencia alguns elementos que permeiam boa parte da obra de Ribeiro, marcada pela crítica a um discurso racial feito pela elite, pelo reconhecimento à importância do povo e pelo discurso nacionalista.

Outro ponto na obra de Mário de Andrade que está presente na produção de Darcy Ribeiro, é o reconhecimento de uma característica típica do povo brasileiro, a alegria. *Macunaíma* traz em si esse espírito alegre do brasileiro, que se origina de um processo antropofágico. Incorporando o negro, o índio e o europeu, sendo tantos é um só: *Macunaíma*.

## 5 AS LINGUAGENS DA MODERNIDADE: RIBEIRO E FERNANDES

Retomando a questão das linguagens da modernidade, em Darcy Ribeiro ela se explicita na linguagem do sentimento, do afeto, cujo eixo entre nós é o barroco. A constituição do brasileiro, como um povo novo, só foi possível graças à tradição ibérica, barroca, que, transplantada para os trópicos não se dá de forma trágica, dualismo entre passado e presente, mas em sua capacidade integradora de antagonismos. Então, a particularidade da construção do Brasil, está justamente em um processo aberto, capaz de criar algo inovador, particular, ou seja, um povo novo.

Especificamente em Darcy Ribeiro, a linguagem do sentimento faz-se presente na idéia de povo novo. A constituição do novo homem que não mais se identifica com suas matrizes étnicas, abre uma possibilidade criativa absolutamente nova, cabe a ele construir uma nova identidade, uma nova sociedade. Significa dizer que este homem, terá pela frente apenas o futuro, desprendido de qualquer passado que limite a possibilidade criativa de se constituir segundo as orientações de seu desejo.

Tal processo é similar ao da multidão, que busca otimizar sua potência pela via do desejo; nesse sentido, não é errado afirmar que o povo em Darcy Ribeiro é a multidão que foi ressaltada na linguagem do sentimento<sup>12</sup>.

A necessidade de superação da condição de ningüedade, para a construção de uma identidade, reflete-se no processo de construção do “eu”, em que a livre movimentação do homem através de sua potência permite que a experiência brasileira seja algo absolutamente novo, criativo. Nesse momento, aparece o tema da solidariedade e de um povo que tem como singularidade a felicidade, a alegria. Portanto, solidariedade, alegria e felicidade, vão ser elementos importantes para o desenvolvimento de sua potência.

O desenvolvimento da potência do homem está fortemente ligado à tentativa de localização no mundo, em um contexto de exclusão social. Obviamente, essa tentativa dar-se-á com fortes tonalidades subjetivas, percebidas, por exemplo, na maneira como a religiosidade popular dá sentido ao mundo para esse homem excluído.

O resultado do livre movimento do homem, atualizado por sua potência, permite o sonho da felicidade, alcançada por uma religiosidade santeira, popular, viabilizada no empenho em construir um novo mundo. Não por acaso, Darcy Ribeiro (1995) especifica a ordem estabelecida em Canudos e no Contestado, como ordens felizes, enquanto a ordem

---

<sup>12</sup> Ver *Introdução* (p. 18-21).

latifundiária é considerada triste. Na primeira ordem é permitido o livre desenvolvimento da potência, percebida na tradução de forte conteúdo subjetivo da religiosidade para a construção de um novo mundo.

O que importa nessa sociedade é que seja justa, igualitária e feliz, o que não é alcançado via mercado ou via Estado racional, mas em momentos em que o sagrado organiza a vida das pessoas, seja através de festas religiosas, de procissões, ou em momentos de maior comoção social, como os ocorridos em Canudos e Contestado, por exemplo.

Essa linha de raciocínio em Darcy Ribeiro corresponde ao seu pensamento dicotômico: de um lado um país marcado pela forte estratificação social, sendo esta repressora, excludente e triste, mas que, por outro lado, tem nas manifestações populares, nas quais a ordem vigente não é vigente, os únicos momentos de felicidade e solidariedade desse povo oprimido.

Nesse sentido, a busca pelo desejo que orienta a potência do homem, será a felicidade e a solidariedade, seja pela religiosidade ou, em tempos mais recentes, através de manifestações como o carnaval; em todos esses casos, a religião não oficial e a festividade, são elementos de paródia do mundo, capazes de construir um universo próprio, mais feliz e solidário.

Embora Darcy Ribeiro admita que estas sejam manifestações ingênuas, por não contestar a ordem vigente, reconhece o potencial transformador e inovador que essa linguagem tem. Daí a necessidade de uma intelectualidade que saiba transformar esse potencial em um projeto de sociedade viável. Fica evidente que o projeto político que Ribeiro imagina, leva em consideração o que há de singular no brasileiro, o que significa dizer, cabe à intelectualidade brasileira traduzir a potência desse povo em um projeto político consistente.

A linguagem do sentimento em Darcy Ribeiro está presente também, em seu projeto político, inquestionavelmente nacionalista. A visão científica em Ribeiro corresponde a sua visão política na medida em que pretende construir um imaginário nacional que corresponda e valorize o que há de autêntico na cultura brasileira. Portanto, ao reconhecer que essa autenticidade está ligada à formação de um povo altamente mestiçado, que antropofagicamente devora os elementos culturais de suas matrizes étnicas criando algo absolutamente novo, Darcy Ribeiro está valorizando os elementos particulares que conferem singularidade ao Brasil: a mestiçagem, a cultura popular, o povo. A partir do momento que a intelectualidade não reconhece tais elementos, ela se vincula aos interesses externos, sendo incapaz de pensar em um projeto viável de nação.

É importante deixar claro, que o atraso brasileiro não se dá apenas pela forte estratificação social, mas sobretudo pela vinculação política e científica aos interesses externos. Então, quando Darcy Ribeiro enfatiza a necessidade de uma intelectualidade capaz de elaborar um projeto nacional correspondente ao que o Brasil tem de singular, ele situa no campo da política e da ciência a obrigação de traduzir essa potência em um projeto inovador. É importante lembrar que Ribeiro pensa a ciência como instrumento político.

Por conseguinte, é apenas desvinculando-se de interesses externos que será possível romper com as amarras de uma ordem que, inevitavelmente, limita a potência. Não por acaso, o autor identifica como a grande tarefa do Brasil, “ensinar o mundo a viver mais alegre e feliz” (RIBEIRO, 1995, p. 265).

Situando-se fora do gabinete, inserindo-se na prática política, Darcy Ribeiro pensa em um projeto de nação perfeitamente ajustado a sua análise científica do Brasil, embora em termos de economia e Estado haja lacunas para se entender como se esse projeto político seria desdobrável, instaurando a sociedade solidária, justa e feliz que ele vislumbra.

Em Florestan Fernandes, a linguagem bem compreendida da Razão, tendo como sublinguagem a do Interesse, que vai estar presente em sua visão de Brasil. Contudo, para esclarecer a contento sua proposição, é preciso lembrar sua perspectiva metodológica, ancorada no método dialético.

Em Fernandes, a interação social apresenta um duplo aspecto: de um lado, têm-se indivíduos ativos, criativos, agindo sobre a sociedade, modificando-a ou adaptando-a; de outro lado, tem-se a própria sociedade atuando e influenciando esses indivíduos. A relação dialética se dá, portanto, entre parte e todo, indivíduo e sociedade (IANNI, 2004).

É na política que esse indivíduo vai investir suas forças, concebendo-a como potência transformadora, capaz, por exemplo, de romper com o estatuto colonial e criar um Estado/sociedade nacional. Por outro lado, a percepção que este ator vai ter do mundo e as respostas que dará a dilemas emergentes, são fruto do surgimento da sociedade de classe e do capitalismo no Brasil. Para entender tais respostas, há que analisar o modo de manipulação do poder de uma classe dominante e sua elite, sob cuja orientação moldam-se instituições, criando regras e normas de regulação de uma ordem social competitiva na qual o país se inseria. A relação dialética estabelecida entre política e mercado ou Estado e classe, é a dinâmica em que vai se constituindo o Brasil, expressa em linguagem da Razão, evidenciada pelo papel que as instituições políticas desempenham na instauração do capitalismo.

O ponto central para Fernandes diz respeito ao posicionamento das classes dominantes e de suas respostas à modernização interna impostas pelo capitalismo, sob

pressões externas frente ao mercado mundial. Nesse sentido, as estruturas econômicas internas explicarão a situação de dependência, bem como as alternativas políticas da elite para se manter no poder, condição estrutural em que se constitui uma consciência de classe.

Segundo Florestan Fernandes (1972, p. 61),

As únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas. Todavia, elas são vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político, ao mesmo tempo em que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos externos.

A dualidade de uma política nacional e uma política econômica subordinada ao exterior, explica em grande parte nossa situação de dependência: ao optar pelo campo político como recurso para manter-se no poder, a elite burguesa submete-se à estrutura econômica mantenedora de uma situação de perene subdesenvolvimento. Sem dúvida, esta é uma posição conveniente e conservadora, pois permite manter sob seu controle as inevitáveis transformações que a modernização impunha ao país. Entende-se, nesse contexto, o gradualismo da transformação, ditado pelo temor da burguesia de que a brusca mudança econômica levasse a mudanças mais profundas na estrutura de poder.

Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos. Desse ângulo, percebe-se quais são e como operam os “interesses econômicos univocadamente capitalistas” que conduzem a burguesia das sociedades subdesenvolvidas a forjar e a reforçar, continuamente, as bases econômicas da persistência, crescimento e fortalecimento do capitalismo dependente. (FERNANDES, 1972, p. 78).

A estrutura econômica vinculada ao exterior e a posição política das classes dominantes não criam bases econômicas para a autonomia nacional, fazendo do Estado o ator crucial para conciliar os interesses de classe e a situação de dependência.

Nesse sentido, a questão de classe e de seu posicionamento ante a emergência da ordem social competitiva é de vital importância no entendimento das obras de Florestan Fernandes, pois revela em que plano se dá a integração nacional e como os agentes sociais, ou melhor, a classe dominante e sua elite, atuam e dão ritmo às transformações sociais.

Segundo o autor,

De qualquer modo, a posição das classes sociais na estrutura de poder da sociedade é que determina e gradua a maneira pela qual as mudanças sociais se concretizam historicamente – ou seja, que determina quais são os interesses e os valores sociais a serem consagrados ou beneficiados pelas mudanças socialmente necessárias e *IN FLUX*. No fundo, a chamada “luta pelo poder político” representa uma luta pelo controle da mudança social, pois são seus efeitos que ditam o sentido, o alcance e a continuidade, a curto ou longo prazo, das alterações ocorridas no padrão de integração da ordem social vigente. (FERNANDES, 1972, p. 151).

Paradoxalmente, o ritmo de mudança que o capitalismo provoca é diminuído pelos próprios interesses de classe, que se utiliza da política como um eficaz instrumento de controle sobre a sociedade. Não por acaso, as consequências serão a dependência econômica e a autocracia.

Werneck Vianna (1999), em artigo intitulado “Weber e a Interpretação do Brasil”, argumenta que a explicação apresentada na obra de Florestan Fernandes tem como forte matriz teórica uma leitura que os paulistas fazem de Weber, cuja premissa se fundamenta na ideia de que a situação de dependência e atraso do Brasil deve-se ao não rompimento com o antigo, com a estrutura patrimonialista herdada de Portugal, levando a uma situação na qual o moderno existe junto com o antigo.

No caso em questão, o importante a ser evidenciado é que o arcaico presente no mandonismo, no patrimonialismo, coexiste muito bem com o moderno, com o surgimento de uma ordem social competitiva, sendo conveniente para a elite burguesa e sua classe, pois mantém sob controle o fluxo de transformações que estavam ocorrendo.

Nas palavras de Vianna (1999, p. 43), referenciando-se à obra de Florestan Fernandes, *A Sociologia numa Era de Revolução Social*,

O nacional-desenvolvimentismo consistiria na nova práxis burguesa por meio da qual se garantiria continuidade a essa velha solução brasileira, compatibilizando os ideais de modernização econômica das nossas elites com a preservação do domínio das oligarquias tradicionais – que ainda reteriam grande parte da população do campo sob o estatuto da dependência pessoal.

Em linguagens da modernidade, o que se evidencia é o movimento de um homem que busca apropriar-se do mundo, via poder político. Inscrita nessa lógica, a política torna-se a grande potência que dá sentido ao seu movimento.

Embora a linguagem da Razão seja a linguagem desse contexto, ela “dialoga” com a do Interesse em três momentos:

Primeiro, o liberalismo é usado como recurso ideológico para abrir caminho a um processo revolucionário que culmina na revolução e na instauração de uma ordem social competitiva. Nesse momento, tem-se a política produzindo eventos absolutos.

Em um segundo momento, esse processo de revolução social implicou o surgimento de novas atividades urbanas, de novos atores econômicos, cujos interesses eram bem definidos no mercado. Isso fica clara na posição que, agora, a grande fazenda e os fazendeiros têm nesse novo cenário, preocupados com lucros, dividendos, e relações de trabalho, próprias da ordem econômica emergente. Esta configuração é característica da Linguagem do Interesse.

Contudo, a posição secundária do Brasil no mercado internacional, a situação de dependência externa, delineia uma opção muito clara para a elite que surgia, qual fosse a de centralizar o poder político, para controlar o ritmo de transformações que vinham acontecendo. A intenção era a manutenção do controle político e de sua posição de prestígio. Este é o terceiro movimento evidenciando a prevalência da linguagem da Razão, ideia-chave em Florestan Fernandes.

Em outras palavras, a linguagem do interesse também aparece em Fernandes, quando, por exemplo, mostra o surgimento de novas atividades econômicas tipicamente capitalistas no setor urbano e de novos atores econômicos se movimentando no mercado. Porém, o Estado no Brasil não é mero garantidor da livre circulação do homem neste mercado, muito pelo contrário, tem um papel ativo na sociedade, criando normas, regras, que normatizam a vida das pessoas, garantindo o domínio classista. Portanto, a linguagem da Razão faz-se presente submetendo a do Interesse.

A avaliação que Florestan Fernandes faz do processo de exclusão social, faz parte da lógica dialética entre política e mercado. Ou seja, o Estado ajuda a impulsionar o capitalismo com a substituição da mão de obra do escravo pela do imigrante, inaugurando, assim, uma nova relação de trabalho. Por outro lado, não inclui nessa ordem social os negros e pardos libertos, exclusão essa que se perpetua e se evidencia em toda a extensão de desigualdade social, no Brasil.

Quando se lê Fernandes, é preciso levar em conta a ideia da sociologia crítica por ele desenvolvida. Ou seja, sua produção acadêmica buscava elucidar a realidade social não só para questioná-la, mas também para abrir caminho para uma intervenção no mundo, projeto norteado pela linguagem da razão. Primeiro, Florestan Fernandes assinala a necessidade de trazer o povo para o cenário político, pela efetivação da democracia. Neste caso a educação teria um importante papel, pois é uma via de constituição da ideia de cidadania para essa



parcela da população. A idéia de cidadão, um dos pontos centrais na perspectiva antropológica da linguagem da razão, no Brasil é restrita a uma minoria, a elite e sua classe dominante. Cabe, portanto, estender essa cidadania para toda a sociedade. Em seguida, a razão aparece na temática da modernização do Brasil. Um dos elementos que Florestan Fernandes reconhece como motivo de atraso é a existência de estruturas sociais antigas, como o mandonismo, o patrimonialismo. A modernização efetiva, só será possível rompendo com essas estruturas arcaicas, criando novas regras, procedimentos, estruturas sociais e políticas capazes de ocidentalizar, de fato, o país. Todos esses elementos que se evidenciam na linguagem da Razão<sup>13</sup>.

Ao examinar as categorias básicas de Ribeiro e Fernandes sob a luz das linguagens da modernidade, verifica-se que a obra acadêmica e o projeto político de ambos, mais que antagonismos ou complementaridades, oferecem perspectivas diferentes de apropriação do mundo por um homem, não apenas espectador de um drama social, encenado em um cenário de exclusão, mas, efetivamente, um agente capaz de lidar de modo inovador no contexto social e político que estão inseridos.

---

<sup>13</sup> Ver *Introdução* (p. 17-18).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção acadêmica que propõe uma análise comparativa não é tão simples quanto possa parecer, pois não se escolhe à revelia os autores que se quer comparar, sendo necessário que haja entre eles algum ponto de aproximação. Além disso, a análise deve ser suficientemente abrangente para captar as estruturas de pensamento dos autores; assim sendo, seja possível inferir as linhas argumentativas, as linguagens, as retóricas utilizadas para convencer o leitor ou uma comunidade acadêmica da proposição que se defende.

Vale lembrar que, nesse sentido, Pocock (2002b) propõe que se olhe primeiramente o momento histórico em que os autores se inserem, pois, a produção acadêmica, a explicação e a proposta de soluções para os dilemas apresentados, são influenciadas pelo contexto. Em outras palavras, as linguagens, sublinguagens, categorias analíticas constituem-se em momentos específicos, seja como “práticas justificativas”, seja como contraponto à realidade.

Portanto, no presente trabalho, a escolha dos autores foi feita, levando em conta a proposição de Pocock. Assim, a opção para trabalhar com Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes deveu-se à condição de serem eles relevantes no cenário acadêmico e político brasileiro, vivendo em um momento turbulento no cenário nacional e, por isso mesmo, produzindo não só um exercício analítico, mas abrindo perceptivas de atuação, no Brasil.

É claro que evidenciar o contexto histórico não é suficiente; o trabalho deve ser capaz de captar e explicar, as categorias mobilizadas pelos autores, sua pertinência a um mesmo campo de análise, requisitos garantidores de relevância teórica ao exercício comparativo.

Nesse sentido, as linguagens da modernidade (BARBOZA FILHO, 2008) mostram-se adequadas como recurso teórico/metodológico, capaz de abarcar as diversas categorias lógico-argumentativas de Ribeiro e Fernandes em um mesmo plano teórico.

Essa perspectiva analítica subjaz ao entendimento das visões que os autores tinham do Brasil, situando-os na linguagem que atravessa sua obra: Interesse e Razão, em Fernandes; Sentimento e Afeto, em Ribeiro. A opção analítica permite não simplesmente contrapor categorias, mas evidenciá-las como pertinentes a uma lógica argumentativa que localiza os autores nessas linguagens.

O caminho percorrido teve início em uma premissa básica, desenvolvida por Rubem Barboza Filho (2008), explicitando que, na modernidade, há um processo de subjetivação do homem, em que ele busca apropriar-se do mundo e do que este pode lhe oferecer.

Nas obras “O Povo Brasileiro” e “A Revolução Burguesa no Brasil”, é possível perceber essa lógica, examinando duas de suas categorias-chave – “povo” e “classe”.

Em outros termos, quando Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes buscam entender a gênese do Brasil, em momentos históricos específicos, conseqüentemente, vão também perceber como determinados agentes dão respostas, sentido e orientação ao contexto em que vivem.

Quando Ribeiro (1995) reconhece que o Brasil é formado pelo contato interétnico, e que isso só foi possível graças ao *ethos* do barroco ibérico, é nesse momento que surge a temática do povo novo, que vai apropriar-se de um mundo marcado pela forte estratificação social, pela escravidão, pela exclusão, dentre outras mazelas. Essa apropriação vai acontecer via mobilização de todos os elementos que dão sentido e orientação à vida social desse povo, quais sejam a festividade, a religiosidade popular, a solidariedade.

Nesse universo de forte compartilhamento de afetos o povo consegue ser feliz, pois libera a potência para se manifestar radicalmente, sem os grilhões da ordem social repressora e excludente. Portanto, entendendo a linguagem dos sentimentos, pode-se evidenciar quais são os recursos que o povo utiliza para apropriar-se do mundo, dando sentido e significado a sua realidade.

Em Fernandes (1976), o Brasil começa, de fato, quando agentes inconformados com a relação colônia-metrópole dão início a um processo revolucionário, que culmina no rompimento do estatuto colonial e, conseqüentemente, na proclamação da independência. Eis o primeiro movimento desse homem-agente, mobilizando a política como a potência capaz de promover eventos absolutos, como o surgimento do Estado/sociedade nacional; o segundo movimento, decorrente do anterior, é o aparecimento de um mundo urbano e, assim, de novos atores econômicos tipicamente burgueses, que se movimentam em um mercado, preocupados com lucro e riquezas. A política, via poder do Estado, aparece em um terceiro movimento, como recurso de orientação e normatização de todas essas novas relações, tipicamente capitalistas. Portanto, o que se percebe é uma relação dialética entre política e mercado, ou seja, a cada inovação imposta pelo mercado à sociedade brasileira, a política aparece para controlar o fluxo de transformações daí geradas.

Política, poder, Estado, são, portanto, elementos centrais mobilizados por uma classe burguesa para dar sentido e controle ao avanço capitalista no Brasil. A linguagem da razão é a referência teórica, argumentativa, no entendimento do movimento dessa classe.

A temática da exclusão social e do projeto político, desenvolvida pelos autores, cabe perfeitamente nos limites das categorias correspondentes a cada linguagem.

Para Darcy Ribeiro (1969, 1978, 1995), o Brasil é excludente porque não traduz em termos de projeto consistente a autenticidade do povo, ou seja, tudo aquilo pertinente à linguagem do sentimento, principalmente a solidariedade. Daí o nacionalismo presente em seu projeto político, uma vez que ele pensa a nação em termos de sua singularidade, presente no espírito de seu povo.

Em Florestan Fernandes (1978, 1979a, 1979b), a exclusão social acontece quando a política fica restrita à minoria, fazendo com que o povo tenha acesso vedado à democracia e à cidadania. Apenas a ampliação desse acesso ao povo, inserindo-o no cenário político, viabilizará um passo decisivo em direção à completa modernização do país.

Em síntese, a lógica argumentativa nos dois autores é muito clara: o ponto de partida é a gênese do Brasil e todas as suas implicações e o ponto de chegada é o projeto político. As categorias analíticas mobilizadas pelos autores inserem-se nessa lógica, tornando possível um exercício comparativo, levado a cabo segundo um esquema teórico-metodológico que dá consistência à pretendida comparação.

O presente trabalho foi um esforço de entendimento de diferentes olhares sobre o Brasil, de dois grandes intelectuais das ciências sociais brasileiras, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Espera-se que este exercício possa desdobrar-se em estudos outros que, mais abrangentes e precisos, venham a inserir-se, efetivamente, no debate das ciências sociais brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1995. v. 2. p 107-231.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. As linguagens da Modernidade e a Democracia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, ST32: Teoria Política, Constituição e Justiça, 31., Caxambu: 2007. *Anais...*, Caxambu, 2007.

\_\_\_\_\_. As linguagens da Democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, jun. 2008.

BARIANI JÚNIOR, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, v. 5, n. 3, p. 269-306, 1982.

COELHO, Haydée Ribeiro. *Na escuta de textos: olhares sobre a cultura e a identidade*. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via04/via04\\_12.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via04/via04_12.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2009.

DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Editora Edipro, 1996.

EISENBERG, José. Mudança conceitual, transformação social, e a filosofia política da Modernidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., Caxambu, 1998. *Anais...*, Caxambu, 1998.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1979a.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979b.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugália Editora; Livraria Martins Fontes, 1967.

IANNI, Octavio. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, 1996.

\_\_\_\_\_. *Florestan Fernandes: sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Grandes Cientistas Sociais, 58).

\_\_\_\_\_. *Pensamento social no Brasil*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

LAHUERTA, Milton. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectiva*, São Paulo, n. 28, p. 157-186, 2005.

MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, André Luís Lopes Borges de. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2007.

PAGDEN, Anthony (Ed.). *The languages of political theory in early-modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.

POCOCK, J. G. A. The concept of a language and the métier d'historien: some considerations on practice". In: \_\_\_\_\_. *The languages of political theory in early-modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

\_\_\_\_\_. *Os Brasileiros: 1 – teoria do Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Liminar*. In: ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. 1ª reimp. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José da Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado; introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991. (Os Pensadores, 6).

SANTOS, Boaventura de Souza. Nuestra América. Reinventando un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución. *Chiapas*, n. 12, p. 31-69, 2001.

SILVA, José Maria de Oliveira. *Manoel Bomfim e a obra América: dialética passado e presente*. Disponível em: <[http://hpopnet.sites.uol.com.br/conferencia\\_zem.pdf](http://hpopnet.sites.uol.com.br/conferencia_zem.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2009a.

SILVA, Júlio César. *O camaleão diante do espelho: o esforço de reinvenção do Brasil no pensamento de Darcy Ribeiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009.

SKINER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. Da saudade à ninguendade: portugueses e brasis. *IPOTESI*, Juiz de Fora, v.12, n. 1, p. 9-19, jan./jul. 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53, p. 33-47, mar. 1999.

WEBER, MAX. *A ética protestante e o espírito capitalista*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.